

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS  
PROGRAMA DE FILOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA**

**OS DISCURSOS CONFRONTADOS NO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO: O CASO  
COMPANHIA VALE DO RIO DOCE**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em  
Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e  
Vernáculos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
da Universidade de São Paulo com vistas à obtenção do título de  
Doutora em Letras.**

**Orientadora: Profa. Dra. Helena Hathsue Nagamine Brandão  
Orientanda: Sônia Maria Adão**

**SÃO PAULO**

**2006**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

## **BANCA EXAMINADORA**

---

---

---

---

---

A Profa. Dra. Helena Hathsue Nagamine Brandão pela orientação segura e atenciosa.  
Aos meus pais pela inquietação política.  
Aos meus filhos Thiago, Felipe e Lígia pela compreensão da ausência.  
Ao Lourival, por tudo, ele sabe.  
A Carmen Araujo pela nossa caminhada e pela alegria de continuarmos juntas.

## AGRADECIMENTOS

Costumam dizer no final, que fazer uma tese é um trabalho árduo e solitário. Vou concordar com a primeira adjetivação, a segunda gostaria de amenizá-la: o diálogo com a orientadora e os colóquios com o grupo de orientandos, a convivência nas disciplinas de formação, as conversas nos corredores, as participações nos congressos, nas conferências, as correspondências eletrônicas, o envolvimento dos amigos na finalização do trabalho, o apoio recebido nos momentos de angústia, as sugestões recebidas e o trabalho de revisão constituem o traço coletivo deste trabalho.

Cada envolvimento tem o seu mérito. Agradecer é um gesto mínimo de reconhecimento perante a intensidade do carinho e da gratidão que sinto por todos aqueles que viram neste trabalho a importância de sê-lo.

Reitero minha gratidão a Profa. Dra. Helena Hathsue Nagamine Brandão, pelos anos de orientação e pela oportunidade de inserção num campo de estudos tão apaixonante como o da análise do discurso.

Das contribuições quando da qualificação, meu muito obrigada a Profa. Dra. Cecília Perez Souza e Silva e a Profa. Dra. Ana Rosa Ferreira Dias agradeço também a oportunidade do estágio por dois semestres consecutivos na graduação.

Muito obrigada a toda a banca de avaliação final pela nobre leitura do trabalho.

No âmbito dos apoios institucionais, dois foram fundamentais: a bolsa de estudos da CAPES e o acolhimento pela COSEAS (assistência social da Universidade de São Paulo). Agradeço à assistente social da COSEAS Eliane de Souza Queiroz pelo atencioso acompanhamento.

Meus sinceros agradecimentos ao grupo de orientandos (Tatiana, Lívia, Ana, Luís André, Diva, Cássia, Leda, Eliane Greco), pelas trocas e interlocuções; às companheiras

cruspianas (Anna Karenina, Tarciana, Luciana Catunda, Tânia Gonçalves, Aliandra, David, Andréa Lizabeth, Ana Vlândia, Denise Mafra, Raquel, Vanessa Coutinho, Malu, Kátia), pela inesquecível convivência afetiva e aos recepcionistas do bloco G do CRUSP (Conjunto Residencial da USP), especialmente, ao Robson pela carinhosa recepção.

Agradeço carinhosamente as funcionárias do Centro de Documentação e Informação/Belo Horizonte-MG Elaine de Fátima Mello e Carolina Cabral pelas considerações e todas as colaborações.

Meu registro de gratidão à amiga Valéria Gil Condé, ao lado da amizade o apoio permanente. Também aos amigos Anna Karenina e Tércio Elyan pelo apoio no final do trabalho e a Beth Adão pela colaboração na coleta de dados.

Agradeço ao professor Dr. Cláudio Scliar do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais pela colaboração na coleta de dados.

Agradeço aos meus familiares pelo estímulo e apoio constante, sobretudo pela compreensão de muitas horas de ausência.

Enfim, a todos que de algum modo se fizeram presentes nessa caminhada, muito obrigada!

## RESUMO

Centrada numa perspectiva discursiva – a da análise do discurso – esta pesquisa trabalha tendo como foco teórico a *constituição/identidade das formações discursivas e relações interdiscursivas de caráter polêmico*. Além disso, indagações como as dimensões interdisciplinares da análise do discurso e a concepção de análise do discurso político ficaram também contempladas na trajetória.

Para efeito de averiguação da conformação do foco teórico, escolhemos como corpus a diversidade dos discursos escritos que se confrontaram, durante o processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD – maior companhia do mundo em atividade de extração mineral. Esse processo não se deu de forma pacífica e consensual, mas sob exaustivos debates de confronto entre governo e sociedade civil.

Esse confronto levou a um questionamento: o fato do processo ter se dado sob exaustivos debates, configurou-lhe uma aparência democrática, no entanto, o discurso “vencedor” é aquele identificado com o discurso governamental o qual propõe e efetiva a privatização. Se houve estratégias de condução do processo, como está caracterizado o perfil do discurso “vencedor” persuasivo, convincente ou simplesmente hegemônico?

Esse questionamento, em linhas gerais, levou aos seguintes objetivos: confrontar os argumentos verificando a força de um em relação ao outro; verificar o mecanismo de refutação e como as identidades e as imagens discursivas são construídas.

A questão subjacente é buscar compreender, através de formas de produção de sentidos como os fenômenos políticos se instalam ou se constituem discursivamente numa confluência de espaços e poderes nem sempre passíveis de clareza e visibilidade.

**Palavras-chave:** análise do discurso, formações discursivas, polêmica, interdiscursividade, linguagem política.

## ABSTRACT

Centred around a discursive perspective – the discourse analysis – this research has as theoretical focus the constitution/identity of the discursive formations and controversial interdiscursiveness relations. Furthermore, inquiries such as the discourse analysis interdisciplinary dimensions and the conception of the political discourse analysis were also observed.

In order to verify the theoretical focus, we have chosen as corpus the written discourses diversities that confronted during Companhia Vale do Rio Doce – CVRD privatization process. CVRD is the largest mining company in the world. Its privatization process did not happen in a peaceful and consensual way, but with exhaustive confrontational debates between government and civil society.

This confront led to a question: as the process has occurred with exhaustive debates, it happened to have a democratic appearance, nevertheless, the “victorious” discourse is the one identified with the governmental discourse, that proposes and effects the privatization. If there were strategies of how to conduct the process, how is the appearance of the persuasive “victorious” discourse characterized, convincing or simply hegemonic? On the whole, this question, has led to the following objectives: confront the arguments verifying the strength of one in relation to the other; verify the refutation mechanism and how the identities and discursive images are built.

The underlying question is to understand, how the political phenomena are settled or if they are established discursively in a space and power confluence not always liable to clarity and visibility.

**Key-words:** discourse analysis, discursive formations, controversy, interdiscursiveness, political language.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	10
Delimitação do corpus	11
Trajectoria da pesquisa	16
<b>1. ARTICULANDO CONCEITOS</b>	19
1.1 A linguagem política	20
1.3 Análise do discurso e discurso político	37
<b>2. ORIENTAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS DA PESQUISA</b>	46
2.1 Análise do discurso: âmbitos e fronteiras	47
2.1.1 Relações interdisciplinares da análise do discurso	50
2.1.2 Análise do discurso e lingüística: estreitamentos e distinções	59
2.2 Aspectos teóricos e metodológicos da análise do discurso	79
2.3 Formação discursiva e interdiscursividade	86
2.3.1 Foucault: Perspectiva arqueológica do saber	87
2.3.2 Deslocamentos e reconfigurações na análise do discurso	100
2.3.3 Memória discursiva	108
2.3.4 Interdiscursividade e formação discursiva em Maingueneau	112
2.3.5 Relações de polemicidade e identidade discursiva	123
2.4 O ato de refutar na polêmica	125
2.4.1 A negação	126
2.4.2 Argumentatividade	131
2.4.3 Refutação de intenções polêmicas	138
<b>3. SOBRE O CORPUS DE ANÁLISE</b>	140
3.1 Perfil Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	141
3.2 O quadro político e econômico do processo de privatização da CVRD	145
3.3 Organização textual-discursiva em gêneros e formações discursivas	152
3.4 Interincompreensão – relação de dupla negação entre as FDs	162

<b>4. ANÁLISE DO CORPUS</b>	166
4.1 Categorias de análise	167
4.2 Iniciando a leitura do confronto	168
4.2.1 L <sub>1</sub> (FD1) - A imagem da função política	169
4.2.2 Marcas enunciativas pressupõem um governo autoritário e hegemônico	176
4.2.3 Polemicidade: estratégias de desqualificação do <i>outro</i>	187
4.2.4 A imagem do referente num confronto argumentativo	193
4.2.5 Identidade discursiva: “vencedor” / “vencido”	199
<b>CONCLUSÃO</b>	205
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	212
<b>ANEXOS</b>	

## Confidência do Itabirano

Alguns anos vivi em Itabira.

Principalmente nasci em Itabira.

Por isso sou triste, orgulhoso: de ferro.

Noventa por cento de ferro nas calçadas.

Oitenta por cento de ferro nas almas.

E esse alheamento do que na vida é porosidade e

[comunicação.

A vontade de amar, que me paralisa o trabalho,

vem de Itabira, de suas noites brancas, sem

[mulheres e sem horizontes.

E o hábito de sofrer, que tanto me diverte,

é doce herança itabirana.

De Itabira trouxe prendas que ora te

[ofereço:

este São Benedito do velho santeiro Alfredo Duval;

este couro de anta, estendido no sofá da sala de

[visitas;

este orgulho, esta cabeça baixa...

Tive ouro, tive gado, tive fazendas.

Hoje sou funcionário público.

Itabira é apenas uma fotografia na parede.

Mas como dói!

Carlos Drummond de Andrade

# **INTRODUÇÃO**

## INTRODUÇÃO

O percurso deste trabalho teve seus primeiros delineamentos em minha dissertação de mestrado (1999). Dada a complexidade teórica e metodológica do campo de estudos da análise do discurso, a continuidade impôs-se pela necessidade de aprofundamento como um desdobramento dos primeiros estudos. Na dissertação de mestrado, o foco teórico estudado centrou-se na questão da *polifonia*; neste trabalho o foco está centrado na perspectiva teórica que busca a *constituição/identidade das formações discursivas e das relações interdiscursivas de caráter polêmico*.

Embora o trabalho atual tenha esse eixo teórico como foco outros estudos como as dimensões interdisciplinares da análise do discurso e a concepção de análise do discurso político foram necessários na trajetória da pesquisa.

O que está subjacente é o intuito maior de buscar compreender as formas de produção de sentido, de significação e as diferentes maneiras de surpreender do funcionamento da linguagem. Numa perspectiva mais específica, visamos compreender como os fenômenos políticos se instalam ou se constituem discursivamente numa confluência de espaços e de poderes nem sempre passíveis de clareza e visibilidade, o que quer dizer, no nosso ponto de vista, numa

análise discursiva, apreender o político pela linguagem.

Nosso compromisso, neste sentido, é tentar desmistificar a suposta transparência da linguagem demonstrando que há muitas maneiras de significar, que a significação é processual, que a linguagem orienta o sentido, mas não o comporta, pois ele não está pronto, ele é construído na relação de interlocução.

Buscamos, então, delimitar um corpus e construir uma trajetória de pesquisa que consideramos ser coerente com essa perspectiva.

### **Delimitação do corpus**

Há duas razões fundamentais que justificam a escolha do corpus para efeito de averiguação da conformação do foco teórico deste trabalho: a primeira por se tratar de um tema politicamente polêmico o qual está constituído da diversidade dos discursos *escritos* que se afrontaram e se confrontaram, durante o processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD; a segunda se deve a minha vivência do auge da implantação da CVRD em Itabira Minas Gerais, lugar onde a CVRD primeiro se estabeleceu, no Brasil, e ao acompanhamento dos debates à época do processo de privatização através da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Setor Mineral (CNTSM) como membro da Comissão Nacional de Mulheres Mineiras desta Confederação.

A CVRD, maior companhia do mundo em atividade de extração mineral, foi criada no Governo de Getúlio Vargas, na década de 40, no apogeu da 2ª Guerra Mundial, em Itabira, Minas Gerais, a partir de um acordo entre os Estados Unidos, a Inglaterra e o Brasil – o “Acordo de Washington”. A indústria bélica desses países, empenhada no confronto

com as potências do Eixo, necessitava de fontes alternativas de minério para seu suprimento.

A criação da CVRD resulta, também, do movimento político, do início do século, que propugnava pela industrialização do país através da implantação de indústrias siderúrgicas e da construção de uma ferrovia, ligando a cidade de Diamantina, em Minas Gerais, ao Porto de Vitória, no Espírito Santo. Surge no âmbito da política nacionalista, integrando-se, ao longo dos anos, em nível internacional, enquanto empresa de sucesso. Seu crescimento configurou-lhe um perfil de sistema de operações estratégicas cuja função é de agente governamental de desenvolvimento da infra-estrutura para sustentação e crescimento da economia do Brasil, ultrapassando os limites empresariais.

O processo de privatização da CVRD iniciou-se, durante o Governo Collor, no fim da década de 1980, e efetivou-se no Governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1997. Esse processo não se deu de forma pacífica e consensual, mas sob exaustivos debates de confronto entre governo e sociedade.

Os discursos arrolados durante o processo de privatização foram de variadas ordens. De um lado, o governo e seus adeptos tendo de justificar a importância da privatização perante a sociedade, de outro lado, os inconformados (trabalhadores, empresários, jornalistas, economistas, políticos, militares) com as supostas perdas que essa privatização viria a ocasionar para a nação. Os discursos foram veiculados através de meios diversificados: jornais, revistas, livros, periódicos, panfletos, cartas abertas e outros, o que configurou um grande movimento de circulação de textos *contra* e *a favor* da privatização, levando a um *confronto discursivo*, constituindo, desse modo, dois conjuntos de enunciados, marcadamente, antagônicos.

A privatização da CVRD não significa apenas uma negociação empresarial ou uma articulação de empreendimentos. A privatização faz parte de um Programa Nacional de Desestatização - PND, defendido pelo governo como necessidade de desonerar os investimentos nas estatais e, através da venda dos ativos, obter recursos para a redução das dívidas – interna e externa, reforma do Estado, etc. Por se tratar de uma empresa de capital misto, mas de supremacia estatal, à época da privatização, pode ser que as argumentações sobre a desestatização da CVRD estejam permeadas, de forma implícita ou explícita de contornos fundamentalmente ideológicos como a concepção de Estado, conjuntura neoliberal, globalização, etc.

A vitória do Consórcio Brasil, portanto, veio fortalecer as possibilidades econômicas do país. E ao concretizar, com sucesso e coragem, a privatização da empresa brasileira de maior dimensão no contexto da economia internacional, o Brasil demonstra também o seu firme propósito de conquistar sua inserção definitiva no modelo globalizado da economia mundial – de vencer através da eficiência, os desafios da competitividade. (Benjamim Steinbruch – Jornal O GLOBO, 01/06/1997).

Das privatizações efetivadas, na mesma década, como a da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), em Volta REDONDA/RJ, a da CVRD foi a que mais mobilizou as esferas sociais (militares, parlamentares, sindicalistas, intelectuais, empresários, religiosos, etc) dada a sua importância não apenas na economia nacional e internacional, mas também na responsabilidade social e política brasileira.



A privatização da Companhia Vale do Rio Doce foi marcada por um amplo e apaixonado debate nacional, por protestos sociais, processos judiciais e pela disputa entre dois consórcios formados por grandes grupos empresariais.(Steinbruch, 01/06/1997).

O *confronto discursivo* gerou um questionamento: o fato de o processo ter se dado sob amplos e exaustivos debates configurou-lhe uma aparência democrática. No entanto, coincidentemente, o discurso “vencedor” é o identificado com o discurso governamental o qual propõe e efetiva a privatização, o que faz pressupor estratégias de condução do processo. Se houve estratégias de condução do processo, como está caracterizado o perfil do discurso “vencedor”, persuasivo, convincente ou simplesmente hegemônico?

Buscar resposta para tal questionamento levou-nos a estabelecer os seguintes objetivos:

1 – desvelar o funcionamento que se projeta em cada conjunto de enunciado (pro/contra a privatização) buscando saber de seus procedimentos, de suas estratégias que fazem imbricar fatos lingüísticos e sócio-históricos;

2 – confrontar os argumentos demonstrando a força de um em relação ao outro através da produção de sentidos;

3 – demonstrar como se dá a relação de polemicidade entre as produções discursivas, politicamente, antagônicas procurando verificar o mecanismo de refutação;

4 – demonstrar como são construídas as identidades e as imagens discursivas *a favor e contra* a privatização.

O grande movimento de circulação de textos veiculados e a quantidade de textos coletados exigiram-nos estabelecer os critérios abaixo para selecioná-los de modo a dinamizar o estudo do corpus:

1 – avaliamos a relevância da quantidade de textos coletados para a pesquisa e verificamos se os dados atendiam nossas perspectivas de análise;

2 – propusemos um recorte plausível de acordo com os objetivos estabelecidos;

3 – dada à extensão social dos debates privilegamos os lugares de onde os discursos foram emanados conforme as diferentes esferas de atividades políticas, econômicas, empresariais, sindicais, intelectuais e religiosas.

4 – embora tenhamos coletado textos cronologicamente produzidos a partir de 1980, quando teve início a discussão sobre o Programa Nacional de Desestatização – PND, é na década de noventa que os debates tornaram-se veementes, portanto selecionamos para análise somente os textos da década de noventa. Os da década anterior foram usados como complementares.

A coleta do material foi feita na biblioteca da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, biblioteca da CVRD no Rio de Janeiro, no sindicato METABASE de Itabira. Por ter acompanhado os debates da privatização como membro da comissão de mulheres da CNTSM - Confederação Nacional dos Trabalhadores do Setor Mineral, muito material foi por mim arquivado, nesse período.

Uma vez que os discursos se constituem de um desacordo, foi necessária uma organização textual discursiva baseada na perspectiva do foco teórico da *constituição/identidade das formações discursivas e das relações interdiscursivas de*

*caráter polêmico*. Esta organização está contemplada na terceira parte descritiva sobre o corpus.

### **Trajetória da pesquisa**

Ao buscarmos uma racionalidade metodológica para a construção do caminho teórico do trabalho, optamos por dividi-lo em quatro partes. A *primeira parte* trata-se de uma abordagem estritamente conceitual; a *segunda parte* trata-se das orientações teóricas e metodológicas da pesquisa; a *terceira parte* trata-se da descrição do corpus de análise e na *última parte* desenvolvemos a análise do corpus.

A *primeira parte* está composta por dois capítulos: no primeiro capítulo, trabalhamos o conceito do termo “política” pelo seu caráter polêmico e polissêmico; de como a política se constitui em linguagem. No segundo capítulo, tratamos das questões epistemológicas dos âmbitos da análise do discurso e do discurso político. Este capítulo constitui, no nosso ponto de vista, um pré-requisito para a compreensão do que empreendemos como análise do discurso político.

A *segunda parte* diz respeito às orientações teóricas e metodológicas da pesquisa compreendendo quatro capítulos. No primeiro capítulo, tratamos dos âmbitos e fronteiras da análise do discurso. Dado o seu caráter interdisciplinar de constituição histórica e o fato de os estudos da linguagem em funcionamento terem se ampliado, surgiram várias vertentes dos estudos discursivos, de modo que muitas tendências passaram a partilhar o mesmo objeto de conhecimento. Essa ampliação passou a exigir um reconhecimento ou maiores discernimentos sobre as especificidades e direções metodológicas de modo a

permitir ao analista operar entrecruzamentos com outras disciplinas do conhecimento ou mesmo com outras vertentes, sem que isso signifique transferência de campos, reducionismo teórico ou qualquer equívoco correspondente. No segundo capítulo tratamos, então, dos aspectos teóricos e metodológicos da análise do discurso. No terceiro capítulo passamos à exposição teórica das formações discursivas e interdiscursivas a partir da perspectiva foucaultiana da qual a análise do discurso se apropria, fazendo deslocamentos e reconfigurações em relação à interdiscursividade como uma rede de formulações e reformulações, como consequência da heterogeneidade constitutiva de todo discurso e tratamos da polemicidade como “interimcompreensão” entre duas formações discursivas. No quarto capítulo tratamos da constituição teórica da refutação de intenções polêmicas balizada pela articulação de componentes negativos e de componentes argumentativos na perspectiva semântico-pragmática dos atos de fala.

*Na terceira parte* tratamos de aspectos relativos ao corpus em três capítulos. O primeiro capítulo diz respeito ao perfil do sistema Companhia Vale do Rio Doce, de como a Vale se diz na perspectiva empresarial, sua importância internacional e seu valor para a vida sócio-econômica e política do Brasil. No segundo capítulo abordamos a contextualização do processo de privatização da CVRD, ou seja, a conjuntura política e econômica em que a CVRD foi privatizada. No terceiro capítulo tratamos da organização do corpus em gêneros e formações discursivas e a relação de “interincompreensão” instaurada entre as formações discursivas.

*Na última parte* passamos, então, à análise de corpus. A análise foi orientada pelos objetivos estabelecidos, no início, e por categorias depreendidas da abordagem teórica, mais precisamente, pela interação entre duas formações discursivas em situação de

confronto numa relação de interincompreensão; pela construção de sentidos através de um processo de dessemantização/semantização pelas formações discursivas em confronto e pelo jogo argumentativo que numa relação polêmica molda o objeto de disputa.

O empreendimento da pesquisa exigiu-nos aportes teóricos tanto de conhecimentos da Lingüística como, de vertentes dos estudos discursivos, como de outros domínios do conhecimento como da Filosofia, da Ciência Política, das Ciências Sociais e outros. Essa exigência coincide com o que consideramos a tarefa primordial do analista do discurso: deslocar o lugar de onde os estudos da linguagem observam seus objetos.

O quadro teórico deste trabalho circunscreve-se a Análise do Discurso de linha francesa. Mas é importante ressaltar que o fato desta vertente diferenciar-se de outras compreensões como as que versam sobre a organização textual, a análise da conversação, situação de comunicação, e outras as quais circulam nos Estados Unidos, na Alemanha e na Inglaterra, não significa que haja uma única concepção de Análise do Discurso. Haja vista que o termo discurso é objeto de enfrentamentos teóricos divergentes, principalmente depois da chegada da pragmática, da análise da conversação, do apogeu da lingüística da enunciação e da recepção dos trabalhos de Bakhtin, possibilitando re-filiações e favorecendo a emergência de novos objetos. É nesse sentido que não se pode falar em análise do discurso, mas em análises de discursos, pois há uma diversidade de trabalhos realizados com a história, com a sociolingüística, com a etnolingüística, etc.

Ao que tudo indica, a tarefa do analista está longe de alguma simplificação. O espaço da análise, quando se trata da linguagem, cremos não ser possível ser trabalhado sem algum “desconforto” para o analista, já que a linguagem é, caracteristicamente, o

espaço da “certeza instável”. Para cada situação de análise há um diálogo com categorias específicas, claramente demarcadas, escolhidas a partir de critérios coerentes.

# 1. ARTICULANDO CONCEITOS

*As palavras, tem-se dito com razão, são como vidraças que é preciso polir e lustrar por muito tempo, na falta do que, em lugar de mostrar as coisas, elas as obscurecem".*

**(Michel Bréal)**

## 1.1 A linguagem política

A epígrafe de Michel Bréal pareceu-nos bastante apropriada para iniciarmos a reflexão da abordagem conceitual considerando nossa perspectiva de apreender as formas de produção de sentidos, de significação e as diferentes maneiras de surpreender do funcionamento da linguagem.

A palavra política é caracteristicamente polêmica. Articula conceitos construídos sob pontos de vistas que se completam, se contradizem, se sobrepõem, se omitem, se excluem, etc., conferindo-lhe propriedade, semanticamente polissêmica, de modo muito peculiar. A propriedade semântica do termo “política” articulada com a perspectiva que ora empreendemos, neste trabalho, suscita-nos uma abordagem conceitual. Além disso, os conceitos nunca são puros; eles vêm marcados pela historicidade que se agrega a sua existência categorial.

No sentido clássico, a palavra política origina-se do grego: *ta politika* vem da *polis*. *Polis* se refere a toda conformação da cidade (urbano, civil, público) social e sociável, ou seja, a *polis* é compreendida como a comunidade organizada, formada pelos cidadãos (*politikos*) nascidos no solo da cidade, livres e iguais, portadores de dois direitos inquestionáveis: a *isonomia* (igualdade perante a lei) e a *isegoria* (o direito de expor e discutir em público opiniões sobre ações que a cidade deve ou não deve realizar).

Compreende-se *ta politika* como os negócios públicos dirigidos pelos cidadãos: costumes, leis, erário público, organização da defesa e da guerra, administração dos serviços públicos (abertura de ruas, construção de estradas e portos, construção de templos



e fortificações, obras de irrigação, etc.) e das atividades econômicas da cidade (moeda, impostos e tributos, tratados comerciais, etc.).

*Civitas* é a tradução latina de *polis*, ou seja, a cidade como ente público e coletivo. *Res publica* é a tradução latina para *ta politica* significando, portanto, os negócios públicos dirigidos pelo *populus romanus*, isto é, os patrícios, ou cidadãos livres e iguais nascidos em Roma.

O que concebemos como política origina-se dos gregos e dos romanos: democracia, aristocracia, oligarquia, tirania, despotismo, anarquia, monarquia são palavras gregas que designam regimes políticos; república, império, poder, cidade, ditadura, senado, povo, sociedade, pacto, consenso são palavras latinas que designam regimes políticos, agentes políticos, formas de ação política.

A expansão do termo política tem início na grande obra de Aristóteles “Política” considerada como o primeiro tratado da natureza, funções e divisões do Estado e sobre as várias formas de governo.

Aristóteles buscou as fundamentações das diferenças políticas. Sua preocupação em justificar a organização da polis, em bases racionais, levou-o a buscar valores que levam à criação e à manutenção de uma organização política e social. Nesse sentido, o aspecto de maior relevância é a idéia de justiça, pois ela exprime o valor que permite a relação equitativa entre os desiguais. Os desiguais se relacionam em duas esferas: a do partilhável (bens materiais que garantem a sobrevivência) e a do participável (critérios que garantem a participação no poder). No âmbito do participável, os critérios devem pressupor igualdade entre aqueles que participam do poder. Esses critérios dependem das formas de governo. Na aristocracia o critério é a nobreza, numa oligarquia, a riqueza e na democracia, a

liberdade. Dessa forma Aristóteles procurou desvendar, conhecer e compreender a lógica das formas de governo.

As formas de governo constituíram em Aristóteles um aspecto essencial, porque ele só podia compreender o homem na polis. Para ele um homem sem cidade é como uma pedra solitária no jogo de damas. Essa metáfora expressa por Aristóteles, na verdade, representava a visão geral dos gregos. A polis para os gregos funcionava como uma escola constante, que moldava seus habitantes por meio de leis, festivais, cultura, ritos religiosos etc. Os gregos acreditavam que o cidadão se educava e aperfeiçoava pela participação integral na vida e nos negócios da cidade. Aliás, na Grécia antiga, os ensinamentos políticos eram de responsabilidade dos filósofos.

Com base em Arendt (1993) a dualidade entre a filosofia e a política, historicamente, tem seu marco, a partir do julgamento e da condenação de Sócrates, que constituem um momento decisivo na história do pensamento político, assim como o julgamento e a condenação de Jesus constituem um marco na história da religião.

Nossa tradição de pensamento político teve início quando a morte de Sócrates fez Platão desencantar-se com a vida da *polis* e, ao mesmo tempo, duvidar de certos princípios fundamentais dos ensinamentos socráticos. O fato de Sócrates não ter sido capaz de persuadir os juízes de sua inocência e de seu valor, tão óbvios para os melhores e mais jovens cidadãos de Atenas, fez com que Platão duvidasse da validade da *persuasão*.<sup>1</sup>

A ênfase de Sócrates em sua defesa perante os cidadãos e juízes atenienses baseava-se na visão de que seu comportamento tinha em vista o bem da cidade. Na tragédia atestada

pelos diálogos de Platão, Sócrates se nega a fugir e coaduna com a idéia de que deveria - por razões políticas - ser condenado à morte, fazendo pressupor que a cidade não precisava de um filósofo e os amigos não precisavam de argumentação política.

Havia um preconceito da *polis* contra os filósofos, mas não contra artistas e poetas. Consideravam que os *sophos* (sábios) eram homens de compreensão, cujas percepções do mundo dos assuntos humanos não os qualificavam para governar. A filosofia, o amor à sabedoria, não era, de modo algum, tido como equivalentes a esse fazer que é governar. Aristóteles concorda plenamente com a opinião pública de que somente o sábio preocupasse com os pensamentos externos a ela.

Platão não negava que a preocupação dos filósofos era as questões eternas, imutáveis e não-humanas, mas discordava de que essa maneira de pensar o tornasse inadequado para desempenhar um papel político. Discordava, sobretudo, da conclusão da *polis* de que o filósofo, sem a preocupação com o bem humano corria ele próprio o constante risco de se tornar inútil. Quando Platão reivindicou o governo para o filósofo, acreditando que somente este podia enxergar a idéia do bem, a mais alta das essências eternas, afirmou, por conseguinte, que a preocupação do filósofo com as coisas eternas não o fazia correr o risco de se tornar inútil; depois sustentou que as coisas eternas eram ainda mais "valiosas" do que belas; numa outra versão respondendo a Protágoras, ele diz que a medida de todas as coisas humanas não é um homem, mas um deus.

A diferença entre o bem e o belo para os gregos é que o bem pode ser posto em prática, contendo em si mesmo um elemento de uso. Daí a visão de que Platão só poderia

---

<sup>1</sup> É sabido que os atenienses orgulhavam-se de conduzir seus assuntos políticos pela fala e sem uso de violência, pois acreditavam que a arte mais alta e verdadeiramente política era a retórica. A arte da persuasão

usar as idéias para fins políticos e erigir, nas leis, sua ideocracia - na qual as idéias eternas teriam que ser traduzidas em leis humanas.

A dúvida de Platão quanto à validade da *persuasão* distanciou suas reflexões das do pensamento socrático. O interesse de Sócrates repousava no aperfeiçoamento das *doxai*<sup>2</sup> dos cidadãos, que constituía a vida política em que ele tomava parte. Segundo Arendt (1993), o espetáculo de Sócrates submetendo sua própria *doxa* às opiniões irresponsáveis dos atenienses e sendo suplantado por uma maioria de votos, fez com que Platão desprezasse as opiniões e ansiasse por padrões absolutos. Tais padrões, pelos quais os atos humanos poderiam ser julgados e o pensamento poderia atingir alguma medida de confiabilidade, tornaram-se daí em diante o impulso primordial de sua filosofia política, influenciando de modo decisivo até mesmo a doutrina puramente filosófica das idéias.

Considera-se que a política tenha deixado de ser questão filosófica e passado a ser questão científica quando os pensadores deixaram de lado a discussão acerca da boa cidade e do governo justo e virtuoso para discutir as instituições e práticas necessárias ao funcionamento dos diferentes regimes políticos.

Assim, enquanto Platão, Aristóteles e Santo Tomás encontram-se entre os filósofos, Maquiavel, Hobbes, Espinosa, Montesquieu encontram-se entre os cientistas. Os filósofos buscavam, sobretudo, saber como os homens podem praticamente viver em conformidade com uma ordem ditada pela natureza. Os cientistas ou os modernos partem do problema prático da dominação das forças naturais que ameaçam os homens.

---

é o que os distinguiu dos bárbaros.

<sup>2</sup> A palavra *doxa* está relacionada com o domínio político, de esfera pública em que qualquer indivíduo pode aparecer e mostrar-se. Fazer valer sua própria opinião significava ser capaz de mostrar-se, ser visto e ouvido pelos outros. Para os gregos, isso constituía privilégio que dizia respeito somente à vida pública, pois na vida

O pensamento político moderno inaugura-se com a obra de Maquiavel “O Príncipe”, escrita entre 1513 e 1514, período conhecido como Renascimento. Ele busca oferecer respostas novas a uma situação histórica em que seus contemporâneos tentavam compreender lendo os autores antigos, deixando escapar a observação dos acontecimentos que ocorriam diante seus olhos. Maquiavel parte da experiência real de seu tempo.

Foi diplomata e conselheiro dos governantes de Florença; viu as lutas européias de centralização monárquica (França, Inglaterra, Espanha, Portugal), viu a ascensão da burguesia comercial das grandes cidades e, sobretudo, viu a fragmentação da Itália, dividida em reinos, ducados, repúblicas e igreja. A compreensão dessas experiências históricas e a interpretação do sentido delas o conduziram à idéia de que uma nova concepção da sociedade e da política tornara-se necessária, sobretudo para a Itália e Florença, diferentemente dos teólogos, que partiam da Bíblia e do Direito Romano para formular teorias políticas e, diferente dos contemporâneos renascentistas, que partiam das obras dos filósofos clássicos para construir suas teorias políticas.

Maquiavel conquista um novo domínio de investigação, pois libera as estruturas de poder rompendo com os fundamentos políticos anteriores: Deus, natureza ou razão. Na concepção maquiaveliana toda cidade está originariamente dividida por dois desejos opostos: o desejo dos grandes de oprimir e comandar e o desejo do povo de não ser nem oprimido nem comandado.

Essa divisão evidencia que a cidade não é uma comunidade homogênea nascida da vontade divina, da ordem natural ou da razão humana. Na verdade, a cidade é tecida por

---

privada se está escondido e não se pode aparecer. Nesse sentido, *doxa* significava não apenas opinião, mas glória e fama.

lutas internas que a obrigam a instituir um pólo superior que possa unificá-la e dar-lhe identidade. Esse pólo é o poder político.

Nessa visão, a política nasce das lutas sociais e é obra da própria sociedade para dar a si mesma unicidade e identidade. A política resulta da ação social a partir das divisões sociais.

A ruptura operada pelo pensamento maquiaveliano baseia-se, fundamentalmente, na descrença da idéia de política constituída para o bem comum e a justiça e, o ponto de partida é a divisão social entre os Grandes e o povo. Nesse caso, a sociedade é originariamente dividida e jamais pode ser vista como uma comunidade una, indivisa, homogênea, voltada para o bem comum, ou seja, a imagem da unidade e da indivisão é uma máscara com que os Grandes recobrem a realidade social para enganar, oprimir e comandar o povo, como se os interesses dos Grandes e dos populares fossem os mesmos e todos fossem irmãos e iguais numa bela comunidade.

A tradição grega tornara a ética e a política inseparáveis, a tradição romana colocara essa identidade da ética e da política na pessoa virtuosa do governante e a tradição cristã transformara a pessoa política num corpo místico que encarnava a vontade de Deus e a comunidade humana. Esse conjunto de idéias e de imagens é demolido por Maquiavel que concebe a finalidade da política como a tomada e a manutenção do poder. Essa ruptura ele a encarna na figura do príncipe virtuoso.

O verdadeiro príncipe é aquele que sabe tomar e conservar o poder e, para isso, jamais deve aliar-se aos Grandes, pois estes são seus rivais e querem o poder para si, mas deve aliar-se ao povo, que espera do governante a imposição de limites ao desejo da

opressão e mando dos Grandes. A política não é a lógica racional da justiça e da ética, mas a lógica da força transformada em lógica do poder e da lei.

Maquiavel recusa a figura do bom governo encarnada no príncipe virtuoso, portador das virtudes cristãs, das virtudes morais e das virtudes principescas. O príncipe precisa ter virtudes, mas esta é propriamente política, refere-se às qualidades do dirigente para tomar e manter o poder, mesmo que para isso ele tenha que usar da força, da astúcia, da mentira e da violência.

A tradição dizia que o governante devia ser amado e respeitado pelos governados. Maquiavel afirmava que o príncipe não pode ser odiado. Isso significa, em primeiro lugar, que deve ser respeitado e temido, o que só é possível se não for odiado. Em segundo lugar, significa que não precisa ser amado, pois isto o faria um pai para a sociedade e, certamente, incorreria num poder despótico. A virtude política do príncipe aparecerá na qualidade das instituições que souber criar e manter e na capacidade que tiver para enfrentar as ocasiões adversas, isto é, a fortuna ou a sorte.

No sentido maquiaveliano a virtude do príncipe consistia na capacidade do príncipe para ser flexível às circunstâncias, mudando com elas para agarrar e dominar a fortuna, ou seja, um príncipe que agir sempre da mesma maneira e de acordo com os mesmos princípios em todas as circunstâncias fracassará e não terá virtude alguma. Para ser senhor da sorte, deve-se mudar de acordo com as circunstâncias, só assim saberá agarrá-las e vencê-las. Em certas situações deverá ser cruel, em outras deverá ser generoso, em algumas deverá mentir, em outras ser honrado; há momentos em que deverá ceder à vontade dos outros, em algumas ser inflexível. Para que tenha sempre domínio sobre as circunstâncias, deve sempre variar adequando-se às exigências ou necessidades.

A idéia dos valores políticos medidos pela eficácia, pela prática e pela utilidade social, afastada dos padrões que regulam a moralidade privada dos indivíduos, portanto, inaugura-se em Maquiavel. O caráter político e o caráter moral são diferentes e a maior fraqueza política é o moralismo que mascara a lógica real do poder.

Desse modo, a teoria moderna da lógica do poder independente da religião, da ética e da ordem natural dá origem às expressões “maquiavelismo” e “maquiavélico” durante o século XVI e permanecem até nos dias de hoje. Na verdade, tais expressões significam a política sem as máscaras da religião, da moral, da razão e da natureza. Nesse século, para o Ocidente cristão o bom governo não estando sob Deus e a razão, só poderia ser diabólico. As expressões em destaque constituem imagens satânicas da política como ação social puramente humana. Apesar de ter sido considerado satânico, ateu, o pensamento de Maquiavel tornou-se uma referência obrigatória no pensamento político moderno.

A partir do século XVI, com o desenvolvimento econômico das cidades, o surgimento da burguesia comerciante ou mercantil, o crescimento dos trabalhadores pobres, mas sem laços de servidão com os senhores feudais, a Reforma Protestante que questionara o poder econômico e político da igreja, as revoltas populares, as guerras entre potências pelo domínio dos mares e dos novos territórios descobertos, a queda de reis e de famílias da nobreza, a ascensão de famílias comerciantes e de novos reis que as favoreciam contra os nobres torna-se evidente que a idéia cristã herdada do Império Romano e consolidada pela Igreja Romana, de um mundo constituído naturalmente por hierarquias era uma idéia que não correspondia mais à realidade.

Dessa nova situação histórica, surgiram dois fatos. O primeiro pautou-se pela existência de indivíduos – burguês e trabalhador - que só podiam invocar a si mesmos



como indivíduos, já que não podiam invocar família, linhagem, e dinastia para explicar porque existiam e porque haviam mudado de posição social. O segundo pautou-se pela existência de conflitos entre indivíduos e grupos de indivíduos pela posse de riquezas, cargos, postos e poderes que anulava a imagem da comunidade cristã, una, indivisa e fraterna.

As novas teorias surgem da necessidade da explicação desses novos fatos.

Não é nossa intenção enveredar por essa exposição, mas apenas circunscrevê-la rapidamente, com o intuito de refletir sobre a constituição da linguagem política. Ainda sim, torna-se relevante uma breve abordagem da perspectiva marxista, uma vez que a análise do discurso francesa surge no contexto de releitura das teorias marxistas, nos anos 60 (aspecto tratado em dois capítulos seguintes), e pela pertinência a análise do corpus delimitado. Além do mais, a obra de Marx é considerada um acontecimento teórico comparado apenas ao de Maquiavel. Suas teorias respondem a experiências históricas e a problemas diferentes, mas ambos representam uma mudança decisiva no modo de conceber a política e a relação entre sociedade e poder. Maquiavel desmistifica a teologia política e o republicanismo italiano, Marx desmistifica a política liberal.

Nos basearemos nas reflexões de Marilena Chauí em “Convite à Filosofia” (1995, p.409-418) para esta breve exposição.

Marx parte da crítica da *economia política*<sup>3</sup>. A crítica da economia política consiste justamente em mostrar que a política jamais conseguiu realizar a separação entre a esfera

---

<sup>3</sup> “A palavra economia vem do grego, *oikonomia*, composta de dois vocábulos, *oikos* e *nomos*. *Oikos* é a casa ou família, entendida como unidade de produção (agricultura, pastoreio, edificações, artesanato, trocas de bens entre famílias ou trocas de bens por moedas, etc.). *Nomos* significa regra, acordo convencionado entre seres humanos e por eles respeitados nas relações sociais. *Oikonomia* é, portanto, o conjunto de normas de administração da propriedade patrimonial ou privada, dirigida pelo chefe da família, o despotes. Os gregos

privada da propriedade e a esfera pública do poder. O poder político sempre foi a maneira legal e jurídica pela qual a classe dominante de uma sociedade manteve seu domínio.

A idéia de que o poder político existe como supremacia dos economicamente poderosos, para servir seus interesses e privilégios e garantir-lhes a dominação social, divididas entre proprietários e não-proprietários (trabalhadores livres, escravos, servos,) está dissimulada essencialmente pelo aparato legal e jurídico. Na verdade, as sociedades jamais foram comunidades de iguais e o compartilhamento do poder político nunca foi permitido aos não-proprietários. A expressão *economia política* tornou-se possível e visível na modernidade porque a idéia moderna liberal de sociedade civil tornou explícita a significação da economia política, ainda que a ideologia liberal exista para camuflar tal fato.

Mas, o que é a sociedade civil? Na visão marxista, sociedade civil não se define como a manifestação de uma ordem natural racional nem o aglomerado conflitante de indivíduos, famílias, grupos e corporações, cujos interesses antagônicos serão conciliados pelo contrato social, que instituiria a ação reguladora e ordenadora do Estado, expressão dos interesses gerais. A sociedade civil consiste no sistema de relações sociais que organiza a produção econômica (agricultura, indústria e comércio), realizando-se através de instituições sociais encarregadas de reproduzi-lo (família, igreja, escola, polícia, partidos políticos, meios de comunicação, etc.). É o espaço onde as relações sociais e suas formas econômicas e institucionais são pensadas, interpretadas e representadas por um conjunto de

---

inventaram a política porque separaram o espaço privado – a *oikonomia* – e o espaço público das leis e do direito – a *polis*. Como então falar em *economia política*? Os dois termos não se excluem reciprocamente?”. (Chauí, 1995, p.409).

idéias morais, religiosas, jurídicas, pedagógicas, artísticas, científicas, filosóficas e políticas.

A sociedade civil é o processo de constituição e reposição das condições materiais da produção econômica pelas quais são engendradas as classes sociais: os proprietários privados dos meios de produção e os trabalhadores ou não-proprietários, que vendem sua força de trabalho como mercadoria submetida à lei da oferta e da procura no mercado de mão-de-obra. Essas classes sociais são antagônicas e seus conflitos revelam uma profunda contradição entre os interesses de cada uma delas, ou seja, a sociedade civil se realiza como *luta de classes*. Mas, então, o que é o Estado?

O Estado é a expressão política da luta econômico-social das classes, amortecida pelo aparato da ordem (jurídica) e da força pública (policial e militar). Aparece como um poder público distante e separado da sociedade civil, mas não é. O fato do liberalismo definir o Estado como garantidor do direito de propriedade privada, não é por acaso, como não é por acaso que a ampliação da cidadania seja fruto de lutas populares contra as idéias e práticas liberais. Isto quer dizer que a economia nunca deixou de ser política. No sistema capitalista o vínculo interno e necessário entre economia e política tornou-se evidente. No entanto, esse vínculo permanece invisível aos olhos da maioria.

Ao indagar como os homens passaram da submissão do poder pessoal de um senhor à obediência do poder impessoal do Estado e por que o vínculo entre o poder econômico e o poder político não é percebido pela sociedade, sobretudo pelos que não têm poder econômico nem poder político, Marx busca desvendar a gênese do Estado.

Buscando desvendar a gênese do Estado, Marx mostra contra o liberalismo político que a propriedade privada não é um direito natural e o Estado não é o resultado de um

contrato social. Contra a economia política ele mostra que a economia não é a expressão de uma ordem natural racional e contra Hegel<sup>4</sup>, mostra que o Estado não é a idéia ou o espírito encarnados do real e que a História não é o movimento da consciência e suas idéias.

Marx e Engels distinguem os seres humanos dos animais não porque sejam dotados de consciência – animais racionais – nem porque sejam naturalmente sociáveis e políticos como na visão aristotélica, mas porque são capazes de produzir as condições de sua existência material e intelectual. Os seres humanos são o que produzem e são como produzem. A produção das condições materiais e intelectuais da existência não são escolhidas livremente pelos seres humanos, mas estão dadas, objetivamente, independente de nossa vontade. Nesse sentido é que Marx concebe que os homens fazem sua própria história, mas não a fazem em condições escolhidas por eles. São *historicamente determinados* pelas condições em que produzem suas vidas.

A produção e a reprodução das condições de existência se realizam através do trabalho (relação com a natureza), da divisão social do trabalho (intercâmbio e cooperação), da procriação (sexualidade e instituição da família) e do modo de apropriação da natureza (a propriedade).

Esse conjunto de condições forma, em cada época, a sociedade e o sistema das *formas produtivas* que a regulam, segundo a divisão social do trabalho. Essa divisão que

---

<sup>4</sup> Em Hegel o Estado moderno surge como superação racional das limitações que bloqueavam o desenvolvimento do espírito humano: o isolamento dos indivíduos na família e as lutas dos interesses privados na sociedade civil. O Estado absorve e transforma a família e a sociedade civil numa totalidade racional mais alta e perfeita, que exprime o interesse e a vontade gerais. Por isso, é a realização mais importante – e a última – da razão na História, uma vez que supera os particularismos numa unidade universal, que, pelo direito, garante a ordem, a paz, a moralidade, a liberdade e a perfeição do espírito humano. O processo histórico é desenvolvimento da consciência, que se torna cada vez mais consciente de si através das obras espirituais da cultura, ou seja, das idéias que se materializam em instituições sociais, religiosas, artísticas, científico-filosóficas e políticas. O Estado é a síntese final da criação racional ou

começa na família, com a diferença sexual das tarefas, prossegue na distinção entre a agricultura e pastoreio, entre ambas e o comércio, conduzindo à separação entre o campo e a cidade. Em cada uma das distinções operam novas divisões sociais do trabalho.

A divisão social do trabalho não constitui uma simples divisão de tarefas, mas a manifestação da existência da propriedade, ou seja, a separação entre as condições e os instrumentos de trabalho e próprio trabalho, incidindo conseqüentemente, sobre a forma de distribuição dos produtos do trabalho. A propriedade introduz a existência dos *meios de produção* (condições e instrumentos de trabalho) como algo diferente das *forças produtivas* (trabalho).

As diferentes formas da propriedade dos meios de produção e das relações com as forças produtivas ou de determinações sociais decorrentes da divisão social do trabalho constituem os *modos de produção*.

Marx e Engels observaram que, a cada modo de produção, a consciência dos seres humanos se transforma. Descobriram que essas transformações constituem a maneira como, em cada época, a consciência interpreta, compreende e representa para si mesma o que se passa nas condições materiais de produção e reprodução da existência. Por isso é que eles disseram que, ao contrário do que se pensa, não são as idéias humanas que movem a História, mas as condições históricas que produzem as idéias.

Na concepção marxista o conjunto das relações de produção (que corresponde ao grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais) constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à

---

espiritual, expressão mais alta da Idéia ou do Espírito. O idealismo político hegeliano formam o pano de fundo do pensamento de Marx, voltado para a compreensão do capitalismo e das lutas proletárias.

qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de reprodução de vida material determina o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, é o seu *ser social* que, inversamente, determina sua consciência. Por isso é que o pensamento de Marx e Engels é denominado de *materialismo histórico*.

*Materialismo* é pelo fato de sermos o que as condições materiais (as relações sociais de produção) nos determinam a ser e a pensar e *histórico* porque a sociedade e a política não surgem de decretos divinos nem nasceu da ordem natural, mas dependem da ação concreta dos seres humanos no tempo.

O que, então, é a gênese do Estado?

A gênese do Estado fundamenta-se no conflito entre proprietários privados dos meios de produção e contradições entre eles e os não-proprietários. As contradições aparecem para a consciência social sob a forma de conflitos e contradições entre interesses particulares e o interesse geral.

Os donos dos meios de produção podem ter interesses comuns, já que precisam do intercâmbio e da cooperação para manter e fazer crescer a propriedade de cada um. Deste modo, embora estejam em concorrência e competição, precisam estabelecer certas regras para que não se destruam reciprocamente e resguardem suas propriedades das revoltas, revoluções populares dos não-proprietários.

De fato, é preciso que os interesses comuns entre os donos dos meios de produção e a força para dominar os não-proprietários sejam estabelecidos de maneira tal que pareçam corretos, legítimos e válidos para todos. Assim, criam o Estado como poder separado da

sociedade, portador do direito e das leis, dotado de força para usar a violência na repressão de tudo quanto pareça perigoso à estrutura econômica existente.

Por isso é que o Estado precisa *parecer* como expressão do interesse geral e não como defensor dos que dominam. Os não-proprietários podem recusar o poder visível de um senhor, mas quando se trata de um poder distante, separado, invisível e impessoal como o Estado, é muito mais difícil, pelo fato de julgarem que ele se encontra a serviço do bem comum, da justiça, da ordem, da lei, da paz e da segurança; aceitam a dominação por não percebê-la como tal. Mas como esse julgamento se sustenta?

Quando Marx afirma que a consciência humana é sempre social e histórica, isto é, determinada pelas condições concretas de nossa existência, não quer dizer que nossas idéias representem a realidade tal como ela é em si mesma. Seria incompreensível que os seres humanos, conhecendo as causas da exploração, da dominação, da injustiça e da miséria, nenhuma atitude tomassem contra elas. Nossas idéias, historicamente determinadas, têm a peculiaridade de nascer a partir de nossa experiência social direta. A marca da experiência social explica a aparência das coisas como se fosse sua essência. A produção das imagens e das idéias aparente da realidade diz respeito à *ideologia*. É nessa perspectiva que Marx encontra resposta para suas indagações de por que os sujeitos sociais não percebem o vínculo entre o poder econômico e o poder político e por que não percebemos a verdadeira natureza de classe do Estado.

A ideologia é concebida como um fenômeno histórico-social que decorre do modo de produção econômico. Funciona como a naturalização das idéias que afirmam que as coisas são como são porque é natural que assim sejam. É a maneira pela qual as idéias produzem alienação social, de tal modo que a sociedade surge como uma força natural

estranha e poderosa, fazendo com que tudo seja necessariamente como é (as mulheres foram feitas para a maternidade e para o trabalho doméstico, os negros foram feitos para serem escravos e assim por diante).

As relações sociais passam a ser vistas existentes em si e por si, e não como resultado das ações humanas. A operacionalidade da ideologia oferece à sociedade dividida em classes sociais antagônicas uma realidade socialmente transfigurada. Ela é a lógica da dominação social e política.

Enfim, as sociedades (homem/polis) estão configuradas de tal modo que a política como forma de conduta humana tem no Estado o elemento determinante das relações da sociedade civil. Qualquer que seja a classe, que, de momento governa, deve passar pela vontade do Estado o qual tem sua existência fundada nas condições econômicas de vida da sociedade. Se o Estado e o direito público são governados pelas relações econômicas, também o será, pela lógica, o direito privado. Nossa conformação social confere ao político como ato de fundação, trabalho que a sociedade efetua sobre si mesma em busca de sua definição e de sua inscrição histórica.

A dimensão das relações envolvidas no termo *política*, conceitualmente, não se esgota nessa exposição, nem pretendíamos fazê-lo, mas a complexidade que o envolve trouxe uma questão de fundo para a construção deste trabalho: quando dissemos que fazemos “análise do discurso político”, o que empreendemos em termos de sentidos e de significação em relação à linguagem política? Qual é a sua abrangência? Abramos esta discussão.



## 1.2 Análise do discurso e discurso político

Buscar saber da dimensão ou abrangência da ADP, de suas possíveis significações exige uma reflexão em relação às questões epistemológicas dos âmbitos da *análise do discurso* e do *discurso político* visando apreender como elas se distinguem e se imbricam ao mesmo tempo. Nessa perspectiva, consideraremos dois aspectos fundamentais: o primeiro, historicamente, constitui-se da concepção do discurso que teve origem na ótica de uma ruptura epistemológica como mostraremos. O segundo aspecto constitui-se da especificidade do *discurso político* ou dos componentes que o definem como tal.

As reflexões de Dominique Maingueneau em *L'Analyse du Discours* (1991)<sup>5</sup> apontam a *escola francesa de análise do discurso* (doravante AD), num primeiro momento, como condição de emergência, ou como uma tentativa de remediar as insuficiências de *análise de conteúdo* vigente nas ciências humanas. O método de tratamento da informação pela análise de conteúdo consistia na organização da diversidade de textos comparáveis de modo a possibilitar uma quantificação. O conteúdo dos documentos era distribuído numa grade cujas categorias, em geral, eram indiferentes às articulações propriamente lingüísticas e textuais. O trabalho de quantificação de resultados estava relacionado com a necessidade de tratar numerosos dados supostamente representativos de uma dada realidade social: dossiês, pesquisas de opinião pública, etc.

A análise de conteúdo desenvolveu-se no campo da sociologia ancorada na teoria da informação a qual significa em si mesma, ou seja:

---

<sup>5</sup> MAINGUENEAU, Dominique. *L'Analyse du Discours - Introduction aux lectures de L'archive*. Hachette Université Linguistique. Université d'Amiens, Paris, 1991.

Estudar uma língua era, na maior parte das vezes, estudar *textos*, e colocar a seu respeito questões de natureza variada provenientes, ao mesmo tempo, da prática escolar que ainda é chamada de compreensão de texto, e da atividade do *gramático* sob modalidades normativas ou descritivas; perguntávamos ao mesmo tempo: 'De que fala este texto?', 'Quais são as 'idéias' principais contidas neste texto'? E 'este texto está em conformidade com as normas da língua na qual ele se apresenta?', ou então 'Quais são as normas próprias a este texto?'. Todas essas questões eram colocadas simultaneamente porque remetiam umas às outras: mais precisamente, as questões concernentes aos usos semânticos e sintáticos colocados em evidência pelo texto ajudavam a responder às questões que diziam respeito ao sentido do texto (o que o autor 'quis dizer'). (Gadet, apud Pêcheux, 1997, p.61).

A análise do discurso rompe com essa visão estática de tratamento do texto e atesta sua opacidade. Para a AD, a interpretação deve dar conta do modo de funcionamento dos discursos, as modalidades do exercício da fala num universo determinado. Na visão de Maingueneau, a AD salienta um contraste entre uma análise de conteúdo que se quer um conjunto de técnicas auxiliares das ciências sociais e uma AD que se esforça para se constituir verdadeira disciplina de análise textual, ou seja, considerar a emergência da análise do discurso não é inexata, mas negligencia o enraizamento cultural da disciplina que resulta do encontro, no interior de uma certa *tradição* de uma *prática escolar* e de uma *conjuntura intelectual*.

O destaque deste encontro fica com a conjuntura intelectual que em torno do estruturalismo inicia uma reflexão que associa a lingüística à psicanálise lacaniana e ao marxismo althusseriano. A AD desenvolve-se, então, em meio a pesquisas históricas,

lingüísticas, sociológicas e psicológicas. Neste movimento, o pensamento de Louis Althusser teve influência determinante. Maingueneau (1991) considera que não se pode explicar a emergência da AD sem invocar o projeto intelectual mobilizador que ele denomina de "althusserianismo". Ele distingue o "althusserianismo" da filosofia de Althusser, o qual se apresenta essencialmente como uma *vulgata* que exerceu uma influência determinante sobre a AD.

O trabalho de Althusser visava, mais precisamente, fundamentar o marxismo em relação à tradição epistemológica francesa e ao estruturalismo afirmando o caráter irreduzível de um deslocamento entre a ciência e a ideologia. A filosofia marxista foi considerada uma verdadeira ruptura epistemológica. Mesmo que seu pensamento tenha permanecido em certos aspectos impregnado de historicismo, humanismo, hegelianismo e ideologia, afirma Maingueneau, uma tal distorção entre a filosofia de Marx e sua prática científica pressupunha uma leitura adequada capaz de separar a ciência nova de seus obstáculos epistemológicos. A releitura de Marx por Althusser induziu-o a ver a ideologia como sendo o elemento universal da existência histórica.<sup>6</sup>

É no calor do "althusserianismo" que a AD se desenvolve, apoiada pela cientificidade da lingüística, assegurada pelo materialismo histórico e pela psicanálise. Sua tarefa consistia em mostrar a inconsistência fundamental dos textos, ou seja, desvendar-lhe a parte oculta, relacionando-a com outros textos presentes como uma ausência necessária, duplicidade familiar à psicanálise quanto à inocência da fala e da escuta, profundamente marcadas de um segundo, um outro discurso qualquer. Nesse caso, a inconsistência dos

---

<sup>6</sup> Maiores detalhes sobre a filosofia de Althusser encontram-se desenvolvidos na segunda parte deste trabalho (quadro teórico).

textos seria mostrada como o resultado do trabalho ideológico tal como o sonho é produto de um trabalho psíquico regido por suas leis. Cada um deveria se ocupar, respectivamente, um dos interesses de uma classe social e o outro dos interesses obscuros do desejo; nos dois casos, conforme Maingueneau, o analista deveria considerar como objeto os processos da ilusão.

A ambição da AD devia ser, nessa perspectiva, a de construir uma técnica de leitura adaptada a essas tarefas e, nesse sentido, a vontade militante e o interesse científico aparecem indissociáveis, ou seja, estudar os processos de deformação ideológica nos discursos é trabalhar na intenção da desmistificação, prelúdio a uma transformação social. Daí o fato de muitas reflexões terem se voltado exclusivamente para corpora políticos. De qualquer forma, a expressão "análise do discurso político", numa perspectiva althusseriana, apresenta-se redundante. Uma vez que a discursividade é definida no interior da ideologia, todo discurso tomado como objeto de análise situa-se na órbita do político, isto é, o discurso político é o discurso mais apropriado à leitura em termos ideológicos.

Esta afirmação suscita uma questão: se considerarmos que as condições de desenvolvimento e funcionamento das condutas humanas são orientadas por práticas de conhecimentos e de valores portadores de significações sócio-históricas, que discursividade pode se ausentar de um teor político-ideológico, ainda que de maneira implícita? A discursividade científica? A religiosa? A literária? Ou então, quais são os componentes que constituem uma discursividade, especificamente, política? Cremos que esta questão seja um eco da questão anterior sobre a "análise do discurso político".

Em suas interrogações sobre aspectos metodológicos das relações interdisciplinares da análise do discurso político, Viscardi (1986) considera que os fenômenos políticos que

se substanciam na discursividade estão no plano da hegemonia e da dominação ideológica, excluindo a violência e a exploração, por mais que estas últimas igualmente formem parte de uma realidade política. Neste caso, o discurso político se vincularia ao âmbito da dominação ideológica e, portanto, com aqueles fatos políticos que não se constituem senão através de significação dos efeitos sociais.

Se de um lado as Ciências Sociais nos fornecem uma teoria da economia política que explica como certos interesses de classe se agrupam e reagrupam para obter o domínio das formas de representação e uma teoria de concepção de Estado que nos diz como este se encontra determinado pela estrutura social e como suas transformações não podem ser pensadas à margem das transformações da mesma sociedade, de outro lado, não contamos com uma teoria da ideologia que nos explique como as significações sociais determinam a mobilização e a participação das forças sociais. Uma teoria da ideologia e conseqüentemente do discurso político perfilam, portanto, no centro mesmo da questão central da ação política.

Este aspecto parece resumir todas as expectativas e alternativas, encerrando também todas as nossas ignorâncias e esperanças infundadas, já que todo novo conhecimento desarticula seus próprios pressupostos ideológicos e recompõe em torno de si um panorama alternativo: assim como o descobrimento do inconsciente desvalorizou uma normatividade moral e revalorizou a sexualidade, pode supor-se que um avanço alternativo na teoria da ideologia desvalorize certos aspectos que atualmente são considerados relevantes na ação política e revalorize outros que são tidos como secundários.

Quer dizer que, em vez de cumprir um rol meramente instrumentalista, permitindo-nos fazer mais e melhor política tal qual a entendemos hoje, talvez o aporte substancial que

nos chegue pela via da Análise do Discurso Político (doravante ADP) seja um reposicionamento da questão política como eixo da transformação social. Isto é, os avanços significativos não necessariamente se traduziriam em uma metodologia envolvente e multiplicadora de eficácia política, apenas conduziria a uma melhor compreensão da mesma dominação desarticulando-a, ao projetar sobre ela um descrédito intrínseco.

De acordo com Viscardi, há um amplo conjunto de autores que manifestam uma particular dificuldade a respeito da adoção de uma definição do discurso político e uma postura predominante que pode ser caracterizada pelos seguintes traços:

- a) Uma atitude defensiva ante o que se considera a tentação sociologista na caracterização do objeto.
- b) O destaque à articulação língua/ideologia como portadora de perspectivas na determinação da especificidade disciplinar da AD.

Esta postura predominante conserva um curioso deslocamento que também constitui um significativo sintoma das questões em jogo: em vez de apresentar definições específicas do discurso político, a maioria dos autores nos apresenta definições de ADP. É necessário destacar que a definição não concerne diretamente ao objeto de observação, a não ser na perspectiva de propor um certo projeto teórico. A partir desta constatação duas perguntas permanecem delineadas:

- 1) Por que a atitude defensiva ante a Sociologia, dos analistas do discurso?
- 2) Por que esta dificuldade para definir o discurso político?

Encontrarmos definições de análise do discurso político e não definições de discurso político se devem ao fato de a mesma observação objetiva e o próprio fundamento teórico necessitarem de delimitação entre si relativa a seu exterior imediato, por meio de

um reordenamento conceptual do próprio espaço teórico disciplinar. Este reordenamento comporta, assim mesmo, uma atitude defensiva em relação à Sociologia, de um lado, no caso dela denotar o domínio empírico do discurso político, e, por outro lado, delimitar conceptualmente com as mesmas categorias centrais em ADP.

Viscardi supõe que a articulação língua/ideologia resulta eficaz na delimitação do território conceptual da ADP, ao colocar-lhe sob a égide da lingüística, permitindo-lhe ultrapassar a especificidade da Sociologia, enquanto que a noção de ideologia, pela instabilidade de seu estatuto teórico, permite, de certo modo, manter um vínculo com a região epistemológica da Sociologia. Neste sentido, para correta adoção de um critério formal para a definição da ADP é necessária uma certa paciência para operar o reordenamento dos entrecruzamentos epistemológicos o qual não reside na magnitude dos resultados da precisão formal dos dispositivos teóricos, senão, mais precisamente, na capacidade de restituir a vigência de suas próprias determinações.

Nesse sentido, o quadro conjuntural do surgimento da AD foi determinante pelo fato de terem predominado durante muitos anos análises do discurso político e, mais precisamente, de acordo com Courtine (1981), de corpora do discurso político que manifestam uma predileção pelos discursos realizados nas diferentes conjunturas históricas de formação social francesa (Congresso de Tours, Frente Popular, Resistência, Guerra da Argélia) pelos partidos de esquerda, depois, mais especificamente, partido socialista, comunista.

Courtine (1981), ao trabalhar a distinção entre análise do discurso político e política da análise do discurso, recorre a muitos outros estudiosos do assunto como Guespin (1971/75), Marcellesi (1977), Ebel-Fiala (1977), só para citar alguns; dentre eles considera

a concepção de Michel Pêcheux a mais avançada por tratar dos procedimentos da ADP de modo que a determinação política dos trabalhos encontre tais procedimentos não como intervenções puramente técnicas, ou seja, uma certa maneira de tratar os textos é inextricavelmente conflituosa a uma certa maneira de fazer da política. Para Pêcheux (1988), não se pode pretender falar do discurso político sem tomar simultaneamente posição na luta de classes, mesmo que esta tomada de posição determine a maneira de conceber as formas materiais concretas sobre as quais as idéias entram em luta na história.

Ter-se-á, deste modo, na visão de Courtine (1981), uma política de análise do discurso, ou ao menos dos efeitos políticos reparáveis no campo da AD. A aparição massiva em ADP de trabalhos constrativos, em que foram alvo de caracterização diferencial os discursos socialistas e os comunistas, produziu, na conjuntura científica desse período, um efeito de contraponto em relação ao *acontecimento discursivo* que teve uma importância fundamental para a conjuntura política.

Nessa perspectiva, o discurso político como prática discursiva tem sua estabilidade assegurada no fato de estar enquadrada nos aparelhos ideológicos. Como tipologia, o discurso político não parece pressupor um recobrimento/superposição a priori da divisão do campo político em forças políticas organizadas, que são os partidos, e da divisão do campo do discurso político em uma tipologia de organizações discursivas: segundo uma fórmula de Robin (1977), "diz-me o que tu dizes, eu direi quem tu és".

No prefácio ao trabalho de Courtine (1981), Pêcheux nos apresenta uma reflexão em relação ao discurso político que vai ao encontro da fórmula de Robin ao considerar o paradoxo que, no seu ponto de vista, constitui o ponto crítico da análise do discurso: a prática da análise do discurso (através de suas vicissitudes, suas guinadas, seus reveses) é



indissociável da reflexão crítica que ela exerce sobre ela mesma e sob a pressão de duas determinações maiores balizadas: uma pela evolução da problemática das teorias lingüísticas e outra pelas transformações do campo político-histórico.

Isto se dá pelo fato de a AD ter optado, depois de seu aparecimento, por uma irresistível tendência, na França, ao escolher os discursos políticos (mais frequentemente de esquerda) para investigar suas especificidades, suas alianças e suas demarcações. Contudo, as referências ao discurso jurídico e também aos discursos pedagógicos e científicos não são ausentes, mas legitimamente subordinadas à questão do discurso político.

“A AD (política), tomada pelo conhecimento sobre a forma de um trabalho político e científico especializado, visa ocupar posição no campo ideologicamente estruturado (desmontando, criticando, justificando tal ou tal discurso inscrito em tal ou tal posição)”.<sup>7</sup>

As questões colocadas tanto por Viscardi quanto por Courtine dizem respeito ao contexto interdisciplinar em que surge a AD e à necessidade de formulações teóricas próprias à discursividade como veremos a seguir.

---

<sup>7</sup> PÊCHEUX, Michel. L'étrange miroir de l'analyse de discours. In: Analyse du discours politique (le discours communiste adressé aux chrétiens) por Jean-Jacques Courtine. Langages n.62, juin 1981.

## **2. ORIENTAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS DA PESQUISA**

## 2.1 Análise do Discurso - Âmbitos e Fronteiras

Toda disciplina seja de que campo for, ao se propor um novo saber ou uma nova criação conceptual, requer um novo objeto teórico do conhecimento, uma sistemática definição de condutas e, nesse sentido, faz um percurso: dialoga com áreas próximas, passa por análises minuciosas e rigorosas investigações até se consolidar e adquirir seu reconhecimento científico. Com a Análise do Discurso não tem sido diferente, enquanto disciplina, ela também vem sendo construída neste encaixe.

A maneira de estudar a língua sempre foi diferente em diferentes épocas, em distintas tendências e em estudiosos diversos. As diversidades no modo de se construir ou reconstruir um mesmo objeto ou mesmo de configurar-lhe qualquer alteração existem em razão dos diferentes caminhos pelos quais os pensamentos são conduzidos e advêm de distinções de nosso olhar em relação a tal objeto. O conhecimento de um dado objeto só pode expandir com a multiplicidade de pontos de vista que houver sobre ele. Como dissemos em outro momento, muitas vezes, a percepção de uma nova visão sobre um certo objeto surge de uma fenda deixada por uma visão anterior, como vem acontecendo, por exemplo, com a expansão dos estudos sobre o funcionamento da linguagem:

Qualquer estudo da linguagem é hoje, de alguma forma, tributário de Saussure, quer tomando-o como ponto de partida, assumindo suas postulações teóricas, quer rejeitando-as. No nosso caso, a referência a Saussure deve-se, sobretudo, a sua célebre concepção dicotômica entre língua e fala. Embora reconhecendo o valor da revolução lingüística provocada por Saussure, logo se descobriram os limites dessa dicotomia pelas conseqüências advindas da exclusão da fala do campo dos estudos

lingüísticos. (...) Palmilhando a trilha aberta por Saussure, Bakhtin parte também do princípio de que a língua é um fato social cuja existência funda-se nas necessidades de comunicação. No entanto, afasta-se do mestre genebrino ao ver a língua como algo concreto, fruto da manifestação individual de cada falante, valorizando dessa forma a fala. (BRANDÃO, 1994, p.9).

Bakhtin influenciou as principais orientações teóricas dos estudos sobre o texto e o discurso desenvolvidos nos últimos quarenta anos, divergindo de modo veemente de Saussure (objetivismo abstrato) e da escola de Vossler (subjativismo individualista). Bakhtin valoriza justamente a fala, a enunciação e afirma sua natureza social. Para ele, a fala está indissolvelmente ligada às condições da comunicação, que, por sua vez, estão sempre ligadas às estruturas sociais. Bakhtin preconiza uma visão dialógica da linguagem, ou seja, concebe a interação verbal como princípio constitutivo da linguagem e condição do sentido do discurso. Concebe a enunciação como produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados.

A palavra dirige-se a um interlocutor: ela é função da pessoa desse interlocutor. A palavra variará em função desse interlocutor: se tratar de uma pessoa do mesmo grupo social ou não, se esta for inferior ou superior na hierarquia social, se estiver ligada ao locutor por laços sociais mais ou menos estreitos (pai, mãe, marido, etc.). (Bakhtin, 1992, p.112-113).

Essa orientação da palavra em função do interlocutor tem uma importância fundamental. A palavra comporta duas faces: ela é determinada tanto pelo fato de que

procede de alguém como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte.

Quaisquer que sejam os objetivos de um estudo, na visão bakhtiniana, o ponto de partida só pode ser o texto como enunciado na comunicação verbal, como objeto lingüístico- discursivo; o texto é objeto das ciências humanas, pois o homem é estudado no texto. Isto distingue a ciências humanas das ciências exatas. Quando o homem é estudado fora do texto e independentemente do texto, já não se trata de ciências humanas, mas de anatomia, de fisiologia humana, etc.

Bakhtin concebe o ato humano como texto potencial o qual não pode ser compreendido na qualidade de ato humano distinto da ação física fora do contexto dialógico de seu tempo. “Do ponto de vista das finalidades extralingüísticas do enunciado, tudo o que é lingüístico são apenas recursos”. (Bakhtin, 1997, p. 336).

Ou seja, o texto não existe fora da sociedade, por isso não pode ser reduzido à materialidade lingüística. A materialidade lingüística abstrai as funções sociais e ideológicas do texto – contexto histórico, social, cultural, etc. Esta concepção social é que define o texto como constitutivamente dialógico entre seus interlocutores e pelo diálogo com outros textos. Para Bakhtin, todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua, e o caráter e o modo dessa utilização são tão variados como as próprias esferas da atividade humana. Em Bakhtin, a utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana.

Nesse sentido, as reflexões sobre o funcionamento da linguagem que não se restringem ao aspecto puramente lingüístico têm tomado direções teóricas e metodológicas

muito variadas, constituindo áreas como a Pragmática, a Teoria da Argumentação, os vários enfoques enunciativos, a Semiótica, a Análise da Conversação, a Análise do Discurso de linha francesa e outras. Essas disciplinas vêm se desenvolvendo na *dimensão da linguagem em funcionamento*. Embora estas tendências compartilhem de uma mesma dimensão, cada uma resguarda sua perspectiva teórica e apresenta seu conceito de linguagem de forma implícita ou explícita no percurso que escolhe para a descrição e a análise. Isto demonstra a inexistência de possibilidade de uma perspectiva homogênea teórica e metodológica entre as tendências, até porque, inevitavelmente, estão submetidas à heterogeneidade do próprio objeto - a língua.

O fato das tendências partilharem um mesmo objeto de conhecimento, paradoxalmente, coloca-as numa situação de disputa num quadro em que as perspectivas de análise estão condicionadas por relações de adjacências. Na análise do discurso, este paradoxo provoca uma certa "tensão" quanto à metodologia de análise. A perspectiva de se refletir sobre os *âmbitos e as fronteiras*, portanto, advém justamente desta "tensão", dada a natureza interdisciplinar da análise do discurso. Deste modo, esta reflexão deverá caminhar no sentido de vislumbrar possibilidades metodológicas de análise a partir de um ponto de vista que possibilite, apesar da tensão, trabalhar com essas relações de modo interdisciplinar.

### **2.1.1. Relações Interdisciplinares da Análise do Discurso - Panorama**

Traçaremos um breve panorama dos princípios interdisciplinares sob os quais a análise do discurso de linha francesa - AD - vem se construindo.

O surgimento da AD, na década de 60, é marcado por uma conjuntura teórica em que diversos estudiosos se propunham a fazer uma releitura do estruturalismo, principalmente no que diz respeito à sua base unificadora, ou seja, a lingüística, colocada no centro do dispositivo das ciências. Na releitura do estruturalismo, a dicotomia *langue/parole* postulada por Saussure<sup>8</sup> passa por vários questionamentos. Estudos sobre a exterioridade da língua são iniciados em diferentes formas no campo da lingüística no sentido de romper com a concepção instrumental e tradicional da linguagem.

Na França, uma corrente filosófica, epistemológica e politicamente heterogênea se constitui a partir da releitura das obras de Marx, Freud e Saussure. Essa tríade colocava ao lado da lingüística e da psicanálise a antropologia, a história e a política. Propaga-se um quadro teórico que alie o lingüístico ao sócio-histórico de modo que dois conceitos tornam-se centrais: o de *ideologia* e o de *discurso*. O primeiro influenciado pelo conceito de ideologia em Althusser a partir do seu trabalho *Aparelhos Ideológicos de Estado*, e o segundo influenciado pelos conceitos de Foucault em *Arqueologia do Saber*. É sob a

---

<sup>8</sup> O suíço Ferdinand Saussure é considerado o principal responsável pelas mudanças de atitudes ocorridas entre os séculos XIX e XX. Primeiro pelo trabalho que realizou no âmbito da lingüística comparativa indo-européia e posteriormente pelas aulas de lingüística geral que ministrou em Genebra no começo do século XX: *Cours de Linguistique Générale (1916)*. A publicação do "Cours", segundo Robin (1983), tem sido comparada a uma "revolução copernicana" no campo da lingüística.

A contribuição lingüística de Saussure, historicamente, pode ser posta em três aspectos. O primeiro é quando ele formaliza e explicita as duas dimensões fundamentais do estudo da linguagem: a dimensão sincrônica e diacrônica. Cada uma destas dimensões tem seus próprios métodos e princípios. No segundo momento Saussure separa a competência Lingüística do falante dos dados lingüísticos reais (enunciados), denominando-os respectivamente "*langue*" e "*parole*". Desse modo, Saussure reconhece que a linguagem tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro. Embora ele reconheça os dois lados da linguagem – social e individual, é no terreno da língua que ele se coloca. E, no terceiro momento, Saussure mostra que a língua deve ser sincronicamente considerada e descrita como um sistema de elementos lexicais, gramaticais e fonológicos inter-relacionados e não como um aglomerado de entidades autônomas, ou seja, cada elemento lingüístico se define em função dos outros e não de modo absoluto. Na língua, essas inter-relações se manifestam na dimensão sincrônica no eixo sintagmático ou da ordenação sequencial dos elementos do enunciado e no eixo paradigmático (associativo) ou eixo de categorias ou elementos contrastivos. Saussure define a língua como um sistema, um todo por si e um princípio de classificação.

influência desses dois teóricos que Pêcheux, considerado o fundador da AD, extrairá o conceito de "formação ideológica" e o de "formação discursiva", respectivamente. Este último se transformará, de acordo com Courtine (1981), na conquista histórica mais importante da AD. Este aspecto constituirá, posteriormente, um capítulo da fundamentação teórica deste trabalho.

Considerando a importância das bases teóricas de Althusser e Foucault não só nos trabalhos de Pêcheux, mas na AD em geral, faz-se fundamental a apresentação de suas concepções e suas contribuições. As bases teóricas em Foucault e suas contribuições para a AD serão apresentadas no capítulo específico sobre formações discursivas e interdiscursivas.

Althusser (1985), estudioso da teoria marxista, elabora sua concepção de Estado a partir do marxismo clássico que o concebe como um aparelho repressivo definindo-o como uma "máquina" que permite às classes dominantes assegurar a sua dominação sobre a classe operária, para submetê-la ao processo de extorsão da mais-valia, ou seja, à exploração capitalista.

Nessa concepção, *aparelho de Estado* compreende não somente o termo no seu sentido estrito, cuja existência e necessidade são reconhecidas pelas exigências da prática jurídica, da política, dos tribunais e das prisões; mas também o exército que intervém diretamente como força repressiva de apoio, em última instância, quando a polícia e seus órgãos auxiliares são ultrapassados pelos acontecimentos. Acima deste conjunto estão o Chefe de Estado, o Governo e a Administração. Para Althusser, esta concepção que define o Estado como força de execução e de intervenção repressiva torna-o perfeitamente compatível com a sua função fundamental. O *aparelho de Estado* compreende dois corpos:



o corpo das instituições que constituem o aparelho repressivo e o corpo de instituições que representam os aparelhos ideológicos do Estado.

Contudo, Althusser considera a teoria marxista de Estado parcialmente descritiva contendo elementos complexos e diferenciados cujas regras e funcionamentos não poderiam ser compreendidos sem o recurso de um aprofundamento teórico suplementar, pois suas experiências e procedimentos permaneceram, sobretudo no campo da prática política, não a exprimindo numa teoria correspondente.

Nesse sentido, propõe, num primeiro momento, a distinção do *poder de Estado* e *aparelho de Estado* com outra realidade – os *aparelhos ideológicos do Estado (AIE)*, concebendo-os sob a forma de instituições distintas e especializadas, a saber: AIE religiosos (diferentes igrejas); escolares (escolas públicas e privadas); da família (embora desempenhe outras funções, pois intervém na reprodução da força de trabalho); jurídicos (pertencem também ao aparelho repressivo); políticos (o sistema político, os diferentes partidos); sindicais; dos sistemas de informação (a imprensa, o rádio, a televisão, etc.); culturais (Letras, Belas Artes, esportes, etc...). Todos os aparelhos de Estado funcionam ora através da repressão, ora através da ideologia. Nenhum funciona totalmente pela ideologia, mas os AIE funcionam em primeiro plano pela ideologia e secundariamente através da repressão. Assim, se o exército e a polícia garantem seus valores através da ideologia, a escola e a igreja criam seus próprios modos de punições, exclusões e seleções. Contudo, o funcionamento da ideologia dominante, segundo Althusser, concentra-se nos AIE. O exercício de sua hegemonia é fundamental para garantir as condições necessárias de reprodução das relações de produção.

Num segundo momento, redireciona o conceito de ideologia. Seu enfoque deixa de ser sob a problemática dos AIE e da reprodução que permeia o de ideologia dominante. A nova dimensão dada a esse conceito está baseada na idéia de que "a ideologia é uma 'representação' da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência". Para explicá-la ele apresenta duas teses:

Tese 1: A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência;

Tese 2: A ideologia tem uma existência material.

A primeira tese concebe ideologia como maneira pela qual os homens vivem as suas relações com as condições reais de existência, sendo esta relação necessariamente imaginária.

Diz-se comumente que a ideologia religiosa, a ideologia moral, a ideologia jurídica, a ideologia política, etc. são 'concepções' de mundo. Contrapomos, a menos que se viva uma dessas ideologias como a verdade (se, por exemplo, se 'crê' em Deus, na Justiça etc.), que esta ideologia de que falamos a partir de um ponto de vista crítico, de um exame ao do etnólogo dos mitos de uma "sociedade primitiva", que essas "concepções de mundo" são em grande parte imaginárias, ou seja, não correspondem à realidade. Portanto, admitindo que elas não correspondem à realidade e que então elas constituem uma ilusão, admitimos que elas se referem à realidade e que basta 'interpretá-las' para encontrar, sob a sua representação imaginária do mundo, a realidade mesma desse mundo. (ideologia = ilusão/alusão). (Althusser, 1980, p.79 -80)

Em linguagem marxista, afirma Althusser (1980), se é verdade que a representação das condições reais de existência dos indivíduos que ocupam postos de agentes da

produção, da exploração, da repressão, da ideologização e da prática científica, remete em última instância às relações de produção e às relações derivadas das relações de produção, podemos dizer que toda ideologia representa, em sua deformação necessariamente imaginária, não as relações de produção existentes (e as outras relações delas derivadas), mas, sobretudo a relação (imaginária) dos indivíduos com as relações de produção e demais relações daí derivadas. Então, é representado na ideologia não o sistema das relações reais que governam a existência dos homens, mas a relação imaginária desses indivíduos com as relações reais sob as quais eles vivem.

Na segunda tese Althusser concebe a existência não espiritual, mas material das "idéias". Retoma a tese dos aparelhos ideológicos do Estado e de suas práticas para afirmá-la em relação à sua materialidade ideológica: uma ideologia existe sempre em um aparelho e em sua prática ou práticas. Esta existência é material. A existência material da ideologia em um aparelho e suas práticas não é a mesma da de um paralelepípedo ou um fuzil. A materialidade se expressa de inúmeras maneiras, ou melhor, ela existe sob diferentes formas, todas enraizadas em última instância na matéria física.

Nesse caso, o que se passa com os indivíduos que vivem a ideologia é uma representação de mundo determinada (religiosa, moral, etc.), cuja deformação imaginária depende de sua relação imaginária com suas condições de existência, ou seja, em última instância, das relações de produção e de classe (ideologia = relação imaginária com as relações reais). Esta relação, por conseguinte, é em si mesma dotada de uma existência material. Um indivíduo que crê em Deus, por exemplo, vai à missa, se ajoelha, reza, faz penitência, ou crê no dever, comporta-se de acordo com as práticas rituais correspondentes (naturalmente, e conscientemente, escolhidas por ele.).

Esta materialização da ideologia leva Althusser a uma formulação fundamental que será importada para a AD por Pêcheux: a noção de sujeito. A partir daí, Althusser enuncia dois aspectos fundamentais:

- 1) só há prática através de e sob uma ideologia;
- 2) só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito.

Estes dois aspectos explicitam sua tese central: *a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos*. Ou seja, "a ideologia existe para sujeitos concretos, e esta destinação da ideologia só é possível pelo sujeito: isto é, pela categoria de sujeito e de seu funcionamento".<sup>9</sup>

Pêcheux (1969), ao discordar de Saussure em relação à dicotomia língua/fala, defende que a separação autoriza a reaparição do conceito filosófico de sujeito livre, como causa e origem de si, fazendo emergir o sujeito falante como subjetividade em ato, ou seja, como uma unidade ativa de intenções que se realizam pelos meios colocados à sua disposição.

Contraopondo-se a uma filosofia idealista da linguagem atravessada pela existência espontânea do sujeito como fonte, origem ou causa em si, Pêcheux concebe o sujeito não como um dado a priori, mas constituído no discurso. Sentido e sujeito se constituem num processo simultâneo por meio da figura da *interpelação ideológica* preconizada por Althusser.

---

<sup>9</sup> idem (1980 pg. 87

Neste sentido, Malidier (2003), em seus estudos sobre o caminho percorrido por Pêcheux na construção da AD, evidencia que poderíamos colocar em exergo a sua obra estas linhas de Louis Althusser tiradas de Lire le Capital:

É a partir de Freud que começamos a suspeitar do que escutar, logo o que falar (e se calar), quer dizer; que este “querer dizer” do falar e do escutar descobre, sob a inocência da palavra e da escuta, a profundidade assinalável de um duplo fundo, o “querer dizer” do discurso do inconsciente – esse duplo fundo de que a lingüística moderna, nos mecanismos da linguagem, pensa os efeitos e as condições formais. (Malidier, 2003, p.18).

Althusser exerceu forte influência sobre Pêcheux, tanto que ele entra para a política após encontrá-lo. No dizer de Malidier (2003), Althusser é para Pêcheux aquele que faz brotar a fagulha teórica, o que faz nascer os projetos de longo curso.

A noção de sujeito em Pêcheux é, portanto, tributária da tese Althusseriana de que "a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos".<sup>10</sup> Nesta fase, o sujeito em Pêcheux é marcado por uma forte dimensão social e histórica balizado pela formação discursiva que define o que pode e deve ser dito por um sujeito.

As razões que conduzem Pêcheux à construção da *Análise Automática do Discurso*<sup>11</sup> são, fundamentalmente, a idéia de que a prática política tem como função, pelo

---

<sup>10</sup> Sobre sentido e sujeito em Pêcheux ver Brandão, Helena H. Nagamine. A Subjetividade no Discurso. In: Subjetividade, Argumentação e Polifonia. São Paulo, UNESP, 1998.

<sup>11</sup> A Análise Automática do Discurso (AAD) constitui objeto de uma tese universitária defendida por Pêcheux em 1968. Emerge do terreno da epistemologia e da crítica das ciências humanas e sociais. Neste trabalho, postula uma teoria do discurso enquanto teoria geral da produção dos efeitos de sentido que veio intervir no campo da ideologia e da psicanálise. Esta obra lançou, original e fundamentalmente, ao seu modo, questões sobre o texto, a leitura e o sentido. A AAD inaugurou a 1.a fase da AD na França.

discurso, transformar as relações sociais reformulando a demanda social, ou seja, há uma relação oculta entre a prática política e as ciências sociais; a ligação entre a prática política e o discurso. A concepção da linguagem que a reduz a simples instrumento de comunicação é, para Pêcheux, nas "ciências humanas e sociais", uma ideologia que possui a função de mascarar sua ligação com a prática política; obscurecer esta ligação é ao mesmo tempo colocar estas ciências no prolongamento das ciências naturais.

É justamente para romper com a concepção instrumental tradicional da linguagem que Pêcheux fez intervir o discurso e tentou elaborar teoricamente, conceitualmente e empiricamente uma concepção original sobre este. Nesta tentativa de romper com a concepção instrumental da linguagem, Pêcheux seguiu uma orientação que teve uma importância considerável na França. ( GADET, F. e HAK. T. 1997, p.24-26).

De fato, o discurso em Pêcheux é o lugar teórico em que se enredam suas grandes questões sobre a linguagem, a história e o sujeito.

Maldidier (2003), ao compor o itinerário teórico e metodológico de Pêcheux na perspectiva de uma releitura crítica, demonstra-nos quão interdisciplinar são os princípios da análise do discurso. Haja vista a participação de Pêcheux nos vários círculos, permitindo-lhe transitar por conhecimentos diversos relacionados às questões da linguagem, como os das ciências sociais, história, informática, lingüística, etc, além da filosofia, que era sua formação acadêmica. Participou como pesquisador do CNRS (círculo do laboratório de psicologia social), na década de 60, onde encontrou Paul Henry (formação de matemático e lingüista) e Michel Plon (formação em Psicologia). Em torno, estavam Canguilhem (que se dedicava à história das ciências e epistemologia) e Althusser

(que refletia sobre a história das ciências e das ideologias). É com o apoio do primeiro que Pêcheux entra no CNRS e influenciado pelo segundo entra para a política. Na década de 70, participa do laboratório de informática em ciências humanas ao lado de Jacqueline Leon, que desempenha um papel importante no centro de cálculo para as ciências humanas. Aí, ele reflete sobre o tratamento formal da língua.

Enfim, é sob os pilares *língua, ideologia e discurso* que a AD vai construindo seu veio interdisciplinar. São as reflexões galgadas nesses pilares que vão distinguir e marcar a análise do discurso de linha francesa.

Se hoje lidamos com variadas concepções de *análises de discursos*, certamente isso se deve a esse veio interdisciplinar, e à estreita relação com a lingüística. Mesmo já tendo se definido a língua como objeto da lingüística e o discurso como objeto da AD, ainda assim, pelas relações de estreitamento, muitas vezes elas se postam de forma paradoxal. Nesse caso, torna-se pertinente discorrermos sobre essas relações no sentido de demonstrar a especificação de cada objeto e como se dá a relação de imbricação.

### **2.1.2 Análise do discurso e lingüística - estreitamentos e distinções**

Em *Novas Tendências em Análise do Discurso*, Maingueneau (1993) considera que a AD foi constituída numa conjuntura teórica em que não havia exigência da explicitação das fronteiras da AD. Ela foi se ampliando sem se dar conta do perigo que a expansão significava para seu campo de atuação ou para o reconhecimento de sua especificidade.

Se, nos dias de hoje, "análise do discurso" praticamente pode designar qualquer coisa (toda produção de linguagem pode ser considerada "discurso"), isto provém da própria organização do campo da lingüística.

Este último, muito esquematicamente, opõe de forma constante um núcleo que alguns consideram "rígido" a uma periferia cujos contornos instáveis estão em contato com as disciplinas vizinhas (sociologia, psicologia, história, filosofia, etc.). A primeira região é dedicada ao estudo da "língua", no sentido saussuriano, a uma rede de propriedades formais, enquanto a segunda se refere à linguagem apenas à medida que esta faz sentido para sujeitos inscritos em estratégias de interlocução, em posições sociais ou em conjunturas históricas. O termo "discurso" e seu correlato "análise do discurso" remetem exatamente a este último modo de apreensão da linguagem. (Maingueneau, 1993, p. 11-12)

Maingueneau concebe que há duas formas de ler a oposição entre estas duas zonas do campo lingüístico. A primeira revela uma hierarquia entre o que depende plenamente da lingüística e o que seria apenas um conjunto de margens, de reincidências pouco científicas do núcleo "rígido"; a outra, apresenta uma dualidade radical da linguagem, a um só tempo integralmente formal e atravessada pelos embates subjetivos e sociais. Mas o caráter conflituoso desta situação não se reduz só pelo reconhecimento de tal dualidade. O fato de as fronteiras entre essas duas zonas não serem demarcadas com antecedência constitui, de modo inevitável, o objeto de um debate incessante. Além disso, aqueles que trabalham sobre a vertente "discursiva" da linguagem oscilam entre duas atitudes: alguns aceitam a partilha do campo, outros sonham com uma lingüística do "discurso" que desestabilizasse totalmente o núcleo central. Esta última posição é considerada por Maingueneau como atitude extremista e insensata.

Embora a AD se apóie crucialmente sobre os conceitos e métodos da lingüística, para Maingueneau isto não constitui um traço bastante discriminador, já que leva em consideração dimensões tais como:



- A AD relaciona-se com textos produzidos no quadro de instituições que restringem fortemente à enunciação;
- relaciona-se com textos nos quais se cristalizam conflitos históricos, sociais, etc;
- relaciona-se com os que delimitam um espaço próprio no exterior de um interdiscurso limitado.

Na verdade, os objetos que interessam à AD, na visão de Maingueneau, são as *formações discursivas*. Nesta perspectiva, ao examinar um corpus considera sua enunciação como o correlato de uma certa posição sócio-histórica na qual nem os textos tomados em sua singularidade, nem o corpus tipologicamente pouco marcado diz respeito verdadeiramente à AD.

As tipologias funcionais (discurso jurídico, religioso, didático, etc.) ou formais (discurso narrativo, argumentativo, etc.) são consideradas etapas preliminares para a AD, já que o que ela faz, nesse caso, é cruzar uns discursos com outros, especificando-os espacial e temporalmente, associando-os necessariamente às condições de produção particulares: o discurso jurídico, didático de tal época e de tal lugar, o discurso polêmico e filosófico em tal contexto. E pode também criar um movimento inverso a partir de uma dada *formação discursiva* (a imprensa socialista, os manifestos feministas, etc.). Enfim, pode-se construir uma infinidade de objetos de análise conforme se variam os parâmetros.

A AD lança um olhar específico sobre o domínio do 'discurso' e não há de ser por que ela ocupa o lugar que a filologia deixou vago que este olhar será desqualificado: todas as atividades das ciências sociais estão inevitavelmente situadas, a AD não escapa à regra. Isto, entretanto, não a coloca fora do alcance da crítica: todo questionamento teria fundamento caso mostrasse que o objeto instituído pela AD não é pertinente ou que

seus conceitos e seus métodos não permitem apreender convenientemente este objeto. (Maingueneau, 1993, p.15)

De fato, o que distingue a AD de outras práticas de análise de textos é a utilização lingüística, mas isto resulta de uma opção epistemológica, pois optar pela lingüística, de modo privilegiado, mas não exclusivo, consiste em pensar que os processos discursivos poderão ser apreendidos com maior eficácia, considerando os interesses próprios à AD. Mas isso não é tão simples:

Em AD é preciso ser lingüista e deixar de sê-lo ao mesmo tempo. De fato, por um lado, a discursividade define 'uma ordem própria, diversa da materialidade da língua' e, por outro lado, esta ordem 'se realiza na língua'. Situação de desequilíbrio perpétuo que tanto impede a AD de deixar o campo lingüístico, quanto de enclausurar-se nesta ou naquela de suas escolas ou de seus ramos. A AD não é, pois, uma parte da lingüística que estudaria os textos, da mesma forma que a fonética estuda os sons, mas ela atravessa o conjunto de ramos da lingüística: 'Os funcionamentos discursivos socialmente pertinentes atravessam a matéria lingüística, sem preocupar-se com suas fronteiras que, para outros fins, puderam ser traçadas entre sintaxe, semântica e pragmática. (...) A dimensão ideológica do funcionamento dos discursos diz respeito a operações que podem se situar em níveis muito diferentes da organização da matéria lingüística. (Maingueneau, 1993, p. 17-18).

O que o pesquisador deve fazer, frente a uma análise de *corpus*, reitera, é explicitar as escolhas de método de análise. Se para isso ele precisa recorrer a alguma estrutura sintática, classes de palavras, etc, isso deve se dar somente em decorrência de hipóteses dado o conhecimento de seu corpus ou pelas possibilidades oferecidas ao analista pelo

estudo de semelhantes fatos de linguagem. Cabe ao analista buscar recursos lingüísticos em decorrência de hipóteses que repousam no conhecimento do seu corpus e pelas suas perspectivas de análise, sem que isso signifique apenas a produção de um efeito de cientificidade.

Neste sentido, as reflexões sobre a relação do léxico e dos conectivos argumentativos com a AD em Maingueneau (1993) são relevantes pelas considerações de que o estudo do léxico ocupa um lugar importante em qualquer que seja a questão dominante da AD.

Mesmo que se entenda que, em sua fase inicial, a AD tenha atribuído um espaço agora, mesmo que seja apenas em função do papel privilegiado que elas ocupam na consciência dos locutores. (...) Por mais que o analista afirme que o essencial não é a unidade lexical, mas as proposições e, além delas, o texto no qual ela intervém, nem por isto esta unidade perde seu estatuto singular. (Maingueneau, 1993, p.129).

Maingueneau apresenta três conjuntos de estudos no domínio lexical que podem ser considerados efetivamente realizados em AD.

No primeiro conjunto, são classificados os estudos que, embora se filiando à AD, se inscrevem, sob o ponto de vista metodológico, no prolongamento da filologia tradicional. Este tipo de trabalho recorre quase que exclusivamente à análise dos contextos de ocorrência, fazendo intervir parâmetros de diferentes ordens: não só os co-ocorrentes, certamente, mas também a cronologia, o tipo de discurso considerado, a situação de enunciação, o interdiscurso, etc.

O segundo conjunto leva em consideração os trabalhos cuja intenção não é tanto estudar as variações semânticas de um termo, mas o modo pelo qual este termo se constitui como parte integrante de um dispositivo complexo - o da produção de um determinado texto. Como em qualquer explicação de texto trata-se de examinar as unidades lexicais como elementos singulares integrados às estratégias locais. É necessário distinguir dois tipos de palavras que acarretam problemas muito diferentes. Por um lado, há palavras tradicionalmente consideradas “plenas” e, por outro, palavras “instrumentais” e, em particular, aquelas que possuem uma função argumentativa e/ou servem para estruturar os enunciados (*ora, aliás, pois, etc.*). As do primeiro tipo possuem um significado passível de valores discursivos específicos, de acordo com os contextos, e as do segundo, em geral, possuem um valor pragmático estável, mas só podem interessar à AD se estiverem inscritas em estratégias textuais particulares.

No terceiro conjunto estão colocadas as análises que pressupõem uma “delinearização” dos enunciados, construindo, a partir de um algoritmo, redes de relações entre termos. Este tipo de estudo pode corresponder a abordagens muito diferentes, segundo os fenômenos examinados e o grau de descontextualização implicado; em um extremo, estaria a estatística lexical fora de contexto, no outro, trabalhos que, mesmo desestruturando os textos, conservam uma boa parte do entorno sintático-enunciativo das unidades consideradas. É esta segunda tendência que prevalece atualmente. Para Maingueneau, este tipo de abordagem está além das palavras. É evidente, que o que se coloca em questão, mais uma vez, é uma certa concepção de discurso.

De qualquer modo, existe uma certa coerência nos movimentos essenciais que conduzem à AD. Tal coerência resulta de uma dependência comum, embora

freqüentemente imediata, em relação às questões da *enunciação* e da *pragmática*. Quaisquer que sejam as divergências entre estas duas correntes, elas convergem para recusar uma certa concepção da linguagem - aquela que a entende como um simples suporte para a transmissão de informações, em lugar de considerá-la como o que permite construir e modificar as relações entre os interlocutores, seus enunciados e seus referentes. Desse modo, desloca-se a noção de comunicação lingüística: o fato de que um enunciado supõe um enunciador, um destinatário, uma relação com outras enunciações reais ou virtuais, que esteja atravessado pelo implícito, não é uma dimensão que se acrescentaria posteriormente a uma estrutura lingüística já constituída, mas algo que condiciona radicalmente a organização da língua.

Uma das características essenciais da pesquisa atual sobre a linguagem, conforme Maingueneau (2001), é a emergência de trabalhos que em vez de reduzirem a linguagem ao arbitrário de suas unidades e de suas regras, abordam o enunciado como discurso. Essa abertura das ciências da linguagem coincide com as preocupações de muitos pesquisadores de outros ramos das ciências humanas, desejosos de levar em consideração a dimensão *linguagreira* de seus objetos de estudo.

Não se trata especificamente de uma disciplina, mas de um espaço instável de trocas entre disciplinas diversas, cada uma estudando o discurso sob uma ótica que lhe é própria: análise da conversação, teorias da argumentação, da comunicação, sociolingüística, etnolingüística, análise do discurso... (a lista não é exaustiva) compartilham muitas vezes de forma conflituosa, esse campo de investigação aberto também a domínios conexos (sociologia, psicologia, história etc). (Maingueneau, 2001, p. 11-12).

Estas reflexões nos fazem pensar que as relações interdisciplinares da AD se dão em duas dimensões:

- 1) com as disciplinas correlatas aos estudos da ciência lingüística: teoria da enunciação, teorias do texto, semântica, pragmática, semiótica , etc;
- 2) com domínios das ciências humanas: política, sociologia, psicologia, história, comunicação, filosofia, etc.

Da primeira dimensão destacaremos duas correlações: com a *enunciação* e com a *pragmática*, dada a relevância destes dois campos para a AD. Na relação com domínios das ciências humanas, destacaremos apenas a ciência política pela pertinência com o nosso trabalho. Nosso objetivo é o de mostrar as características desses campos que levam ao entrecruzamento.

#### Primeira Dimensão:

A *enunciação* é classicamente definida, após Benveniste (1989), como "a colocação em funcionamento da língua como um ato individual de utilização". O conceito original passa por um deslizamento semântico gerando várias concepções. Dentre as várias maneiras de conceber a enunciação, dado os seus princípios originais - encarnados na língua (noções de pressupostos, dêixis, índices de pessoa, performativos e embreantes), a maioria das concepções permaneceu com uma visão continuísta da lingüística, sobretudo por aqueles analistas que compreenderam a AD como um prolongamento da lingüística por intermédio de uma lingüística do discurso com base na enunciação.

Assim, os elementos da enunciação *eu/tu - aqui/agora* denominados dêixis têm como função lingüística embrear o enunciado às circunstâncias, ao tu/tempo/espaço. Mas o

tratamento discursivo da dêixis distingue-se completamente do tratamento lingüístico, ou seja, numa análise enunciativa, através de suas marcas poderá ser desenvolvida por meio de um enfoque lingüístico ou discursivo. Maingueneau (1993), por exemplo, associa a *dêixis discursiva* a uma cenografia a qual se manifesta no universo de sentido que uma formação discursiva constrói através de sua enunciação. As designações da dêixis lingüística não correspondem exatamente às do texto, mas cada uma recobre uma série de expressões como uma substituição as quais ele assim distingue: *locutor, destinatário discursivo, a cronografia e a topografia*.

No discurso da III República, por exemplo, trata-se de um universo onde o mesmo termo satura os três lugares: 'a República' é, a um só tempo, o locutor discursivo (é ela que se dirige às crianças), a topografia (a República delimita o território da pátria) e a cronografia (a República é a última fase da história da França, de onde este discurso é enunciado). Apenas o destinatário, o aluno, parece escapar deste termo; mas é unicamente o afastamento que faz com que tudo funcione: o discurso escolar tem exatamente por função integrar estes alunos à República, sob a forma do 'cidadão'. (Maingueneau, 1993, p.41).

Há aí a consideração de que se existe dêixis discursiva é pelo fato de que uma formação discursiva não enuncia a partir de um sujeito, de uma conjuntura histórica e de um espaço objetivamente determináveis do exterior, mas por atribuir-se a cena que sua enunciação ao mesmo tempo produz e pressupõe para se legitimar.

Assim mesmo, a questão da enunciação não deixa de ser complexa para a AD, na medida em que o enunciado está na ordem do repetível e a enunciação na de acontecimento ímpar, ou seja, no caso do enunciado, um discurso constrói uma espécie de "mesmo" que

pode ser constantemente retomado, enquanto que a enunciação é um acontecimento histórico, jamais repetível.

Uma das contribuições relevantes da reflexão sobre a enunciação lingüística foi a de por em evidência a dimensão discursiva da atividade lingüística de tal forma que o enunciado se refere ao mundo da enunciação, ou seja, ele encerra-se como a descrição da enunciação, ele é o seu produto. É através do enunciado que a enunciação veicula a sua imagem. Nesse sentido, o tratamento discursivo da enunciação/enunciado significa uma ruptura com as concepções de tratamento lingüístico obrigando-nos a ver além da superfície da língua, a perceber pelas marcas lingüísticas as "manobras" da enunciação, os jogos enunciativos, etc.

Quanto à *pragmática*, em primeiro lugar, dizemos com Mainueneau (1996) que, na confluência de reflexões de diversas procedências, a pragmática dificilmente se deixa circunscrever. Por um lado, tem-se a impressão de que ela só invadiu recentemente as ciências humanas; por outro, ouve-se evocá-la para reflexões sobre a linguagem que são bem antigas.

De fato, os estudos retóricos (força persuasiva do discurso, questões relativas à sua eficácia e ao contexto em que o discurso era produzido) demonstram um objetivo pragmático. Esta perspectiva permeou sempre as reflexões européias sobre a linguagem, que se pode dizer fundada na dissociação entre o lógico e o retórico. "O primeiro, articulado sobre uma ontologia, coloca-se a questão do enunciado verdadeiro através de uma análise da proposição; o outro, apanágio dos sofistas e dos retóricos, deixa de lado a questão da verdade para apreender a linguagem como discurso produtor de efeitos, como



poder de intervenção no real”.<sup>12</sup> No entanto, muitas vezes tais questões se interferem. Esta complexidade do emprego da língua sob a autonomia e primazia do lógico, Maingueneau ilustra-a com a interrogação dos lógicos de Port-Royal sobre o poder enigmático da enunciação da fórmula "hoc est corpus meum" (este é meu corpo) de transformar de fato, para o fiel, o pão no corpo de Cristo.

A Pragmática tem uma história muito mais longa do que o período em que ela despontou entre as ciências da linguagem. Foi no final da década de 1960 que ela despontou como reação a modelos totalizadores em lingüística: o estruturalismo (principalmente na Europa) e a gramática gerativa (inicialmente nos Estados Unidos). Desde então a Pragmática vem ganhando respeitabilidade.

Esse processo de revalorização do significado pela ruptura com o modelo estruturalista fez surgir vários focos à atenção dos lingüistas. Parret (1997) distingue-os em dois grupos: a Pragmática Anglo-Saxônica e a Européia. O primeiro reconstrói o sentido de seqüências discursivas a partir de propriedades da situação em que essa seqüência é produzida. Já na Pragmática Européia, o sentido é essencialmente determinado pela vida do discurso, ou, nas palavras de Benveniste, pela subjetividade no discurso. Nesse caso surge uma relação de oposição entre uma Pragmática *situacional* e outra *enunciativa*.

A distribuição entre as escolas da pragmática lingüística abarca, num pólo, os minimalistas os quais fazem do pragmático um componente entre outros da lingüística, ao lado da sintaxe e da semântica. No outro pólo, encontram-se os que distribuem o pragmático pelo conjunto de espaço lingüístico. Além disso, os lingüistas não são os únicos envolvidos pela pragmática. Do sociólogo ao lógico, as preocupações pragmáticas

---

<sup>12</sup> Maingueneau, 1996, p.1.

atravessam o conjunto das pesquisas que tratam do sentido e da comunicação. Dessa forma, muitas vezes se vê a pragmática ultrapassar o contexto do discurso para se tornar uma teoria geral da "ação" humana.

A Pragmática como campo específico de estudo da linguagem deve-se ao filósofo e semiótico americano, discípulo de Peirce, Charles Morris (Foundations of the Theory of Signs, 1938), que no contexto geral de uma teoria da "semiose", da significação, dividia a apreensão da linguagem formal ou natural em três campos: *a sintaxe, a semântica e a pragmática*. Respectivamente, correspondem às relações fundamentais com outros signos, com o que designam e com seus utilizadores. Contudo, estas disciplinas passariam a tratar dos mesmos fatos semióticos numa relação de domínio estanque, ou seja, o pensamento de Morris não era unívoco. Ele hesitava entre a idéia de que o componente pragmático atravessa o componente semântico (nesse caso os signos teriam, ao mesmo tempo, uma dimensão semântica e uma dimensão pragmática) e a idéia de que o componente pragmático se ocupa somente de um conjunto de fenômenos residuais de ordem psicosociológica deixados de lado pela sintaxe e pela semântica.

Nos tempos atuais, podemos destacar a vertente da Pragmática que releva a relação de interlocução caminhando em três direções:

1) Pragmática conversacional de Grice: está baseada no princípio de cooperação. Desse modo, o locutor procura fazer com que seu ouvinte reconheça na fala sua intenção. Para que essa relação de correspondência se efetive (intenção do locutor quando fala e reconhecimento dessa intenção pelo ouvinte), há princípios gerais (máximas conversacionais) que regulam a maneira pela qual, numa relação de conversação, o ouvinte pode reconhecer por um raciocínio seu a intenção do locutor e depreender o significado do

que ele diz. Esta visão da Pragmática está permeada pela concepção de linguagem enquanto representação, sobretudo pelo que releva da questão da informação pela máxima da quantidade e da verdade pela máxima da qualidade.

2) Pragmática Ilocucional: corresponde à concepção da teoria dos atos de fala desenvolvida por Austin, posteriormente, retomada por Searle e outros adeptos. Nesta concepção, a relação locutor-ouvinte é fundamental e a linguagem passa a ser vista também como ação entre interlocutores. A teoria dos atos de fala, inicialmente, constitui-se como um projeto filosófico proposto por Austin o qual insere-se na tradição britânica da filosofia analítica, inaugurada por G. E. Moore, B. Russel e L. Wittgenstein no início do século XX. Nesse período, a filosofia analítica surge como reação às correntes de pensamento filosófico dominante na Grã-Bretanha no final do século XIX: o *idealismo absoluto* de F. H. Bradley e T. H. Green e o *empirismo*, influenciado, sobretudo por J. S. Mill Bradley e Green, dentre outros. O *idealismo absoluto* era sustentado pela idéia da identificação da realidade com a totalidade e pela idéia da necessidade da consciência reconhecer-se como parte do *Absoluto*. O *empirismo* baseado na concepção psicologista e subjetivista reduziam a realidade à experiência psicológica do sujeito empírico. A filosofia analítica, inicialmente, a partir de Moore e Russell, principia-se numa corrente *realista* do pensamento, considerando que a tarefa primordial da filosofia é a realização de elucidções dos elementos fundamentais de nossa experiência. Isto deveria se dar não através de métodos especulativos ou introspectivos, mas através de métodos de análise da forma lógica das sentenças que expressam o nosso conhecimento sobre o real, sobre como nossa experiência se articula. A nova corrente que se inaugura constitui-se de dois momentos. O primeiro momento caracteriza-se pela análise de sentenças a partir de sua forma lógica e de seus

elementos constitutivos e pela revisão de questões filosóficas tradicionais em teoria do conhecimento, teoria da percepção, ética, etc., através da análise lingüística dos conceitos fundamentais destas áreas e dos usos dos mesmos na linguagem ordinária. Esta nova linha de análise dá origem à filosofia sobre a natureza e a estrutura da linguagem; esta concepção encontra-se nos trabalhos dos iniciadores da filosofia analítica na tradição britânica: Russell e Moore. O segundo momento inaugura-se com os trabalhos de Austin. O caminho seguido por ele orienta-se nas circunstâncias de uso a partir de palavras que permitem ao falante justificar, desculpar ou eximir-se da responsabilidade de seu ato. Para isso, toma como referência a análise de advérbios por qualificarem ou determinarem o termo da ação como “deliberadamente”, “inadvertidamente”, “voluntariamente”, etc. O modelo de análise de Austin recorre a exemplos de usos lingüísticos da prática cotidiana e de processos criminais onde havia alguém responsabilizado ou não por uma ação; recorria também a exemplos de situações fictícias. Desse modo, a sistematização da filosofia passa à semantização delimitada no contexto em que o uso de certas expressões deve ser examinado. A necessidade de se levar em conta o contexto de uso das expressões e os elementos constitutivos deste contexto indicam que a linguagem deve ser considerada sempre em relação a uma situação em que faz sentido o uso de uma da expressão. Esta visão proposta por Austin torna-se responsável por um novo paradigma teórico que considera a linguagem como ação, forma de atuação sobre o real, não de representação ou correspondência do real. Nesta concepção, a análise de sentenças dá lugar à análise do ato de fala, do uso da linguagem em um determinado contexto, com uma determinada finalidade de acordo com certas normas e convenções. O que passa a se analisar, então, são as condições sob as quais o uso de determinadas expressões lingüísticas produz certos efeitos e conseqüências em

uma dada situação. Dess construção teórica resultou a obra “Quando dizer é fazer – Palavras e ação”, referência fundamental para os estudos sobre os atos de fala, na perspectiva pragmática. Passamos a apresentá-la. Num primeiro momento dessa construção teórica, Austin (1990) dividiu os enunciados em *constativos e performativos*. Os constativos definidos como asserções reconhecidas pela filosofia clássica com função de relatar ocorrências, descrever e constatar fatos, descrever objetos, podendo ser verdadeiras ou falsas. Os performativos definidos como proferimentos emitidos no momento em que uma ação é realizada, ou seja, no momento em que ao se dizer alguma coisa, faz-se alguma coisa além de dizer. Nesse caso, certas palavras já indicam a ação como: “eu te batizo”, “eu prometo”, “eu aposto”, “agradeço”, etc., desde que atendam a circunstâncias apropriadas. Estes são apenas alguns exemplos clássicos em que os verbos se encontram na primeira pessoa do singular da voz ativa. As *condições não apropriadas* dos performativos levaram Austin a estudar as condições de felicidade ou de insucesso. As condições de sucesso pressupõem que as pessoas sejam legítimas para fatos legítimos. O uso da circunstância de forma incorreta torna nulo o performativo, já que ele não se realiza, não se tratando, por conseguinte de falso ou verdadeiro, mas da realização ou não-realização do ato proferido. Por exemplo, se o padre, na hora do batismo, disser “eu te abençôo”, ao invés de “eu te batizo”, o batismo não se realiza. Mais tarde, Austin observou que os valores falso/verdadeiro e felicidade/infelicidade relativo aos constativos e performativos, respectivamente, não sustentariam a análise já que carregam uma dimensão de reciprocidade. Por exemplo: *desejo que você venha jantar comigo* é um performativo; o ato de desejar se realiza na sua enunciação. Mas se o dissermos em outros modos, tempos, pessoas, haverá, então, um constativo. A partir desta constatação, Austin desiste da idéia de

que os performativos possam se sustentar em fatos puramente lingüísticos e se apóia na visão essencial da concepção, isto é, quando se fala se realiza um ato. A teoria dos atos de fala passa a ser concebida pela idéia de que quando falamos praticamos três atos fundamentais: 1) *locucionário* - ato lingüístico de dizer (fonética: emissão de certos ruídos), fático (sons pertencentes a um determinado vocábulo em conformidade com uma certa gramática), rético (utilização de tais vocábulos com um certo sentido e referência mais ou menos definidas). Seria a materialidade no seu aspecto fonético lingüístico; 2) *ilocucionário* - um ato locutório acarreta outro, o ilocutório. É um ato que, além de se dizer alguma coisa, realiza-se, executa-se alguma coisa ao dizer: respondendo ou perguntando, informando, advertindo, anunciando, descrevendo, pronunciando, identificando, etc. De acordo com Austin, é a realização de um ato ao dizer algo, em oposição à realização de um ato de dizer algo. A realização do ato ilocucionário constitui-se numa *certa força* que o locutor imprime ao dizer algo; 3) *perlocucionário* - resulta dos atos locucionários e ilocucionários, ou seja, consiste em produzir certos efeitos no alocutário pelo fato de se dizer algo, tais como *persuadir, convencer, impedir, surpreender, confundir*. Contudo, Austin faz uma distinção entre os atos ilocucionários e os perlocucionários. Todos os atos perlocucionários, ou quase todos, podem ser realizados em circunstâncias especiais, ao se emitir qualquer proferimento, com ou sem propósito de produzir os efeitos. Na verdade, disse Austin, devemos distinguir entre "ao dizer tal coisa eu o estava prevenindo" e "por dizer tal coisa eu o convenci, ou surpreendi, ou o fiz parar". Já a realização de um ato ilocucionário, de acordo com Austin, envolve assegurar sua apreensão e a forma como se dá a locução (pedido, ordem, conselho...), ou seja, no dizer de Austin, uma expressão como "Pense bem", de acordo com as circunstâncias, ou com as condições da enunciação, pode,

pela força ilocucionária, emitir uma ordem, fazer um pedido, dar um conselho, etc: Por favor, pense bem./Você deve pensar bem./ Pense bem!

Assim, para este teórico, atos ilocucionários são atos de natureza convencional ou seja, verbalizados, lingüisticamente inscritos, enquanto que os perlocutórios são de natureza não convencional. Segundo Austin, temos que distinguir as ações que possuem um objeto perlocucionário (convencer, persuadir), daquelas que simplesmente produzem uma conseqüência perlocucionária. Exemplifica: "Tentei preveni-lo, mas só consegui alarmá-lo". O que é objeto perlocucionário de uma ilocução pode ser conseqüência de outra. O objeto perlocucionário de prevenir, alertar alguém, pode ser uma conseqüência de um ato perlocucionário que alarma alguém. Apesar da distinção feita por Austin entre os três atos, é aos atos ilocucionários que ele dedica maior tempo de estudos.

3) Semântica da enunciação: O conceito de ilocutório desenvolvido por Austin será retomado por Ducrot, Anscombe e entre nós, Vogt. Ducrot concebe como ato ilocutório todo aquele capaz de transformar a realidade. Esse ato se caracteriza como de natureza jurídica à medida que coloca em jogo uma mudança nas relações legais entre os interlocutores. Juntamente com Anscombe, concebem os níveis sintático semântico e pragmático numa ordem não linear, ou seja, há na maior parte dos enunciados certos traços que determinam seu valor pragmático independentemente de seu conteúdo informativo. Na visão desses teóricos, esses traços não podem ser sempre considerados como marginais, pois se trata muitas vezes de marcas imbricadas na estrutura sintática. Ducrot situa suas pesquisas no interior do que denomina de "pragmática semântica" ou "pragmática lingüística". Numa visão mais geral "o enunciado traz consigo uma qualificação de sua enunciação, qualificação que constitui para mim o sentido do enunciado. O objeto da

pragmática semântica (ou lingüística) é assim dar conta do que, segundo o enunciado, é feito pela fala. Para isto, é necessário descrever sistematicamente as imagens da enunciação que são veiculadas pelo enunciado”.(Ducrot 1987, p.163-4). Introduz, a partir daí, a teoria da argumentação na língua como elemento básico, estruturante do discurso. À noção de estrutura argumentativa que recebe a denominação de *retórica integrada*, constitui uma orientação interna dos enunciados para determinado(s) tipo(s) de conclusão(ões), orientação inscrita na própria língua e, portanto, não dedutível dos puros valores informativos.

Lembramos que escolhemos destacar os dois campos teóricos (enunciação e pragmática) interdisciplinares à análise do discurso, reiteramos, pela problemática que elas estabelecem com a AD.

Se de um lado lidamos com uma concepção da AD como um prolongamento da lingüística por intermédio de uma lingüística do discurso com base na enunciação, como já abordamos, de outro lado para muitos analistas do discurso associar a AD com a Pragmática constitui um desvio teórico inaceitável, contudo, surgem novos contornos.

Encontramos algumas reflexões em Possenti (2003) sobre esta relação de rejeição da AD para com a Pragmática.

Possenti concebe a Pragmática como o verdadeiro Outro da AD, já que elas disputam o mesmo espaço - o do sentido não literal. A concepção pragmática se opõe radicalmente à idéia de que a língua seja apenas um instrumento para transmitir informações, colocando em primeiro plano o caráter interativo da atividade de linguagem, recompondo o conjunto da situação da enunciação. Estes aspectos vão inteiramente ao encontro das opções da AD.



Há aspectos tratados tanto pela AD quanto pela Pragmática, embora cada uma a sua maneira como, por exemplo, a relação de interlocução (o sujeito/a título individual); enunciação/enunciado (histórico do enunciado/relação com o contexto).

De qualquer forma, é preciso pensar nas fronteiras entre as disciplinas, já que um campo teórico sozinho não dá conta de toda a problemática das relações que envolvem os estudos do funcionamento da linguagem. Do ponto de vista teórico, é provável que o mais sensato seja pensar numa relação de recobrimento e de entrecruzamento, o que requer clareza de definição teórica e tratamento metodológico de análise. Esta reflexão será contemplada como um aspecto específico no próximo tópico.

#### Segunda dimensão:

Esta segunda dimensão diz respeito à relação interdisciplinar da AD com o domínio das ciências humanas e, nesse caso, como já explicitamos, destacaremos a ciência política pela pertinência da pesquisa e pelo próprio surgimento da AD enquanto disciplina, lembremos a *tríade* mencionada no primeiro capítulo da segunda parte deste trabalho.

Os estudos da ciência política buscam pôr em relevo as normas que se instauram como princípio do governo, identifica os motivos que o constituem e medem seus efeitos sobre os estados das sociedades. A Ciência Política estuda as ações políticas em relação às suas finalidades pragmáticas e seus efeitos.

As conformações do Estado (regime, sistema), as relações internacionais, as questões da hegemonia, as leis que organizam a sociedade, as relações de poder que daí decorrem (governantes e governados, soberanos e súditos, autoridade e obediência, Estado e cidadãos) teoricamente, são assuntos específicos da ciência política. Contudo, se concebemos que a relação homem/pólis nasce de condições históricas determinadas que

levam os homens a se agregarem cada vez de modo diverso, podemos inferir que a ciência política, sozinha, não responde às questões categóricas da ordem política com suas necessidades e seus valores, pois, inevitavelmente, nela está refletida uma concepção de mundo, já que a política é entendida também como uma atividade da práxis humana.

A política configurada como atividade da práxis humana leva-a ao entrecruzamento com outras disciplinas como a história, a sociologia, a antropologia social e a filosofia política. Se queremos compreender as finalidades da análise do discurso político, é necessário, por conseguinte, estabelecer relações para que possamos operacionalizar entrecruzamentos.

E se os fenômenos políticos se consubstanciam na linguagem, a linguagem, por conseguinte, se constitui em ação, na medida em que, através de suas estratégias discursivas constrói juízos de valores, cria e modifica opiniões, modela e remodela a mente individual ou coletiva. Nesse sentido, podemos considerar a linguagem como o espaço onde o discurso e a ideologia se manifestam de modo articulado ( pontos de vista, idéias, conteúdos, temáticas, etc.).

Enfim, na perspectiva da AD, corroboramos Maingueneau na idéia de que o que permite produzir os estudos mais interessantes é o fato de levar em conta a singularidade do objeto, a complexidade dos fatos discursivos e a incidência dos métodos de análise; há de se considerar que a AD se inscreve em conjunturas diversas e articula, em um momento determinado a reflexão em torno de questões que privilegia como, por exemplo, sua imersão no conjunto das ciências sociais das quais a lingüística é parte constitutiva, o que suscita, no nosso ponto de vista, uma abordagem mais específica das questões teóricas e metodológicas da AD.

## 2.2 Aspectos teóricos e metodológicos da análise do Discurso

Encontramos nas reflexões de Courtine (1981) preocupações acerca da necessidade de se definir o objeto teórico e metodológico da AD, como veremos.

Ao tratar da análise do discurso político tendo como corpus da pesquisa os discursos dirigidos pelo Partido Comunista Francês aos cristãos no período de 1936 a 1976, Courtine retoma a tradição daqueles que no campo da análise do discurso na França, fizeram do discurso político um objeto de estudo privilegiado da relação da língua com as ideologias. Delimita o espaço de questões em que inscreve seu trabalho a um *conjunto de princípios* teóricos e metodológicos sob os quais se baseia a chamada vertente francesa de análise do discurso (AD) desde a sua inauguração na França nos anos 1968-70.

Este conjunto de princípios constitui-se de três aspectos:

- 1) A AD deve realizar o fechamento de um espaço discursivo, ou seja, para operar, ela supõe enunciados finitos e espaços discursivos limitados;
- 2) a AD supõe um determinado procedimento lingüístico de determinação das relações inerentes ao texto;
- 3) ela produz, no discurso, uma relação do lingüístico com o exterior da língua.

A primeira exigência desses princípios põe ao analista de discurso a questão da constituição do corpus discursivo: *como limitar um espaço discursivo? Como decidir sobre o fechamento de um corpus discursivo, sobre o pertencimento de tal ou tal "texto" a um corpus? Que forma atribuir a um corpus de discurso que não faça dele apenas um corpus de língua? Qual é a especificidade de um corpus discursivo que o diferencia dos conjuntos de objetos empíricos que manipula o fonólogo ou o gramático em sua descrição da língua?*

Esse conjunto de perguntas reclama que se ultrapasse as generalidades dos princípios empíricos e se busquem respostas de modo a adequar o corpus aos fins da pesquisa. Neste caso, sem dúvidas, conviria dar aos procedimentos de agrupamento e de organização dos dados empíricos um estatuto teórico em análise do discurso.

O segundo princípio diz respeito à relação que o discurso como objeto entretém com a língua. A possibilidade de uma análise do discurso se abriga nessa relação; todo procedimento de análise do discurso encontra na lingüística seu campo de validação e o risco correlativo de reduzir o discurso à língua. Em AD, afirma Courtine, essa questão se condensa na caracterização do enunciado cujas propriedades são representadas na ordem da língua.

As referências da AD à lingüística fazem cada vez mais apelo às noções produzidas na *problemática da enunciação*, isto é, no exterior dos quadros teóricos estritamente saussurianos ou chomskyanos, na tradição do que temos chamado de 'lingüística da fala'. O mesmo ocorre com as noções de pressuposto, dêixis, índices de pessoas, performativos e embreadores (*embrayeurs*). O papel dessa última noção, devida a Jakobson (1963), nos parece claramente indicativo da maneira pela qual os analistas do discurso pensam a relação da lingüística com a AD, e, mais geralmente, dos fatos de língua com os atos de discurso. Os embreadores asseguram, por intermédio do sujeito da enunciação (do qual constituem o índice/traço) posto numa 'situação de discurso' dada, a *passagem contínua* dos fatos de língua ao discurso, se encontra repetido pela metaforização da mesma noção, a qual, jogando essa vez no plano epistemológico, coloca a AD no prolongamento da lingüística, por intermédio de uma *lingüística do discurso* com base na enunciação. (Courtine, 1981, pg. 8).

Com efeito, corrobora-se em Brandão (2003) que a noção de enunciação constitui a tentativa mais importante para ultrapassar os limites da lingüística, permitindo elaborar um conceito que possibilitasse colocar em relação língua e fala, balizadas pelos trabalhos de Benveniste e Jakobson. Todas as tentativas de superação de uma lingüística restrita à língua não deram conta do discurso como a constituição de um objeto realmente novo, porque continuaram ainda presas à dicotomia saussuriana.

Uma teorização, especificamente discursiva, que tente separar-se dos modelos lingüísticos da relação enunciado/enunciação, na visão de Courtine, parece ser uma questão central para a AD uma vez que o desenvolvimento de uma problemática da enunciação em AD constitui a manifestação de uma posição continuísta, que situa o discurso na continuidade da língua. A primeira fase da AAD figura nessa perspectiva.

É necessário relevar a ausência no campo da AD de uma concepção especificamente discursiva do enunciado. Essa noção só recebe em AD, com efeito, uma acepção vaga e empirista, que a subordina a uma problemática da língua. O enunciado designa muito freqüentemente, em AD, apenas a realização de uma frase de superfície; na designação "enunciado seguido", ele refere uma sucessão de frases, a uma superfície discursiva cujos modos de encaixamento foram até aqui pouco estudados. Ele se inscreve, aliás, numa oposição bipolar com a enunciação e denota nesse sentido o texto acabado e fechado, munido de sua estrutura lingüística, caracterizável a partir de unidades discretas. Ele figura às vezes como uma proposição lógica; na AAD, enunciado elementar designa um vetor indexado de categorias morfossintáticas que vêm codificar um conteúdo proposicional. Os enunciados representam, então, "átomos", "grãos", de discurso, cujas combinações produzem o texto.

Finalmente, acrescenta-se-lhe um suplemento pragmático destinado a transformá-lo em discurso." (Courtine, 1981, p.15)

Courtine dá um tratamento especial sobre a ausência de uma *concepção discursiva do enunciado* quando aborda FD.

No terceiro aspecto, o discurso é pensado na sua relação com o lingüístico e o exterior da língua a propósito de qualquer discurso concreto: *quem fala, qual é o sujeito do discurso, e como se pode caracterizar a emergência dos sujeitos nos discursos? De que fala o discurso, como descobrir nele a existência de temas determinados? Em quais condições, enfim, o discurso é produzido, mas também compreendido e interpretado? Em que medida tais condições se inscrevem elas mesmas na relação do discurso com a língua, como o exterior da língua se reflete na organização lingüística dos elementos do discurso?*

Esse conjunto de questões suscita definições teóricas e metodológicas perspectivando reconfigurar uma proposta para a análise do discurso fundamentada sob os pontos de vistas:

1. O discurso como objeto deve ser pensado em sua especificidade. A adoção de um ponto de vista especificamente discursivo deve evitar, se é verdade que no discurso se estabelece uma relação determinada entre a lingüística e a ideologia - reduzir o discurso à análise da língua ou dissolvê-la no trabalho histórico sobre as ideologias. Mas deve levar em conta a materialidade discursiva como objeto próprio, isto é, produzir a seu respeito proposições teóricas.
2. Essas proposições devem conduzir ao estabelecimento de *procedimentos* que venham realizar sua montagem instrumental em um campo metodológico. A materialização, sob a forma de procedimentos

determinados de um corpus de proposições teóricas que visem o discurso como "objeto de conhecimento" expõe o discurso como objeto empírico concreto, ou "objeto real". É a condição para que a expressão: "o objeto real da análise do discurso" ou, ainda, "o discurso como objeto" possa ser empregado;<sup>13</sup>

3. A *démarche* seguida deve, em seu conjunto, ser explicada, o que é uma condição de sua reprodutibilidade e, principalmente, talvez, para que possa ser *criticada*: desejamos que a descrição do quadro teórico da pesquisa e dos procedimentos que ele regula seja suficientemente explícito para abrir um conjunto de questões, na medida em que se expõe o mais amplamente possível à crítica.

Courtine situa os princípios sob os quais inscreve seu trabalho no que para ele constitui a conquista histórica mais importante na AD que são os conceitos de *formação discursiva* e a distinção entre *processos discursivos e língua*, ou seja, se os processos discursivos constituem a fonte de produção dos efeitos de sentido no discurso, a língua é o lugar material em que se realizam os efeitos de sentido.

A perspectiva teórica e metodológica para a AD a partir das questões levantadas por Courtine (1981) suscita a hipótese de um "sistema de restrições semânticos globais" em Maingueneau (1984) o qual define como um operador de individualizações, no seu dizer, "um filtro que fixa os critérios em virtude dos quais certos textos se distinguem do conjunto de textos possíveis como pertencentes a uma formação discursiva determinada. O caráter

---

<sup>13</sup> Courtine esclarece que a distinção entre "objeto de conhecimento" (objeto teórico, abstrato, de pensamento) e "objeto real" (objeto empírico concreto) provém dos trabalhos de Althusser (1968), que situa aí a contradição constitutiva de todo objeto científico. O objeto científico reveste/assume, assim, a forma de uma contradição entre objeto real e objeto de conhecimento; o objeto de conhecimento é absolutamente distinto do objeto real, do qual ele procura justamente o conhecimento.

global desta semântica se manifesta através de um conjunto de planos discursivos assim como os vocabulários, temas, dêixis enunciativa etc.

Uma semântica global não apreende o discurso privilegiando tal ou tal de seus "planos", mas integra-os ao mesmo tempo, tanto na ordem do enunciado quanto da enunciação que investiga o discurso em suas múltiplas dimensões. Nesse sentido não há uma ordem relevante entre os planos semânticos (como na visão tradicional crescente lexical para o filosófico). Esses planos são apresentados de forma arbitrária, visando delinear um "esquema construtor" global que representa a *competência discursiva* investida em cada um deles:

*A intertextualidade:* É o conjunto de tipos de relação intertextual que a competência discursiva define como legítimo. Todo campo discursivo define uma certa maneira de citar o discurso anterior do mesmo campo a partir do qual se admitem certos tipos de filiação e se recusam outras.

*O vocabulário:* Conjunto de palavras que condensam o que há de essencial no discurso. Constituem-se pontos de cristalização semântica e aparecem, sistematicamente, nos textos representativos de um determinado discurso. O universo lexical é restringido pelas coerções do discurso. Entre vários termos a priori equivalentes, serão utilizados os que marcam uma posição no campo discursivo.

*Os temas:* Os temas são o “de que trata o texto”. Assim como no que se refere ao vocabulário, o que importa não é tanto listar os temas abarcados por tal discurso, mas sim reconhecer de que forma tais temas são tratados semanticamente. De qualquer forma, as coerções discursivas privilegiarão certos temas em detrimento de outros.

*O estatuto do enunciador e do destinatário:* Os diversos modos de subjetividade enunciativa dependem igualmente da competência discursiva. Cada discurso define o



estatuto que se deve conferir ao enunciador e este a seu destinatário para legitimar seu dizer.

*A dêixis enunciativa:* O ato de enunciação supõe a instauração de uma dêixis espacio-temporal que cada discurso constrói em função de seu próprio universo. Não se trata de datas, mas de um espaço-tempo criado no discurso e que não coincide com a realidade biográfica dos autores.

*O modo de enunciação:* Refere-se à maneira de dizer específica de um tal discurso. É o tom do discurso. Este plano confere ao enunciador sua corporalidade, sua personalidade. È o aspecto que sustenta no discurso as disposições psicológicas a serem suscitadas e a própria possibilidade de estabelecer relações no mundo. O destinatário é, assim, assumido no corpo do discurso, que se reveste de uma certa maneira de ser através de uma certa maneira de dizer.

*O modo de coesão:* Refere-se à intradiscursividade própria a cada formação discursiva, à maneira como um discurso constrói sua rede de apresentações internas. Este plano recobre fenômenos diversos, como a constituição dos gêneros e a formação dos encadeamentos discursivos na superfície textual.

Assim, para dar conta da semântica global, Maingueneau coloca a necessidade de uma "competência discursiva" que, à luz da AD, deve ser entendida como uma competência interdiscursiva, ou seja, uma vez que o primado do interdiscurso sobre o discurso esteja circunscrito à perspectiva da heterogeneidade constitutiva a qual demonstra uma relação inseparável do *Mesmo do Discurso e seu Outro*, o conceito de *competência discursiva* deve dar conta das regularidades interdiscursivas, historicamente definidas. A vantagem desta hipótese, de acordo com Maingueneau (1984) é a de não supor uma exterioridade absoluta entre a posição enunciativa e os sujeitos que a venham ocupar. O da

*competência discursiva* permite sim, esclarecer qualquer articulação do discurso e a capacidade dos sujeitos de interpretarem e reproduzir enunciados relevantes.

O que percebemos tanto nas reflexões de Courtine como nas de Maingueneau são preocupações fundamentais quanto às orientações teóricas e metodológicas para que o analista do discurso não corra o risco de equívocos, muito possível de ocorrer se o discurso não for pensado na sua especificidade e não se produzir proposições teóricas próprias e procedimentos metodológicos a sua materialidade.

## **2.3 Formação Discursiva e Interdiscursividade**

É sabido que o termo *formação discursiva* (FD) foi introduzido por Michel Foucault em *Arqueologia do Saber* (2002)<sup>14</sup>, quando de suas indagações sobre as condições históricas e discursivas as quais constituem o sistema de saber. A AD se apropriará deste termo, ou melhor, desta noção, a partir dos trabalhos de Pêcheux (considerado o fundador da AD), submetendo alguns de seus elementos conceituais a um tratamento específico. Parece-nos fundamental, então, no desenvolvimento deste capítulo, retomarmos as

---

<sup>14</sup> Pode-se dizer que o projeto de análise do discurso de Foucault tenha alcançado sua plenitude com a publicação da obra *Arqueologia do saber*. O projeto foucaultiano é considerado sob um duplo aspecto: é um exercício retrospectivo de um trajeto textual datado, em que o termo “arqueologia” é mencionado por duas vezes, cujo objetivo é escrever uma história dos sistemas discursivos constitutivos das ciências do homem; é, também, um *programa de pesquisas* sobre a formação e as mutações das práticas discursivas, que exclui qualquer forma de análise lingüística dos fatos de língua. Assim, ao mesmo tempo, esse projeto de *análise arqueológica* fecha e abre um procedimento de análise que se pretende totalizante e toma o discurso como conjunto de fatos determinantes para uma história discursiva do pensamento. *Arqueologia* é compreendida como seleção e descrição do arquivo: jogo das regras que determina em uma cultura o surgimento e o desaparecimento dos enunciados, sua permanência e seu apagamento; esses enunciados são considerados como fatos discursivos manifestados nesse ou naquele momento da história de uma sociedade e que irão fundar o saber apreendido em sua historicidade. O *saber* aparece como objetivo último da análise

formulações de Foucault para que possamos apreender as reconfigurações que a AD vem fazendo deste conceito.

### 2.3.1 Foucault: Perspectiva Arqueológica do Saber

Encontraremos nas formulações de Foucault uma construção teórica do conceito de FD articulado com uma concepção de discurso e enunciado que parecem, de imediato, não serem passíveis de aplicação à AD. Courtine (1981) nos lembra que reler Foucault não é aplicá-lo, é fazer trabalhar sua perspectiva no interior da AD.

Foucault postula o conceito de formação discursiva do seguinte modo:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puderem definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*. (...) Chamaremos de *regras de formação* as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). As regras de formação são condições de existência, (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva. (Foucault, 2002, p.43-44).

Para entender essas formulações é preciso compreender certas noções que perfilam as proposições de "Arqueologia do Saber", como *acontecimento*, *descontinuidade*,

---

arqueológica, submetido não às regras lógicas do verdadeiro/falso. Sua validade e eficácia seriam da ordem da

*enunciado, função enunciativa*, etc, retomadas e deslocadas na AD como veremos no decorrer desse trabalho. Esses conceitos, em Foucault, estão ancorados numa visão da história do saber (não linear, diacrônica e causal), delineados pela interrogação: como e quais arranjos na ordem do saber produziram determinados objetos que determinados discursos, em cada época, podem dispor ou apresentar, isto é, como um objeto se torna inteligível e como alguém pode apropriar-se de certos objetos para falar deles?

Nessa perspectiva é que ele concebe que o discurso deve ser acolhido no momento de sua irrupção como acontecimento, na pontualidade em que aparece e na dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros. "Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância".

Isto quer dizer que o arqueólogo deverá tratar os objetos de um saber na dimensão discursiva que é a de um acontecimento a ser descrito e analisado como tendo surgido devido a tais e tais circunstâncias. Para ele, noções de tradição, influência, desenvolvimento, evolução, mentalidade, não devem ser aceitas sem um exame crítico, pois pressupõem uma consciência coletiva e uma causalidade a tecer continuamente a história.

É preciso que nos inquietemos diante de certos recortes ou agrupamentos que já nos são familiares. É possível admitir, tais como são, a distinção dos grandes tipos de discurso, ou a das formas ou dos gêneros que opõem, umas às outras, ciência, literatura, filosofia, história, ficção etc., e que as tornam espécies de grandes individualidades históricas? Nós próprios não

---

historicidade dos discursos que o constituem.

estamos seguros do uso dessas distinções no nosso mundo de discursos, e ainda mais quando se trata de analisar conjuntos de enunciados que eram, na época de sua formulação, distribuídos, repartidos e caracterizados de modo inteiramente diferente. (Foucault, 2002, p.24-25).

Nessa perspectiva é que se buscam as transformações, as discontinuidades, as rupturas. Há diversas e diferentes historicidades: a da estrutura econômica, a da estabilidade social, a das mentalidades, a das políticas, a das populações entre tantas outras. Cada objeto de estudo comporta um terreno histórico próprio. Por isso é que a história não pode ser vista como contínua, uniforme, unidirecional ou como um sistema fechado.

Libertos dessa visão de continuidade, de acordo com Foucault, todo um domínio passa a ser liberado. Tal domínio constitui-se do conjunto de todos os enunciados efetivos falados ou escritos, em sua dispersão de acontecimentos e na instância própria de cada um. Em geral, são acontecimentos no espaço do discurso. Surge, então, o trabalho de descrição dos acontecimentos discursivos como horizonte para a busca das unidades que aí se formam. Nasce um novo olhar para os enunciados na perspectiva discursiva.

Para Foucault a descrição dos acontecimentos discursivos se distingue da análise da língua:

Uma língua constitui sempre um sistema para enunciados possíveis - um conjunto finito de regras que autoriza um número infinito de desempenhos. O campo dos acontecimentos discursivos, em compensação, é o conjunto sempre finito e efetivamente limitado das únicas seqüências lingüísticas que tenham sido formuladas. (...) A descrição dos acontecimentos do discurso coloca uma outra questão bem

diferente: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar. (Foucault, 2002, p. 30-31).

A análise do campo discursivo é orientada de forma inteiramente diferente. Nesse caso, o enunciado deve ser compreendido na estreiteza e singularidade de sua situação; deve-se determinar as condições de sua existência, fixar seus limites da forma mais justa, estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, demonstrar que outras formas de enunciação exclui e como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar.

Para Foucault, língua e enunciado não se situam no mesmo nível de existência; não podemos dizer que há enunciados como dizemos que há língua. O enunciado não é uma unidade do mesmo gênero da frase, da proposição lógica ou ato de linguagem. Vejamos as distinções:

- a) *Em relação à frase*: para o enunciado não basta uma construção lingüística. Por exemplo, na seqüência *A V I J* de um manual de datilografia há enunciado, mas não há frase gramatical. Da mesma forma, um gráfico, uma árvore genealógica, um balanço contábil, são caracterizáveis como um enunciado. Isto quer dizer que no enunciado há mais do que relação entre significante e significado, mais do que designação.
- b) *Em relação à proposição lógica*: Não interessa a relação de falso/verdadeiro. Por exemplo: os lógicos dizem que a proposição "A montanha de ouro está na Califórnia" não pode ser verificada porque não possui um referente. Para o enunciado o que importa é o contexto da proposição. O referencial é dado pelo contexto ou pelo espaço de correlações em que a proposição está colocada.
- c) *Ato de fala*: o que importa não é o que se pode produzir depois de se ter enunciado, mas sim o que se produziu para ser enunciado. A idéia de que a individualização dos enunciados depende dos mesmos critérios que a

demarcação dos atos de formulação em que cada ato tomaria seu corpo em um enunciado e cada enunciado seria, internamente, habitado por um desses atos resultando num pelo outro em uma exata reciprocidade, não se sustenta. É preciso mais de um enunciado para efetuar um *speech act*.

Essas distinções evidenciam os enunciados no sentido em que uma língua existe e, com ela, um conjunto de signos definidos por seus traços oposicionais e suas regras de utilização. Na visão foucaultiana, a língua, na verdade, jamais se apresenta em si mesma e em sua totalidade; só poderia sê-lo de uma forma secundária e pelo expediente de uma descrição que a tomaria por objeto; os signos que constituem seus elementos são formas que se impõem aos enunciados e que os regem do interior. Se não houvesse enunciados, a língua não existiria; mas nenhum enunciado é indispensável à existência da língua (e podemos sempre supor, em lugar de qualquer enunciado, um outro enunciado que, nem por isso modificaria a língua. A língua só existe a título de sistema de construção para enunciados possíveis; mas por outro lado, ela existe a título de descrição mais ou menos exaustiva) obtida a partir de um conjunto de enunciados reais.

As reflexões vêm demonstrando que a construção do enunciado transcende a construção lingüística, o que de certo modo coloca uma questão fundamental: a da relação entre a materialidade da língua e a do discurso, já que é no enunciado que o discurso se materializa.

Está visto que não basta qualquer realização material de elementos lingüísticos, ou qualquer emergência de signos no tempo e no espaço, para que um enunciado apareça e passe a existir. O enunciado não é uma unidade do mesmo gênero da frase, da proposição ou do ato de linguagem (aspecto já demonstrado); não se apóia nos mesmos critérios, mas

não é tampouco uma unidade como um objeto material poderia ser, tendo seus limites e sua independência.

De qualquer modo, esta singularidade do enunciado (nem inteiramente lingüístico, nem exclusivamente material) é indispensável para que se possa dizer se há ou não frase, proposição e ato de linguagem e para que se possa dizer se a frase está correta (ou aceitável ou interpretável), se a proposição é legítima e bem constituída, se o ato está de acordo com os requisitos e se foi inteiramente realizado. Mas isto não limita o enunciado a uma estrutura, isto é, a um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos. O que se deve procurar no enunciado, de acordo com Foucault, é sua função de existência, ou seja, que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita). Ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam como conteúdos concretos, no tempo e no espaço.

A função de existência do enunciado está caracterizada pela função enunciativa delimitada pelas seguintes propriedades:

- a) *contexto do referente* – diz respeito ao espaço de correlações do objeto enunciado para que possamos dizer se uma proposição tem ou não um referente. O referencial diz respeito ao lugar, à condição, ao campo de emergência, à instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado. É no interior de uma relação enunciativa determinada e bem estabilizada que a relação de uma frase com seu sentido pode ser assinalada;
- b) *o enunciado mantém com o sujeito uma relação determinada* – não é preciso reduzir o sujeito do enunciado aos elementos gramaticais de primeira pessoa que estão presentes



no interior da frase: inicialmente por que o sujeito do enunciado não está dentro do sintagma lingüístico; em seguida, por que um enunciado que não comporta primeira pessoa, ainda sim, tem um sujeito. Na verdade, todos os enunciados que têm uma forma gramatical fixa (quer seja em primeira ou segunda pessoa) não têm um único e mesmo tipo de relação com o sujeito do enunciado. Nessa perspectiva é que Foucault supõe a “função vazia” do sujeito. Na medida em que o espaço do sujeito é definido pela relação do enunciante com o enunciado;

- c) *o enunciado só se exerce com a existência de um domínio*: a função enunciativa, não é simplesmente uma construção de elementos prévios. Não basta dizer uma frase em uma relação determinada com um sujeito para que haja enunciado, para que se trate de um enunciado: é preciso relacioná-la com todo um campo adjacente. Isto quer dizer que cada frase chega a uma existência de enunciado a partir de um espaço colateral; um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados. Essas margens não têm o mesmo significado de contexto – real ou verbal. O campo associado que faz de uma frase ou de uma série de signos um enunciado e que lhes permite ter um contexto determinado, um conteúdo representativo específico, forma uma trama complexa. Esse campo associado é constituído por outras formulações no interior das quais o enunciado se inscreve e forma um elemento (um jogo de réplicas formando uma conversação, a arquitetura de uma demonstração – limitada de um lado por suas premissas, do outro, por sua conclusão – a seqüência das afirmações que constituem uma narração). É constituído, também, pelo conjunto das formulações a que o enunciado se refere (implicitamente ou não), seja para repeti-las, modificá-las ou adaptá-las, ou mesmo para

se opor a elas, ou ainda para falar de cada uma delas. Todo enunciado reatualiza um outro enunciado.

d) *o enunciado tem uma existência material, distinta da existência da enunciação*: O enunciado é sempre apresentado através de uma espessura material, mesmo dissimulada, mesmo se, apenas surgida, estiver condenada a se desvanecer. O enunciado tem necessidade dessa materialidade. Contudo, a materialidade do enunciado não é definida pelo espaço ocupado ou pela data de formulação, mas por um status de coisa ou de objeto, jamais definido, mas modificável, relativo e sempre suscetível de ser novamente posto em questão.

Para Foucault não seria possível definir o enunciado como uma unidade de tipo lingüístico sem se ocupar da função enunciativa, uma vez que ela, em vez de dar um “sentido” às unidades (fragmentos de frases, séries ou quadro de signos, jogos de proposições ou formulações equivalentes), coloca-as em relação com um campo de objetos; em vez de lhes conferir um sujeito, abre-lhes um conjunto de posições subjetivas possíveis; em vez de lhes fixar limites, coloca-as em um domínio de coordenação e de coexistência; em vez de lhes determinar a identidade, aloja-as em um espaço em que são consideradas, utilizadas e repetidas.

Desse modo, ajustar a teoria do enunciado à análise das formações discursivas requer algumas considerações que podem ser a priori, de acordo com Foucault, divididas em dois grupos de questões os quais constituem o esboço dos princípios de tal ajuste.

#### Primeiro Grupo de questões:

1 – A articulação se dá no âmbito da formulação considerada como um acontecimento correlato ao surgimento do enunciado - modalidade que lhe permite estar em relação com

um domínio dos objetos, prescrever uma posição definida a qualquer sujeito possível, estar situado entre outras performances verbais, estar dotado, enfim de uma materialidade repetível, mas com particularidades de existência.

É neste sentido que, para Foucault, o termo discurso pode ser definido como um conjunto de enunciados que se apóia em um mesmo sistema de formação: é assim que se pode falar do discurso clínico, do discurso econômico, do discurso da história natural, do discurso psiquiátrico. Nessa visão de discurso é que se ancora o princípio de dispersão e de repartição da formação discursiva.

2 – Deve-se considerar que a descrição do enunciado define-se pelas condições nas quais se realizou e a função que deu a uma série de signos uma existência, e uma existência específica que a faz aparecer como um jogo de posições possíveis para um sujeito, como um elemento num campo de coexistência. Mesmo assim, a descrição dos enunciados dos diferentes conjuntos significantes estabelece um paradoxo: o enunciado não é imediatamente visível; não se apresenta de forma tão manifesta quanto uma estrutura gramatical ou lógica. O enunciado é ao mesmo tempo não visível e não oculto. Não oculto por definição, já que caracterizam as modalidades de existência, próprias de um conjunto de signos efetivamente produzidos.

A análise enunciativa só pode se referir a coisas ditas, às frases que foram realmente pronunciadas ou escritas, a elementos significantes que foram traçados ou articulados e, mais precisamente, a essa singularidade que as faz existirem, as oferece à observação, à leitura, a uma reativação eventual, a mil usos ou transformações possíveis, entre outras coisas, mas não como as outras coisas. (FOUCAULT, 2002 p. 126)

A análise enunciativa constitui-se de uma análise histórica, mas que se mantém fora de qualquer interpretação, ou seja, às coisas ditas, não se deve perguntar o que escondem, o que nelas estava dito; ao contrário, deve-se perguntar de que modo existem, o que significa para elas o fato de se terem manifestado, de terem deixado rastros e, talvez, de permanecerem para uma reutilização eventual; o que é para elas o fato de terem aparecido e nenhuma outra em seu lugar. De qualquer forma, afirma Foucault, as coisas ditas dizem bem mais do que elas mesmas. Os efeitos de redobramento ou de desdobramento, o não-dito que se encontra dito, apesar de tudo, não afetam o enunciado, pelo menos como foi definido. A polissemia que autoriza a hermenêutica e a descoberta de um outro sentido diz respeito à frase e aos campos semânticos que ela utiliza; um único e mesmo conjunto de palavras pode dar lugar a vários sentidos e a várias construções possíveis; ele pode ter entrelaçado ou alternado significações diversas, mas sobre uma base enunciativa que permanece idêntica.

Pode haver e, sem dúvida, sempre há nas condições de emergência dos enunciados, exclusões, limites ou lacunas que delineiam seu referencial, validam uma única série de modalidades, cercam e englobam grupos de coexistência, impedem certas formas de utilização. Mas não se deve confundir, nem em seu status, nem em seu efeito, a ausência característica de uma regularidade enunciativa e as significações encobertas pelo que se encontra formulado. (FOUCAULT, 2002 P.128)

3 – Para que o enunciado seja reconhecido e considerado em si mesmo, é necessária uma certa conversão do olhar e da atitude. O nível enunciativo se esboça em sua própria proximidade. Nesse sentido faz-se necessário interrogar a linguagem, não na direção a que

ela o remete, mas na dimensão que o produz. O nível enunciativo define a modalidade de seu aparecimento. A linguagem, na instância de seu aparecimento e de seu modo de ser, é o enunciado.

Segundo Grupo de questões:

1 – A demarcação das formações discursivas revela o nível específico do enunciado; mas da mesma forma, pode-se dizer que a descrição dos enunciados e a maneira pela qual se organiza o nível enunciativo conduzem à individualização das formações discursivas. Os dois procedimentos são reversíveis e justificáveis. A análise do enunciado e a da formação discursiva são estabelecidas correlativamente.

2 – Um enunciado pertence a uma formação discursiva como uma frase pertence a um texto. A regularidade dos enunciados é definida pela própria formação discursiva. A lei dos enunciados e o fato de pertencerem à formação discursiva constituem uma única e mesma coisa. O que não constitui um paradoxo, pois a formação discursiva se caracteriza por uma dispersão de fato, já que ela é para os enunciados não uma condição de possibilidade, mas uma lei de coexistência; e os enunciados, em troca, não se postam como elementos passíveis de intercâmbio, mas como conjuntos caracterizados por sua modalidade de existência.

3 - A definição de discurso confirma-se, então, como um conjunto de enunciados, na medida em que tais enunciados se apoiem na mesma formação discursiva. O discurso é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. Assim entendido, o discurso não é uma forma ideal e intemporal que teria, além do mais, uma história; a questão é saber como e por que ele pôde emergir e tomar corpo num determinado ponto do tempo; é de parte a parte histórico,

unidade e descontinuidade na própria história. Ele coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade.

4 – Nessa perspectiva é que o conceito de *práticas discursivas* pode ser precisado como um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa.

Em Foucault, descrever enunciados e a função enunciativa de que são portadores, analisar as condições nas quais se exerce essa função, percorrer os diferentes domínios que ela pressupõe e a maneira pela qual se articulam, é tentar revelar o que se poderá individualizar como formação discursiva.

O que foi definido como formação discursiva confirma o plano geral das coisas ditas no nível específico dos enunciados. As quatro direções da análise da formação discursiva (formação dos objetos, formação das posições subjetivas, formação dos conceitos e formação das escolhas estratégicas), afirma Foucault, correspondem aos quatro domínios em que se exerce a função enunciativa. E se as formações discursivas são livres em relação às grandes unidades retóricas do texto ou do livro, se não têm por lei o rigor de uma arquitetura dedutiva, se não se identificam com a obra do autor, é porque utilizam o nível enunciativo com as regularidades que o caracterizam, e não o nível gramatical das frases, ou lógico das proposições, ou psicológico da formulação.

Na verdade, Foucault focaliza as "práticas discursivas" como formadoras do saber de uma época, dos arquivos, ou seja, os enunciados efetivamente ditos e o funcionamento dos discursos. Outrossim, trata dos discursos como articulação do que pensamos, fazemos,

dizemos, como tantos outros acontecimentos. Para Foucault, os objetos não pré-existem ao saber; eles existem como acontecimento, como aquilo que uma época pôde dizer devido a certos arranjos entre o discurso e condições não discursivas.

A AD se apropriará das brechas deixadas por Foucault. Tais brechas residem no fato de que seus estudos sobre o discurso se situam fora do nível lingüístico e do nível ideológico na visão do materialismo histórico. O que ele faz é descrever o enunciado no campo do discurso e as relações de que são suscetíveis, demonstrando, por conseguinte, que o enunciado está além da língua. Apesar de não se ancorar na visão ideológica do materialismo histórico, trata das relações de poder enquanto formadores do discurso, já que "em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade". (FOUCAULT, 1996, p.8-9).

Dos procedimentos aos quais a produção do discurso está submetida, na visão foucaultiana, a *interdição* é o mais evidente e familiar, pois não se tem o direito de dizer tudo, não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, qualquer um não pode falar de qualquer coisa. "Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar".<sup>15</sup>

Neste âmbito, onde a grade é mais cerrada, ou melhor, no dizer de Foucault, "onde os buracos negros se multiplicam", são nas regiões da sexualidade e da política. São regiões onde o discurso se revela enquanto desejo e poder, respectivamente. A interdição revela

que o discurso está longe de ser transparente ou neutro, e como demonstrou a psicanálise, ele não apenas manifesta ou oculta o desejo, mas é também objeto do desejo, o que quer dizer que o discurso não traduz simplesmente as lutas ou os sistemas de dominação, mas o poder do qual se busca apoderar.

### **2.3.2 Deslocamentos e reconfigurações na Análise do Discurso**

Se a noção de FD em Foucault se articula com o nível do enunciado e sua função enunciativa a uma dada concepção do discurso a qual funda-se na constituição do sistema de saber, na AD esta noção sofre um deslocamento e passa a ser articulada com os conceitos de *formação ideológica e interdiscursividade*.

Na perspectiva de reformular a AAD "visando eliminar certas ambigüidades, retificar certos erros, constatar certas dificuldades não resolvidas", ao mesmo tempo indicar as bases para uma nova formulação da questão acerca da relação entre a lingüística e a teoria do discurso, já que a primeira fase foi essencialmente metodológica, Pêcheux e Fuchs (1975) apud Gadet (1997) delineiam um quadro onde exprimem as relações da AD e da teoria do discurso. Este quadro é construído a partir da articulação de três regiões do conhecimento científico, porém atravessado pela teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)<sup>16</sup>:

---

<sup>15</sup> FOUCAULT, 1996 p. 9)

<sup>16</sup> Para Pêcheux e Fuchs (1975) apud Gadet (1997) esta articulação é fundamental à medida que leva a reformular como uma das questões centrais a que se refere a leitura, ao efeito leitor como constitutivo da subjetividade, e caracterizado pelo fato de que, para que ele se realize, é necessário que as condições de existência deste efeito, estejam dissimuladas para o próprio sujeito.



- 1 - o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
- 2 - a lingüística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
- 3 - a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

É a articulação dessas três regiões que estreitará as relações entre formação social, ideologia e discurso.

A região do materialismo histórico diz respeito à superestrutura ideológica em sua ligação com o modo de produção que domina a formação social considerada. Considera-se que a região da ideologia deva ser caracterizada por uma materialidade específica articulada sobre a materialidade econômica. Os teóricos vêem como insuficiente a consideração da superestrutura ideológica como expressão de "base econômica", como se a ideologia fosse constituída pela "esfera das idéias", acima do mundo das coisas, dos fatos econômicos, etc.

Para esses teóricos, a particularidade do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar interpelação ou assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja conduzido, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar o seu lugar em uma das classes sociais antagônicas do modo de produção.

Esta reprodução contínua das relações de classe é assegurada materialmente pela existência de realidades complexas designadas por Althusser como "Aparelhos Ideológicos do Estado", e que

se caracterizam pelo fato de colocarem em jogo práticas associadas a lugares ou a relações de lugares que remetem às relações de classes sem, no entanto, decalcá-las exatamente.

As complexidades caracterizam-se, também, pelo fato de que há momentos em que posições políticas e ideológicas se organizam em formações antagônicas, de aliança ou de dominação no interior dos próprios aparelhos.

Falaremos de formação ideológica para caracterizar um elemento (este da luta nos aparelhos) suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica, característica de uma formação social em dado momento; desse modo cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são 'individuais' nem 'universais' mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras. (Pêcheux e Fuchs apud Gadet, 1997, p.166).

A partir da compreensão de que uma dada formação social caracteriza-se por uma formação ideológica é que Pêcheux e Fuchs percebem a relevância de se tratar da relação entre ideologia e discurso.

Passam a conceber que a ideologia se materializa no discurso, ou seja, os tipos discursivos pertencem ao *gênero* ideológico. Para eles, isto é o mesmo que dizer que as formações ideológicas de que acabamos de falar comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa) a partir de uma posição dada numa conjuntura, ou seja, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de

classes, o que os leva a concluir que toda formação discursiva deriva de *condições de produção*<sup>17</sup> específicas e identificáveis de acordo com o que foi, anteriormente, designado.

De acordo com Pêcheux e Fuchs, as formações discursivas intervêm nas formações ideológicas enquanto componentes, por uma dupla razão: a ideologia se realiza sempre através de um conjunto complexo determinado de formações ideológicas que desempenham no interior deste conjunto, em cada fase da história da luta de classes, um papel necessariamente desigual na reprodução e na transformação das relações de produção em razão de características denominadas pelos teóricos de "regionais": o Direito, a Moral, o Conhecimento, Deus, etc. e ao mesmo tempo, de suas características de classe.

Um exemplo da relação das formações discursivas com as formações ideológicas, segundo os teóricos, é a interpelação do sujeito através do Aparelho Ideológico do Estado Religioso que se dá na forma específica das cerimônias (ofícios, batismos, casamentos, enterros, etc). A figura da religião intervém, em realidade, nas relações jurídicas e na produção econômica, como acontecia no interior das relações feudais de produção.

Na realização destas relações ideológicas de classes, diversas formações discursivas intervêm enquanto componentes, combinadas cada vez em

---

<sup>17</sup> A expressão "condições de produção" é destacada por Pêcheux e Fuchs para resguardá-la de possível ambigüidade. Neste contexto, seu significado distingue-se do sentido econômico, do sentido epistemológico (produção de conhecimentos), de seu uso psicolinguístico (produção da mensagem). A significação da expressão diz respeito a "produção de um efeito". O termo, ainda sim, afirmam, assume uma função polêmica em relação ao emprego do termo "circulação" e até mesmo "criação" para caracterizar processos de significação. Além do mais, a materialidade verbal (fônica ou gráfica) é um dos pressupostos da produção econômica como condição infra-estrutural de comércio (e, de modo geral, do contrato) e, ao mesmo tempo, como condição de aproveitamento social das forças produtivas (transmissão do "modo de usar" dos meios de trabalho e "educação" da força de trabalho).

Na verdade, o texto de 1969 apresentava uma ambigüidade que residia no fato de que "condições de produção" designava ao mesmo tempo o efeito das relações de lugar nas quais devia se inscrever o sujeito e a "situação", ou seja, no sentido concreto e empírico do termo, o ambiente material e institucional, os papéis mais ou menos conscientemente colocados em jogo, etc.

formas específicas e enquanto hipótese histórica a ser verificada: de um lado a *pregação camponesa* reproduzida pelo "Baixo-Clero" no interior do campesinato, de outro o sermão do *Alto-clero* para os *Grandes da nobreza*, logo duas formações discursivas, a primeira subordinada à segunda, de modo que se trata, ao mesmo tempo, das mesmas "coisas" (a pobreza, a morte, a submissão etc.), mas sob formas diferentes (ex: a submissão do povo aos grandes/a submissão dos Grandes a Deus) e também de "coisas" diferentes (ex: o trabalho da terra/o destino dos grandes). (Ibid., p.167)

Na visão de Pêcheux (1988), é a ideologia que fornece evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado mascarem a transparência da linguagem. Isto quer dizer, que o caráter material do sentido, mascarado por sua evidência transparente para o sujeito, consiste na sua dependência constitutiva daquilo que se pode chamar *o todo complexo das formações ideológicas*. Para ele, essa dependência pode ser explicada através de duas teses:

- 1) A primeira consiste em colocar que o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe em si mesmo, ou seja, em sua relação transparente com a literalidade do significante, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas. O que equivale dizer que as palavras, expressões ou proposições recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas. Os indivíduos são *interpelados* em sujeitos de seu discurso pelas formações discursivas que lhes são correspondentes. Todavia, não se trata de uma relação de pura equivalência (ideologia = discurso) nem uma simples distribuição de funções prática discursiva/prática não-discursiva. No seu ponto de vista, seria mais conveniente falar de uma "intricação" das formações discursivas nas formações ideológicas, cujo princípio se encontraria precisamente na *interpelação*.

- 2) Se se reconhece a formação discursiva como o lugar da constituição do sentido, podemos depreender, por conseguinte, como que toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao *todo complexo com dominante* das formações discursivas, intrincando no complexo das formações ideológicas definidos anteriormente.

A esse *todo complexo com dominante das formações ideológicas* é que Pêcheux denominou de interdiscurso. Ele está submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que caracteriza o complexo das formações ideológicas.

Pêcheux concebe que o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso que determina essa formação discursiva e que reside no fato de que "algo fala" sempre "antes em outro lugar e independente", isto é sob a dominação do complexo das formações ideológicas. Evidenciam-se, então, dois tipos de discrepância, respectivamente, o efeito de encadeamento do *pré-construído* e o efeito de *articulação*. Esses elementos são, na realidade, determinados materialmente na própria estrutura do interdiscurso e não nas leis "psicológicas" do pensamento como se considerou no início.

O *pré-construído* remete a uma construção anterior e exterior, independente, por oposição ao que é "construído" pelo enunciado. É o elemento que irrompe na superfície discursiva como se estivesse já aí. *Articulação* constitui o sujeito em relação com o sentido, de modo que ela representa no interdiscurso aquilo que determina a dominação da *forma-sujeito*.<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> Introduzida por Althusser, a expressão *forma-sujeito* designa a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente de práticas sociais, o que equivale dizer que todo indivíduo humano, ou seja, social, só pode ser agente de uma prática se revestir-se da forma-sujeito.

Se em Pêcheux FD caracteriza-se pela interdiscursividade e se articula com a formação ideológica e com a constituição do sujeito, nas reflexões de outros teóricos da AD, estas relações ganham outras dimensões como veremos a seguir.

Em Courtine, o conceito de FD está relacionado com dois níveis distintos que constituem dois modos de existência do discurso como objeto:

- 1) o nível do sistema de formação dos enunciados;
- 2) o nível da formulação.

No primeiro, o sistema de formação é compreendido como um feixe de relações que funciona como regra que deve determinar "o que pode e deve ser dito" por um sujeito falante a partir de um lugar determinado e numa conjuntura, no seio de uma FD, sob a dependência de seu interdiscurso. Esse nível é designado como nível dos enunciados. O nível de um sistema de "formação" coloca a constituição da "matriz do sentido" inerente a uma FD determinada no plano dos processos históricos de formação, reprodução e transformação dos enunciados no campo do arquivo.

O segundo nível é compreendido como "estado terminal do discurso", na medida em que a *seqüência discursiva* manifesta uma certa "coerência visível e horizontal dos elementos formados", ou seja, um intradiscurso. As seqüências discursivas são definidas como seqüências orais ou escritas de dimensão superior à frase. É necessário indicar que a própria natureza e a forma dos materiais recolhidos são eminentemente variáveis, e que a noção de 'seqüência discursiva' é uma noção vaga. Ela depende, com efeito, dos objetivos definidos para um tratamento particular.

A forma das seqüências discursivas, reunida em um corpus, não será a mesma se se trata de uma análise do processo de enunciação ou de uma “análise automática do discurso” realizada sobre a base de seqüências produzidas em situação experimental. Os procedimentos de segmentação que acabam por atribuir uma forma determinada a uma seqüência, são, pois, por sua vez, variáveis. Toda seqüência discursiva, ou discurso concreto existe, pois, no interior do "feixe completo de relações" de um sistema de formações. Esse nível é denominado de *nível de formulação*.

Nesse sentido é que o estudo do intradiscurso que uma tal seqüência manifesta é indissociável da tomada em conta do interdiscurso da FD, já que toda seqüência discursiva deve ser apreendida como objeto num processo discursivo de reprodução, transformação dos enunciados no interior de uma dada FD.

Courtine descreve o interdiscurso de uma FD no nível do enunciado. É no interdiscurso de uma FD, como articulação contraditória de FDs e de formações ideológicas, que se constitui o *domínio de saber* próprio a essa FD. A contradição é primeira, constitutiva das FDs: os objetos, ou elementos do saber se formam nela (aí).

É o domínio do saber que realiza o *fechamento* de uma FD, delimitando seu interior (o conjunto dos elementos de saber) em relação a seu exterior (o conjunto dos elementos que não pertencem ao saber da FD): esse fechamento, entretanto, é fundamentalmente instável. Ele se inscreve entre diversas FDs como uma fronteira que se desloca, em função dos episódios da luta ideológica, nas transformações da conjuntura histórica de uma formação social dada.

Para ele o interdiscurso deve ser pensado como um processo de *reconfiguração incessante* no qual o saber de uma FD é levado, em função das posições ideológicas que

essa FD representa numa conjuntura determinada, a incorporar elementos pré-construídos produzidos em seu próprio exterior, a produzir sua redefinição, a organizar sua repetição, mas também a provocar eventualmente seu desaparecimento, seu esquecimento ou mesmo sua denegação. Nessa perspectiva, Courtine visa o interdiscurso de uma FD, como instância de formação/repetição/transformação dos elementos do saber dessa FD que pode ser entendido/considerado como o que regula o deslocamento das fronteiras.

### **2.3.3 Memória discursiva**

É fundamental uma abordagem específica sobre a noção de memória, principalmente, no campo do discurso político, já que este campo constitui o mote de nossa pesquisa.

Courtine (1981) concebe que toda a produção discursiva que se efetua nas condições de produção de uma dada conjuntura remete e põe em movimento, faz circular formulações anteriores, já enunciadas. Esta "manifestação discursiva" constitui *um efeito de memória na atualidade de um acontecimento*, isto é, a reatualização de um acontecimento passado em uma conjuntura presente. Desse modo, ele introduz a noção de memória discursiva na problemática da análise do discurso político.

Essa noção nos parece subjacente à análise das FD que a *arqueologia do saber* efetua: qualquer formulação tem em seu 'domínio associado' outras formulações, que ela repete, refuta, transforma, denega..., isto é, em relação às quais ela produz efeitos de memória específicos; mas qualquer formulação mantém igualmente, com formulações com as quais coexiste



(seu campo de concomitância, diria Foucault), ou que lhe sucedem (seu 'campo de antecipação'), relações cuja análise inscreve necessariamente a questão da duração e a da pluralidade dos tempos históricos no coração dos problemas que a utilização do conceito de FD coloca. (Courtine, 1984, p.15).

A noção de "memória discursiva", na AD, distingue-se de qualquer memorização psicológica ou psicolinguística. Esta noção, na perspectiva da AD, diz respeito à *existência histórica do enunciado* no seio de práticas discursivas reguladas por aparelhos ideológicos. Segundo Courtine, ela visa o que Foucault, em *Arqueologia do Saber*, releva a propósito dos textos religiosos, jurídicos, literários, científicos, discursos que estão na origem de um certo número de atos novos, de falas que os representam, os transformam ou falam deles, em poucas palavras, os discursos que indefinidamente, além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos, e estão ainda por dizer.

O estatuto da memória no campo do discurso político, para Courtine, funciona como processo de anulação, perda de referencial, recalque, apagamento da memória histórica, mas que deixa como uma estreita lacuna a marca de seu desaparecimento. Ele ilustra esta concepção com uma anedota de Milan Kundera (*Livre du rire et de l'oubli*):

Fevereiro de 1948. O dirigente comunista Klement Gottwald, da sacada de um palácio barroco de Praga, discursa para a multidão aglomerada na praça da velha cidade. É nessa sacada que começa a história da Boêmia comunista... Gottwald estava cercado por seus camaradas e, a seu lado, bem próximo, estava Clémentis. Nevava, estava frio e Gottwald estava com a cabeça descoberta. Clémentis, muito atencioso, tirou o seu chapéu de pele e o colocou na cabeça de Gottwald. O departamento de propaganda reproduziu centenas de milhares de exemplares da fotografia

da sacada, de onde Gottwald, com um chapéu de pele e rodeado por seus camaradas, fala ao povo. (...) Todas as crianças conheciam essa fotografia de tê-la visto em cartazes, nos manuais e nos museus. Quatro anos mais tarde, Clémentis foi acusado de traição e enforcado. O departamento de propaganda fê-lo imediatamente desaparecer da história e certamente de todas as fotografias. Desde então, Gottwald está sozinho na sacada. Ali, onde estava Clémentis, há somente o muro vazio do palácio. De Clémentis, restou apenas o Chapéu de pele na cabeça de Gottwald. (Ibid).

Desse modo, mesmo que se coloque em jogo a materialidade não-lingüística de um documento fotográfico, é, antes de tudo, na *ordem do discurso que* ele é produzido; no dizer de Courtine: ordem do discurso das 'línguas de estado', que dividem em pedaços as lembranças dos eventos históricos preenchidos na memória coletiva de certos enunciados, dos quais elas organizam a recorrência de uns e consagram a outros a anulação ou a queda.

Na visão desse teórico, essa ilustração demonstra a indissociabilidade da memória e do esquecimento na enunciação política, até mesmo no retorno inverso das coisas, já que é Gottwald, daí para frente, que a história fará usar o chapéu.

Essa concepção do estatuto da memória e do esquecimento no campo político é corroborada por Orlandi (1999), quando busca compreender o acontecimento de maio de 1968 na órbita do discursivo, pois releva que falando de história e de política, não há como não considerar o fato de que a memória é feita de esquecimentos, de silêncios; de sentidos não ditos, de sentidos a não dizer, de silêncios e de silenciamentos. Ela dá seu depoimento:

Para observarmos isso basta pensarmos nos sentidos dos nossos 'companheiros' de maio-68 trucidados pela tortura e pela repressão militar. Eu vi, em meu silêncio, muitos de meus colegas com suas fotos

afixadas como perigosos guerrilheiros em pilares de rodoviária de São Paulo toda vez que ia tomar ônibus. Eram lidos, vistos, pensados como perigosos terroristas. Por onde passam os sentidos do terrorismo? Por onde passam os sentidos da resistência política de 68? Os sentidos da liberdade? (Orlandi, ano...)

Para Orlandi, esses sentidos foram excluídos e silenciados de tal forma que não puderam e não podem significar - não correspondem a um dizer possível, uma vez que não foram trabalhados socialmente de modo a identificar suas posições.

Analisando a construção do sentido e o funcionamento dos implícitos no âmbito da memória discursiva, Pierre Achard (1999) levanta a hipótese de que a memória não pode ser provada, não pode ser deduzida de um corpus sob uma forma explícita, estável e sedimentada. No seu modo de ver, o passado, mesmo que, realmente, memorizado, só pode trabalhar mediando as reformulações que permitem reenquadrá-lo no discurso concreto face ao qual nos encontramos. Nesse sentido, ele supõe uma dada complexidade da memória discursiva quanto à estruturação de sua materialidade, tal que a estende a uma dialética da repetição e da regularização.

A regularização se apóia necessariamente sobre o reconhecimento do que é repetido na ordem do formal, o qual constitui um jogo de força caracteristicamente simbólico que se exerce no reconhecimento do mesmo significante e de sua repetição. Uma vez reconhecida a repetição, será preciso supor que existam procedimentos para estabelecer comparações, deslocamentos, relações contextuais. Nessa perspectiva a memória restitui julgamentos de verossimilhança sobre o que é reconstituído pelas operações de paráfrases e não na produção da superfície ou da frase, como se pode ser levado a supor. Nesse sentido é que o

analista deve dar conta do fato de que a memória suposta pelo discurso é sempre reconstruída na enunciação, supondo aí que a estruturação de um texto, bem como sua circulação, é sempre uma questão social.

#### **2.3.4 Interdiscursividade e Formação Discursiva em Maingueneau**

Acerca das reflexões sobre FD em Maingueneau (1984,1993), destacaremos dois aspectos:

- 1) o primeiro diz respeito aos *mediadores*: a relação entre grupo social e discurso;
- 2) o segundo diz respeito à definição da FD a partir de seu interdiscurso.

Maingueneau (1993) considera a dimensão deste primeiro aspecto ignorada pela análise do discurso, ou seja, a comunidade daqueles que produzem, que fazem com que o discurso vincule, que se reúnem em seu nome e nele se reconhecem é apagada. Para ele, no que tange à pergunta em que condições uma formação discursiva é possível, deve-se questionar se a noção de *intermediário* entre um grupo social e um discurso é tão simples quanto parece.

Não é suficiente lembrar a existência de um conflito social, de uma língua, de ritos e de lugares institucionais de enunciação, é preciso ainda pensar que o próprio espaço de enunciação, longe de ser um simples suporte contingente, um quadro exterior ao discurso, supõe a presença de um grupo específico sociologicamente caracterizável, o qual não é um agrupamento fortuito de 'porta-vozes'. (Maingueneau, 1993, p.54)

Isto quer dizer, que não basta dizer que entre as informações brutas e os jornais existe o mundo da imprensa, entre os escritores e os textos literários, as instituições literárias, entre os cidadãos e os enunciados políticos, os meios políticos, etc. Na verdade, tudo emerge ao mesmo tempo: os mediadores e a circulação dos discursos. No seu ponto de vista, a instituição "mediadora" não é secundária em relação a uma realidade que se contentaria em formular de acordo com certos códigos. Maingueneau prefere admitir que não existe relação de exterioridade entre o funcionamento do grupo e o de seu discurso, sendo preciso pensar, desde o início, em sua imbricação, ou seja, é preciso articular as coerções que possibilitam a formação discursiva com as que possibilitam o funcionamento do grupo, já que estas instâncias são conduzidas pela mesma lógica.

Não se dirá, pois, que o grupo gera um discurso do exterior, mas que a instituição discursiva possui, de alguma forma, duas faces, uma que diz respeito ao social e a outra, à linguagem. A partir daí, as formações discursivas concorrentes em uma determinada área, também, se opõem pelo modo de funcionamento dos grupos que lhes estão associados. (Ibid., p.55)

Maingueneau entende que os modos de organização dos homens e seus discursos são inseparáveis; a enunciação de uma formação discursiva supõe e torna ao mesmo tempo possível o grupo que lhe é associado. Denomina de *comunidade discursiva* o grupo ou a organização de grupos no interior dos quais são produzidos, gerados os textos que dependem da formação discursiva.

No seu ponto de vista, não se deve apreender esse conceito de modo restrito, pois ele não remete unicamente aos grupos (instituições e relações entre agentes), mas também a

tudo que estes grupos implicam no plano da organização material e modos de vida. Ressalta que esses grupos existem unicamente por e na enunciação, na gestão destes textos. Nesse sentido, para o discurso político, por exemplo, serão considerados os partidos políticos e não os cidadãos tomados em sua inscrição sócio-econômica.

Maingueneau aplica a noção de *comunidade discursiva* a dois domínios diferentes:

- 1) aos enunciadores de um mesmo tipo de discurso (religioso, científico...) que partilham um certo modo de vida, de normas, etc.;
- 2) aos enunciadores que dependem de posicionamentos concorrentes (um jornal, um partido político...) num mesmo campo discursivo e que se distinguem pela maneira como se organizam.

Nesta perspectiva, retoma o termo "práticas discursivas" de Michel Foucault e reformula-o como uma apreensão da formação discursiva inseparável das comunidades discursivas que produzem tais práticas, do modo como surgem e como se difundem: a formação discursiva é então pensada como um mesmo movimento, como conteúdo, como modo de organização dos homens e como rede específica dos enunciados.

O segundo aspecto tratará da concepção da FD a partir do interdiscurso. Maingueneau compreende que a formação discursiva deve ser definida a partir do seu interdiscurso e não ao contrário. Endossa a crítica feita por Courtine de uma visão homogênea da FD, concebida como um bloco compacto que se oporia a outros (o discurso comunista contra o discurso democrata-cristão, por exemplo). Concebem-na como uma realidade "heterogênea" por si mesma, como uma *rede de formulações*. Ilustra esta concepção com os seguintes fragmentos de uma declaração do secretário do Partido Comunista Francês:

- (1) "Nossa política com relação aos cristãos não é, em absoluto, uma tática

de circunstância, trata-se de uma política de princípio" ( G. Marchais para o jornal La Croix, de 19/11/1970).

Este enunciado mantém relações com outros enunciados pertencentes à mesma formação discursiva, que se encontra em uma rede interdiscursiva "vertical" de formulação do tipo:

"Recomeçaram a acusar-nos, de forma pouco original, de *manobrar, enganar, agir com duplicidade*" (M.Thorez, out., 1937).

"E, se hoje confirmarmos nossa posição de 1937, é porque não se tratava, então, como alguns pretendem, de um *ardil*, de uma *tática* ocasional, mas de uma posição política perfeitamente de acordo com nossa doutrina: o marxismo-leninismo" (Waldeck-Rochet, 13/12/1944).

"Para nós, a união não é uma *tática ocasional, uma manobra ligada à conjuntura. A luta pela união* constitui uma *constante, um princípio* de nosso partido" (XXI Congresso do PCF, 24/10/1974);

Estes trechos acima expostos representam uma rede de formulações e a invariante destas repetições é chamada de enunciado. Desse modo, a "rede" corresponde às diferentes formulações possíveis do "enunciado" no interdiscurso.

Para Maingueneau, a formação discursiva aparece como o lugar de um trabalho no interdiscurso; como um domínio "inconsistente", aberto e instável, e não a projeção, a expressão estabilizada da "visão do mundo" de um grupo social.

Em *Gênese du Discours* (1984), Maingueneau trata da apreensão do discurso através do interdiscurso ligando a problemática da gênese com a da interdiscursividade. Levanta a hipótese de que a interdiscursividade é anterior à discursividade. Propõe um

sistema de operações semânticas que dê conta das diversas dimensões de tal discursividade, ou melhor, da interdiscursividade. Para ele, a interdiscursividade se inscreve na perspectiva de uma heterogeneidade constitutiva da linguagem, segundo a qual há uma relação indissociável do *Mesmo* do discurso e seu *Outro*. No seu ponto de vista, a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas um espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos.

Esta hipótese não se especifica sem reencontrar um certo número de orientações privilegiadas no campo das Ciências Humanas, e em particular no domínio da análise textual<sup>19</sup>. Nesse sentido, há uma convergência que não se dá por acaso. As relações intertextuais se prendem à problemática da enunciação e testemunham impulsões que atravessam todo um campo de investigações, durante alguns anos.

Por mais que esse *Outro* não coadune com o outro da psicanálise lacaniana, por exemplo, ou os outros da teoria da enunciação, da ideologia, ou do discurso, para Maingueneau ele existe como elemento de comparação preciso e interessante. Aparece nas formulações num caráter polifônico da fala ou de decentramento do sujeito da enunciação contribuindo para suscitar uma sorte de unanimidades. Nesse caso, naturalmente, se é levado a retomar as pesquisas de "precursores", em especial os do círculo de Bakhtin, que fazem do *Outro* o fundamento da discursividade, ou seja, o *princípio dialógico* da linguagem o qual caracteriza a constitutividade da interação enunciativa.

O ponto de vista de Maingueneau se inscreve na mesma perspectiva de Bakhtin. Todavia, trata esta perspectiva num quadro metodológico que ele considera muito mais preciso. Para ele, a noção de interdiscursividade torna-se mais precisa se se recorre aos



conceitos de *universo discursivo*, *campo discursivo* e *espaço discursivo* que ele assim descreve:

- *universo discursivo*: conjunto de formações discursivas de todos os tipos que coexistem, ou melhor, interagem em uma conjuntura. Este conjunto é necessariamente finito, mas irrepresentável, jamais concebível em sua totalidade pela AD. Quando uma tal noção é utilizada, é essencialmente para aí recortar os "campos discursivos". Ela corresponde aproximadamente ao "arquivo", termo de Foucault reconfigurado para a AD por J.M.Marandín (1979) que o concebe como um conjunto de enunciados que constitui o arquivo de uma época. Este conjunto é a coleção de um espaço homogêneo (o espírito de uma época, um estado de cultura ou de civilização), de tudo o que foi dito, de tudo o que se diz, mas um conjunto de regiões heterogêneas de enunciados produzidos por práticas discursivas irreduzíveis.
- *Campo Discursivo*: define-se como um conjunto de formações discursivas que se encontram em relação de concorrência, em sentido amplo, e se delimitam, pois, por uma posição enunciativa em uma dada região do universo discursivo. O recorte de tais campos deve decorrer de hipóteses explícitas e não de uma participação espontânea do universo discursivo. Certamente, a tradição legou um certo número de etiquetas (campos discursivos religioso, político, literário, etc.), mas estas são grades extremamente grosseiras, de pouco interesse para a AD, que é obrigada a considerar múltiplos parâmetros para construir campos pertinentes. Ele não é uma abstração necessária que deve permitir a abertura de múltiplas redes de trocas. Não é possível determinar a priori as modalidades das relações entre as diversas formações discursivas de um campo. O analista é então levado a isolar no campo "espaços discursivos"
- *Espaço discursivo*: subconjunto do campo discursivo o qual liga pelo menos duas formações discursivas que, supõe-se, mantêm relações privilegiadas, cruciais para a compreensão dos discursos considerados. Este é, pois, definido a partir de uma decisão do analista, em função de seus objetivos de pesquisa. Não é por simples comodidade que determinados subconjuntos são recortados (porque seria difícil apreender um

---

<sup>19</sup> A esse respeito ver MAINGUENEAU, 1984, p.25

campo discursivo em sua totalidade), mas também e, sobretudo, porque uma formação discursiva dada não se opõe de forma semelhante a todas as outras que partilham seu campo: certas oposições são fundamentais, outras não desempenham diretamente um papel essencial na constituição e preservação da formação discursiva considerada.

As restrições do espaço discursivo só podem ser fundadas no resultado de uma hipótese baseada no conhecimento de textos e um saber histórico, que podem ser confirmados pelos estudos do discurso *humanista devoto* versus o *discurso jansenista*.<sup>20</sup> O espaço discursivo que associa estes dois discursos não se definiu de início pelo resultado de uma escolha, mas na idéia fundada por certos especialistas segundo os quais o jansenismo se explicaria essencialmente como uma *reação* contra o humanismo devoto.

Estes tateamentos na determinação dos elementos pertinentes do espaço discursivo, afirma Maingueneau, não são em nada retóricos. Poder-se-ia crer que basta considerar que outros discursos do campo são citados e recusados pelo discurso "segundo" para os identificar como o discurso primeiro através do qual ele é constituído. De fato, reitera, estas polêmicas explícitas não são um sintoma seguro, e pode-se muito bem conceber que a relação constitutiva não se acompanha senão de poucos índices ao nível da superfície discursiva; o que importa sobre este ponto, em última instância, diz, é levar em conta os fundamentos semânticos dos discursos.

O reconhecimento deste tipo de primado do interdiscurso, afirma Maingueneau, incita a construção de um sistema no qual a definição da rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações deste discurso com

---

<sup>20</sup> O estudo da polêmica entre o humanismo devoto e o jansenismo resultou na obra de Maingueneau: *Sémantique de La Polémique – Discours religieux et ruptures idéologiques au XVII Siècle* (Cf. Bibliografia). A pesquisa desta obra consiste, exatamente, no conflito resultante da passagem do domínio discursivo do humanismo devoto ao domínio discursivo jansenista.

seu Outro. Ao nível das condições de possibilidades semânticas não haveria, pois, senão um espaço de trocas e jamais de identidade fechada. Nesse sentido, um discurso nunca é autônomo - ele se remete sempre a outros discursos.

No espaço discursivo, Outro não é nem um fragmento localizável, uma citação, nem uma entidade exterior; não é necessário que ele seja descoberto por alguma ruptura visível da discursividade. Ele se encontra na raiz de um mesmo sempre já descentrado em relação a ele próprio, que não é em nenhum momento visto sob a figura de uma plenitude autônoma. Ele é o que faz sistematicamente falta a um discurso e lhe permite se fechar em um todo. Ele é essa parte do sentido que foi preciso que o discurso sacrificasse para constituir sua identidade.

A relação do mesmo com o outro independe de toda forma de alteridade marcada. Não se deve limitar a orientação dialógica só aos enunciados portadores de citações, de alusões, etc., uma vez que o outro no espaço discursivo não é redutível a uma figura de interlocutores.

O OUTRO ocupa a mesma cena do EU, ao contrário de visões correlatas, e esta seria a originalidade do seu conceito de heterogeneidade constitutiva.

Pode-se considerar que, cronologicamente, é o discurso dito segundo que se constitui através do discurso primeiro. Parece lógico pensar que o discurso primeiro é o OUTRO do discurso segundo e que o inverso não é possível. No entanto, alguns aspectos mostram que esta lógica é falha:

1. Primeiro porque o discurso primeiro não permite a constituição de discursos segundos que o ameacem em seus fundamentos, então o discurso primeiro se

apropriada do que deverá se tornar um discurso concorrente e o apreende como uma figura privilegiada do seu OUTRO. O discurso segundo nasce no interior do espaço discursivo anterior sem constituir-se uma oposição perfeita a ele; o discurso segundo já nasce mesclado de outras formações discursivas;

2. a assimetria ligada à ordem da gênese não recobre, assim, a totalidade de relações entre discursos primeiro e segundo;
3. Conclui-se que, além de modelo assimétrico que permite descrever a constituição de um discurso, o espaço discursivo é também um modelo simétrico de interação conflitante entre dois discursos pelos quais um representa seu OUTRO no todo ou em parte.

O discurso segundo pode perder a ligação com seu discurso primeiro, mas não necessariamente com as estruturas semânticas correspondentes, pelas quais continuará a ler a figura do OUTRO, até que a dependência semântica de um enunciado não coincida mais com aquela que reivindica seu autor.

O que se coloca é que um discurso segundo é derivado regularmente de um ou vários outros campos discursivos, cabe à semântica discursiva mostrar a quais restrições tal derivação se submete e em que condições o “novo” é possível.

Neste sentido, sustentar que o espaço pertinente para as regras que definem a identidade das formações discursivas é da ordem interdiscursiva, consiste em propor ao analista o interdiscurso como objeto e fazê-lo apreender, de imediato, não uma FD, mas a interação entre formações discursivas. O que implica, no seu ponto de vista que a identidade discursiva é construída na relação com o outro. O que quer dizer que todos os elementos do espaço discursivo - as FD e suas relações - são abstraídas da interdiscursividade, afirmando seu caráter constitutivo. Mesmo na ausência de qualquer

marca de heterogeneidade mostrada, diz Maingueneau, toda unidade de sentido, qualquer que seja seu tipo, pode estar inscrita em uma relação essencial com uma outra, aquela do ou dos discursos em relação aos quais o discurso de que ela deriva define sua identidade.

Desse modo, um enunciado de uma FD pode ser lido em seu "direito" e em seu "avesso", isto é, em uma face significa que pertence a seu próprio discurso, em outra marca a distância constitutiva que o separa de um ou vários discursos.

Nessa perspectiva, as eternas polêmicas em que as formações discursivas estão envolvidas não surgem de forma contingente do exterior, mas são as atualizações de um processo de delimitação recíproca, localizado na própria raiz dos discursos considerados. (Ibid., p.120).

Dizer que a interdiscursividade é constitutiva, para Maingueneau, é também dizer que um discurso não nasce, como geralmente é pretendido, de algum retorno às próprias coisas, ao bom senso, etc., mas de um trabalho sobre outros discursos.

À relação de interação entre dois discursos em posição de delimitação recíproca, Maingueneau denomina "interincompreensão". Este termo pode ser compreendido como um processo de *tradução* do tipo particular que opera não de uma língua para outra, mas de uma formação discursiva à outra, ou seja, entre zonas da mesma língua. Desse modo, podemos afirmar com Maingueneau que quando uma formação discursiva faz penetrar o Outro em seu próprio interior, por exemplo, sob a forma de uma citação, ela está apenas "traduzindo" o enunciado deste outro, interpelando-o através de suas próprias categorias. Num espaço discursivo considerado, ele afirma, o sentido não é algo estável, que poderia

ser relacionado a uma posição absoluta, mas se constrói no intervalo entre as posições enunciativas.

A "interincompreensão" resulta de um dado mal-entendido, uma "incompreensão", porque obedece a regras que são as mesmas que definem a identidade das formações discursivas consideradas. Porém, o sentido é um mal-entendido sistemático e constitutivo do espaço discursivo. Contudo, mesmo que não se compreenda a mesma coisa, que não haja um mesmo sentido de um sujeito para outro, há ainda sim um lado positivo, o qual permite que os sujeitos partilhem o mesmo discurso, falem da mesma coisa.

Para exemplificar esse fenômeno de "interincompreensão", Maingueneau retoma o discurso humanista devoto e o jansenismo ilustrado no estudo do espaço discursivo em *Gèneses du Discours (1984)*, para mostrar a divergência de dois sistemas semânticos. O discurso jansenista constitui-se a partir de uma série de operações sobre o discurso humanista devoto; sua estrutura decorre da rejeição da estrutura do discurso humanista devoto. O estudo entre essas duas formações discursivas consiste, exatamente, no conflito que resulta da passagem de um domínio discursivo a outro domínio.

O discurso humanista devoto tem por objetivo constante integrar os elementos em totalidades organizadas cujos componentes são diversificados e complementares ("ordens"), recusando, assim, as formas de individualização e de ruptura. No humanismo devoto, o cristão, isoladamente, nunca receberá consideração de forma positiva, mas será concebido como um ser inserido no cosmo, em sociedade, em uma família, numa comunidade, etc.; da mesma forma, este discurso não marcará descontinuidade irreduzível entre o homem natural e o cristão: estes são para eles dois graus positivos de uma escala ascendente da qual Deus seria o ápice.

Em compensação, o trabalho do discurso jansenista consiste justamente em destruir estas totalidades de propósitos integradores, de modo que as totalidades são substituídas por pontos privilegiados e a integração, por linhas de ruptura. Ou seja, lá onde o humanismo devoto propunha um cristão inscrito em grupos, o jansenismo propõe uma consciência solitária; onde havia uma gradação positiva entre a natureza e o cristianismo, ele introduz uma separação para opor natureza e sobrenatureza. Isto, à luz da "tradução" e de "interincompreensão, implica que o cristão do humanismo devoto será traduzido pelo jansenismo como uma mistura de dois registros onde apenas a oposição é considerada válida.

### **2.3.5 Relações de Polemicidade e Identidade Discursiva**

O processo de interincompreensão visto como dupla tradução, afirma Maingueneau, permite aprofundar o mecanismo *polêmico*.

A polêmica se instala quando há coexistência num mesmo espaço discursivo de dois pólos em torno dos quais se estruturam formações discursivas oponentes que se confrontam e se afrontam. Há, nesse caso, uma tentativa de desqualificação do discurso do adversário para que ele seja desacreditado. Isso é muito comum nos discursos de política parlamentar (disputas de propostas, aprovações de leis, eleições)<sup>21</sup>.

A polêmica se caracteriza pelo contra-discurso cujos enunciadores constroem formulações contrárias, onde se recusa claramente a fala do interlocutor para apagá-la da

---

<sup>21</sup> A esse respeito ver BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Discurso e Polêmica Num debate Político*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros/São Paulo, 1990

cena enunciativa. O que dá a um discurso o estatuto de polêmico, então, é antes de tudo o desacordo. É preciso sustentar opiniões contrárias às do interlocutor. É preciso que se construa um intertexto cujo estatuto esteja marcado por uma reversibilidade negativa. "Cada uma das formações discursivas do espaço discursivo só pode traduzir como "negativas", inaceitáveis, as unidades de sentido construídas por seu Outro, pois é através desta rejeição que cada uma define sua identidade. Uma *formação discursiva*, diz Maingueneau, opõe dois conjuntos de categorias semânticas, as reivindicadas ("positivas") e as recusadas ("negativas"); para preservar sua identidade o discurso só pode relacionar-se com o outro do espaço discursivo através do *simulacro* que ele constrói. Denomina de *discurso agente* aquele que se encontra na posição de tradutor, de construtor do simulacro. E *discurso paciente* aquele que é traduzido. Estes papéis se alternam de modo permanente.

Em uma polêmica, todas as dimensões da discursividade podem ser implicadas podendo incidir sobre o ethos, a intertextualidade, a dêixis, etc. Todavia, a polêmica só se instala quando há repetição de uma série de outras que definem a própria "memória polêmica" de uma formação discursiva. "As diversas memórias polêmicas recorrem a um tesouro cujas linhas de partilha são incessantemente deslocadas. Quando um discurso novo emerge, ele faz emergir com ele uma redistribuição destas memórias".<sup>22</sup>

Desse modo, a identidade de uma formação discursiva não pode ser buscada numa análise fechada, voltada exclusivamente para ela mesma, sobretudo quando se trata do discurso político. A identidade deve ser buscada na relação com as formações discursivas que a delimitam e a constituem, que estabelecem os modos específicos de sua

---

<sup>22</sup> MAINGUENEAU, 1993, p.125



temporalidade, seus cortes, suas transformações históricas as quais lhe permitem repetições, saberes e esquecimentos.

## 2.4 O ato de refutar na polêmica

*“Toda afirmação é um julgamento. Afirmar é sempre propor um certo conteúdo de pensamento. Em um enunciado negativo, a negação é sempre, pois interior ao conteúdo; ela faz parte do que é afirmado”. (Ducrot)*

Considera-se que o ato de refutar seja constituído como "um macroato de linguagem" que se caracteriza pela existência de uma relação de ordem argumentativa entre seus constituintes, representados por componentes negativos e componentes argumentativos.

Dada a nossa perspectiva de análise, seguiremos a orientação do ato de refutar em Brandão (1998), uma vez que ela toma o ato de refutar em uma unidade semântico-pragmática do ato de fala. Mostra a relevância da negação enquanto elemento constitutivo da refutação, de como a negação se instala formal e semanticamente, os diferentes tipos de negação e a relação do ato refutativo com a negação e deste com a argumentação, e como o ato de refutar se constitui em um ato ilocutório.

Na perspectiva Ducrotiana (já mencionado em outro momento), realizar um ato ilocutório é apresentar suas próprias palavras como induzindo, *imediatamente*, a uma transformação jurídica da situação, apresentando-as por exemplo, como criadoras de obrigação para o destinatário (no caso da ordem ou da interrogação), ou para o locutor (no

caso da promessa). As palavras *imediato*, *jurídico* e *apresentar*, são consideradas essenciais para distinguir o ato *ilocutório* do ato *perlocutório*. Por exemplo: "se realizo um ato perlocutório como o de consolar, o efeito que espero neste caso para minha fala pode ser um efeito muito indireto ligado a um encadeamento causal muito complexo (consolo X de seus males, contando-lhes os de seu amigo Y, que são ainda maiores). O efeito perlocutório não é necessariamente *imediato*. Por outro lado, o perlocutório pode não ter nenhum aspecto *jurídico*; posso consolar X sem pretender por isso que ele deva, utilizando esse verbo em sentido muito amplo, deixar-se consolar. Enfim, não tenho necessidade, para atingir um objetivo perlocutório, de me *apresentar* como pretendendo esse fim". (Ducrot, 1987, p.34-35).

A partir daí, Ducrot conclui que o valor ilocutório de um enunciado pode não estar marcado na frase que serve para realizar o ato. De fato, afirma ele, não há mesmo nenhum tipo de ato ilocutório que não seja, ao menos alguma vez, realizado dessa forma indireta.

Na verdade, em Ducrot, o ato ilocutório é uma atividade destinada a transformar a realidade. Tal transformação é de natureza jurídica, já que ela coloca em jogo uma mudança nas relações legais entre os interlocutores. O caminho percorrido por Ducrot é o da descrição sistemática das imagens da enunciação veiculadas pelo enunciado. Para ele, o objeto da "pragmática lingüística" é justamente dar conta do que, segundo o enunciado, é feito pela fala, e isto só se dá através de tal descrição.

#### **2.4.1 A Negação**

Em primeiro lugar, relevamos que limitar-nos-emos a examinar a negação de acordo com o estudo discursivo que dela faremos em nosso corpus, ou seja, buscaremos apreender

os modos de funcionamento discursivo da negação: de que modo a negação está marcada, subentendida, semantizada ou constituída.

A negação é um componente básico na refutação, mas não constitui uma condição suficiente para a sua interpretação. Na visão pragmática, por exemplo, pode ser a ela atribuído, somente, um valor assertivo. A negação se materializa de modos distintos, isto é: formalmente e semanticamente.

A operação de negação formal é marcada por elementos lingüísticos representados por advérbios de negação, prefixos negativos como (a, des, dis, in...) que operam sobre o constituinte da frase; itens lexicais do tipo *recusar, impedir*; pronomes indefinidos como *ninguém, nada*, ou lexemas como *é mentira, erro, engano*; operadores argumentativos como *ao contrário, até mesmo* etc. Enfim, eles assumem variadas formas. A negação semântica se caracteriza pelo *sentido* negativo do enunciado. A negação formal se apresenta de maneira explícita (por marcas), enquanto que a semântica de maneira implícita (não marcada). A relação entre o formal e o semântico não se apresenta de maneira simples.

Ducrot & Barbault (1981), ao estudarem o papel da negação na linguagem comum, confrontam diversos estudos feitos por lógicos, filósofos da linguagem e lingüistas, como por exemplo o trabalho de Frege e dos lingüistas transformacionistas Klima e Jackendoff. Em primeiro lugar, se opõem a uma proposição associada ao nome de Frege, a qual consiste em recusar que a negação seja uma forma de julgamento. Para Ducrot, todo julgamento é afirmação. "Afirmar é sempre propor um certo conteúdo de pensamento. Em

um enunciado negativo, a negação é sempre, pois, interior ao conteúdo: ela faz parte do que é afirmado"<sup>23</sup>.

Nas proposições dos lingüistas citados, há duas modalidades de negação: a *negação da frase* e a *negação de constituinte*. Ducrot & Barbault percebem nessas modalidades uma ambigüidade fundamental na negação<sup>24</sup>. A partir daí passam a distinguir duas espécies de negação: uma polêmica, que corresponde a um ato de fala de negação e que se apresenta, pois, como refutação do enunciado positivo correspondente (tratando-se nesse caso, sempre, de uma negação de frase), e uma negação descritiva que é afirmação do conteúdo negativo, sem referência de uma referência antitética. Nesse caso, pode-se ter tanto uma negação da frase como uma negação do predicado.

Para Ducrot, a distinção destas duas espécies de negação parece fundamental para que se possa compreender o efeito da negação sobre os pares de adjetivos antitéticos (bom , mau, interessante, aborrecido, belo - feio, etc.). Quando a negação é descritiva, afirma, ela não deve se aplicar da mesma maneira aos dois termos do par: a negação do termo *favorável* (bom, interessante, belo) é quase equivalente à afirmação do termo *desfavorável*, não sendo verdadeiro o contrário. Não é o caso da negação polêmica. Nesta os termos podem ser conduzidos a uma zona intermediária.

Um fenômeno lingüístico considerado relevante nos estudos da negação é o aspecto da pressuposição enquanto conteúdo semântico do enunciado. A maioria das negações descritivas tem a característica de manter o pressuposto da frase positiva e de referir-se somente ao posto. Por exemplo:

---

<sup>23</sup> Ducrot, 1981 p. 93

<sup>24</sup> A esse respeito ver (Ducrot, 1981 p.93-104)

1) "Pedro não suspeita que Jorge virá"

Segundo Ducrot, parece difícil enunciar tal frase sem continuar a afirmar o pressuposto da frase correspondente: "Jorge virá efetivamente". A única coisa que se nega (1) é o posto, ou seja, a crença de Pedro. Na verdade, ele concebe que a regra que restringe ao posto deve ser entendida como própria apenas à negação descritiva. Quanto à negação polêmica, refutadora, a que constitui um ato de negação, pode-se ser tanto a recusa do pressuposto quanto a recusa do posto. Daí o interesse em distinguir a negação que é afirmação do conteúdo negativo e a que é rejeição de um conteúdo positivo.

Essas modalidades de negação serão tratadas novamente e passarão por uma reformulação sob o enfoque polifônico da linguagem em "O Dizer e o Dito" (1987). Ao refletir a distinção entre locutor e enunciador, Ducrot recorre ao fenômeno da negação.

Ducrot propunha descrever um enunciado declarativo negativo, como por exemplo, "Pedro não é gentil", como a apresentação de dois atos ilocutórios distintos:  $A_1$  é asserção positiva relativa à gentileza de Pedro, e  $A_2$  é uma recusa de  $A_1$ , considerando, aí, que  $A_1$  e  $A_2$  não possam ser imputados ao mesmo autor. O enunciador de  $A_2$ , em geral, é assimilado ao locutor, e o de  $A_1$  é assimilado a uma personagem diferente do locutor, que pode ser tanto um alocutário quanto um terceiro. Ducrot percebe que, na verdade, o que está em evidência são dois enunciadores:  $E_1$  que sustenta que "Pedro é gentil", e um outro  $E_2$  ao qual  $L$  é habitualmente assimilado, que se opõe a  $E_1$ . Nesse caso não se pode mais atribuir aos enunciadores um ato ilocutório como afirmação - os enunciadores não estão ligados a nenhuma fala, eles constituem pontos de vista opostos.

A partir deste enfoque, Ducrot passa a ver a negação de caráter polêmico como um choque de duas atitudes antagônicas, uma positiva, imputada a um enunciador  $E_1$ , e a outra,

que é uma recusa da primeira, imputada a E<sub>2</sub>. Sua reformulação consiste, então, no estabelecimento de três tipologias de negação, sendo as duas primeiras correspondentes à "negação polêmica" apresentada anteriormente. São elas:

- 1) *negação metalingüística* - negação que contradiz os próprios termos de uma fala efetiva à qual se opõe. Este tipo de negação responsabiliza o locutor que enunciou seu positivo correspondente e permite, por exemplo, anular os pressupostos positivos subjacentes, como é o caso em "Pedro não parou de fumar; de fato, ele nunca fumou na sua vida";
- 2) *negação polêmica* - O locutor opõe-se a um enunciador. Por exemplo, o locutor de "Pedro não é inteligente", assimilando-se ao enunciador E<sub>2</sub> da recusa, opõe-se não a um locutor, mas a um enunciador E<sub>1</sub>, que coloca em cena no seu próprio discurso, e que pode não ser assimilado ao autor de nenhum discurso efetivo. A atitude positiva à qual o locutor se opõe é interna ao discurso no qual é contestada. Esta negação "polêmica" tem sempre um efeito rebaixador e mantém os pressupostos;
- 3) *negação descritiva* - considerada por Ducrot como um derivado delocutivo da *negação polêmica*. Tal derivação ocorre quando um termo toma novo sentido a partir de um emprego anterior em uma fórmula convencional. Na negação descritiva os enunciados negativos são tomados em um interdiscurso que os opõe a outros enunciados.

Afirmamos, no início desta abordagem, que a negação enquanto componente do ato de refutar não constitui condição necessária para tal. Para que o ato de refutar se constitua caracteristicamente discursivo releva-se a argumentatividade. Falaremos em seguida sobre a argumentatividade e buscaremos mostrar como os dois componentes se articulam constituindo a refutação polêmica.

## 2.4.2 Argumentatividade

É sabido que a argumentação constitui objeto de estudo desde a antigüidade greco-romana tratada pela retórica. Já na Grécia do século IV a.C, os jovens freqüentavam as escolas dos sofistas, onde se adestravam em política, moral e retórica, e por volta de 339 a.C, Aristóteles nos legava a arte retórica. Os romanos fecharam escolas de retores em 92 a.C. Depois, voltaram atrás, reconhecendo o poder extraordinário da retórica sobre as pessoas, pela sua faculdade, no dizer de Aristóteles, de mobilizar todos os possíveis meios persuasivos sobre qualquer assunto.

O objeto da retórica, na antigüidade, era, antes de tudo, a arte de falar em público de modo persuasivo com o fim de obter a adesão do público à tese apresentada (lembramos da abordagem da condenação de Sócrates, no início deste trabalho). Este é, pois, o princípio de qualquer processo argumentativo, considerado pelos estudos atuais da argumentação.

A retórica aristotélica se define como a faculdade de ver teoricamente o que, em cada caso, pode ser capaz de gerar a persuasão, de descobrir no concernente a uma dada questão o que é próprio para persuadir. O ponto fundamental da retórica aristotélica reside em considerá-la no domínio dos conhecimentos prováveis, e não das certezas e das evidências, os quais caberiam aos raciocínios científicos e lógicos. Por essa razão o seu campo é o da controvérsia, da crença, do mundo da opinião, que deve se formar dialeticamente pelo embate das idéias e pela habilidade no manejo do discurso.

Teoricamente, é fundamental distinguirmos os elementos que compõem o sistema retórico, uma vez que permanecem como fontes de conceitos nos desdobramentos atuais representados, por exemplo, pela Teoria da Argumentação de Chaïm Perelman e Lucie

Olbrecht-Tyteca, Michel Meyer e outros.<sup>25</sup> São elementos que originam conceitos também operados pela AD.

- 1 – operações fundamentais**
- ▶ Inventio – estudo dos lugares (topoi)
  - ▶ Disposition – organização interna do discurso
  - ▶ Elocutio – estilo (adequação forma/conteúdo)
  - ▶ Actio – execução do discurso
  - ▶ Memória – retenção do conteúdo a ser transmitido
- 2 – gêneros do discurso**
- ▶ judiciário ou forense – acusar/defender
  - ▶ deliberativo – assuntos e decisões ligados à pólis
  - ▶ epidítico: de caráter emotivo (solenidades, elogio, sensura)

**3 – figuras de estilo ou tropos** – sobreposição de linguagem, desvio de sentido.

O que torna possível a persuasão é o potencial de articulação desse sistema com as três provas engendradas pelo discurso: *o logos* (representações, possibilidades temáticas, saberes enciclopédicos, os estereótipos), *o ethos* (imagem especular do orador), *o pathos* (reação desencadeada nos ouvintes). Desta três provas, o ethos tem uma importância destacável, pois o exercício da palavra e a execução do discurso se vinculam a ele como sujeito da enunciação. De fato, a noção de ethos, nos atuais estudo de abordagem discursiva, tem passado por re-elaborações e ampliações.

Dominique Maingueneau um dos teóricos contemporâneos da análise do discurso e da pragmática, já bastante referendado neste trabalho, ao propor um modelo integrado das diversas dimensões do discurso – “semântica global” – em *Genèses du Discours* (1984), obra já mencionada, anteriormente, reserva um lugar determinante para a enunciação e o enunciador como um dos planos semânticos em que tais noções articula-se com a noção de

---

<sup>25</sup> A esse respeito ver MOSCA, Lineide do Lago Salvador. Velhas e Novas Retóricas: Convergências e Desdobramentos. In: Retóricas de ontem e de hoje. Lineide do Lago Salvador Mosca (org). São Paulo – Humanitas Editora FFLCH/USP, 1997, p.16-51



ethos uma vez que o enunciador deve se conferir e conferir a seu destinatário certo *status* para legitimar seu dizer. Essa noção encontra correspondência na obra, anterior, *Novas Tendências em Análise do Discurso* (1993), na qual a noção de ethos se encontra desenvolvida de forma articulada à cena de enunciação – *cenografia*. Nessa perspectiva ele estabelece uma relação com a idéia de um “tom”. O “tom” se apóia sobre uma dupla figura do enunciador, a de um caráter, a de uma corporalidade, estreitamente associados.

À indagação em que medida a reflexão sobre a argumentação e a análise retórica dos textos se unem atualmente às perspectivas abertas pela análise do discurso, são complementares a elas ou, ao contrário, seguem caminhos divergentes, encontramos em Mosca (2004, p.135) a afirmação:

Se a herança retórica é ainda bastante válida em nossos dias, tendo ela fornecido a outras disciplinas muitos de seus parâmetros, como atestam a Filologia e a Semântica, houve, entretanto, inúmeros desdobramentos à medida que objetivos específicos foram se delineando. Pode-se considerar uma continuidade no eixo histórico, ainda que com estreitamentos, rupturas e novas direções, devendo-se ela em grande parte ao fato de que a Retórica, desde as suas origens, envolveu ao mesmo tempo o teórico - uma teoria geral do discurso – e o prático – recursos de construção e estratégias nas diversas modalidades discursivas.

Não há dúvida de que os estudos teóricos no campo da argumentação têm se ampliado, consideravelmente, sobretudo, a partir da obra de Chaïm Perelman: *Tratado da Argumentação*.

Perelman, pensador belga, é considerado pioneiro na reabilitação da retórica. De acordo com Ulhôa, prefaciador da edição brasileira de *Tratado da Argumentação*, vinte e

três séculos se passaram enquanto a filosofia prestigia, do legado aristotélico, apenas o modo analítico de raciocinar.

Ninguém manifesta preocupação em resgatar a idéia de dialética como um saber necessário, sério, pertinente, sujeito a regras próprias e, portanto, controlável. Somente em 1947, na Bélgica, Chaïm Perelman irá alterar esse quadro, dando início, juntamente com sua colaboradora Lucie Olbrechts-Tyteca, as pesquisas que resultarão, em 1958, na publicação do *Tratado da Argumentação*.

Os caminhos explorados pelo pensador belga apresentam a particularidade de se enraizarem num pensamento filosófico de primeira ordem, o aristotélico, e de desbravarem novos rumos. Além do mais, o resgate da noção de raciocínio dialético, embora motivado por questões originariamente jurídicas, situa a contribuição de Perelman entre as mais significativas, da segunda metade do século XX, para a própria Filosofia.

A contribuição de Perelman para a Filosofia do Direito é fundamental, enquanto uma das principais propulsoras da ruptura anticientificista em curso. Na Nova Retórica, a abertura para o múltiplo e o não-coercivo torna-se, então, a palavra-mestra da racionalidade. A via seguida por Perelman é a da argumentação que raciocina sem coagir, mas que também não obriga a renunciar à Razão em proveito do irracional ou do indizível.

Perelman contrapõe a argumentação à concepção clássica da demonstração e, mais especialmente, à lógica formal que se limita ao exame dos meios de prova demonstrativos.

Para Perelman, o campo da argumentação é o do verossímil, do plausível, do provável, na medida em que escapa às certezas do cálculo.

Perelman concebe a argumentação como busca de adesão dos espíritos, o que pressupõe a existência de um contato intelectual. Para que haja argumentação, afirma

Perelman, é preciso que se realize uma comunidade efetiva dos espíritos, é necessário, antes de mais nada, que se esteja de acordo e, em princípio, sob a formação dessa comunidade intelectual, ter apreço pelo seu consentimento e pela sua participação mental. Desse modo, a construção do discurso é direcionada àqueles que se pretende influenciar:

"O objetivo de toda argumentação, como dissemos, é provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento: uma argumentação eficaz é a que consegue aumentar essa intensidade de adesão, de forma que se desencadeie nos ouvintes a ação pretendida (ação positiva ou abstenção) ou, pelo menos, crie neles uma disposição para a ação, que se manifestará no momento oportuno"<sup>26</sup>

Essa perspectiva arregimenta algumas implicações, a saber: a disposição para a argumentação significa o não uso da força; que há um raciocínio persuasivo; que o outro não é tratado como objeto, mas como um ser capaz de julgamento, e nesse sentido ao ato de argumentação se opõe a violência. Ela a exclui enquanto se realiza. Ainda sim, consentir na discussão significa colocar-se no ponto de vista do interlocutor, é não prender-se senão ao que ele admite, é não fazer prevalecer suas próprias crenças senão na medida em que aquele que procuramos persuadir está disposto a dar seu assentimento.

Embora a argumentação busque a adesão dos espíritos, e a persuasão signifique a abdicação da força, não quer dizer que não haja um espaço de disputa e de tentativa de anulação do outro. cremos que o espaço enunciativo, sobretudo o político, é sempre um espaço de disputa, de luta pela dominação discursiva. Isso se dá através de tentativas de modelamentos a partir de estratégias de construção enunciativa. Os enunciados são

---

<sup>26</sup> Perelman 1996, p.50

considerados nesse caso como produto de estratégias que levam em conta as tensões entre os interlocutores, a manutenção do equilíbrio, a continuidade da relação entre eles, para que haja negociação entre as partes. O ato argumentativo torna o confronto ou o conflito administrável.

O caráter do que é plausível, aceitável faz parte do jogo que se estabelece no acordo entre as partes. Nesse contexto, não cabe mais falar em adversário, mas em *partners*, envolvidos numa troca, com normas compartilhadas. O ato de persuadir, finalidade maior da retórica, requer necessariamente um esforço de adaptação. O que está em jogo é, antes de mais nada, a negociação da distância entre os sujeitos, com aproximações e afastamentos, concordâncias e discordâncias. (Mosca, 2004, p.134)

A maneira de como a relação de interação se constrói e se mantém, do ponto de vista enunciativo deixa a visão lógica e passa a uma visão estratégica que considera a tensão entre os interlocutores. Nesse sentido a atividade argumentativa constitui-se de uma atividade complexa, sobretudo se considerarmos as três dimensões discursivas (textual, interacional e emocional) da estrutura global do processo argumentativo, caracteristicamente distintas, mas articuladas, interrelacionadas em toda construção argumentativa.<sup>27</sup>

---

<sup>27</sup> A esse respeito ver MARTEL, Guylaine. Le débat politique télévisé – Une stratégie argumentative en trois dimensions: textuelle, interactionnelle et émotionnelle. In: *Les Émotions Dans Les Interactions*. Presses Universitaires de Lyon, 2000. Martel concebe que a estrutura geral da argumentação contempla três dimensões: a textual, a interacional e a emocional. A dimensão textual remete à organização da matéria argumentativa, principalmente aos tipos de argumentação e à forma de sua apresentação; a dimensão interacional remete aos diferentes procedimentos de harmonização entre os interlocutores, isto é, os meios pelos quais o locutor cria um ambiente propício ao desenvolvimento da argumentação e prepara seu interlocutor para recebê-la favoravelmente; a emocional remete aos procedimentos que permitem a um locutor atrair a simpatia, a aprovação e a adesão de um auditório. Fazer uma análise das dimensões de forma fragmentada, de acordo com Martel, consistirá na redução da organização argumentativa à dimensão textual.

Às considerações teóricas da argumentação há que se considerar a teoria da argumentação na língua na perspectiva pragmático-enunciativa em Ducrot & Anscombre (1976).

A teoria da argumentação na língua parte do princípio de que muitos atos de enunciação têm uma função argumentativa que objetiva levar o destinatário a uma certa conclusão, ou dela desviá-lo. Essa função tem marcas na própria estrutura do enunciado. O valor argumentativo não é somente consequência das informações por ela trazidas; uma frase, por exemplo, pode comportar diversos morfemas, expressões ou termos que, além de seu conteúdo informativo, servem para dar uma orientação argumentativa ao enunciado, a conduzir o destinatário em tal ou qual direção. Nesse sentido, há dois aspectos a considerar: primeiro que esta suposta condução do destinatário constitui um ato ilocutório. Em Ducrot este ato é de natureza jurídica, já que coloca em jogo uma mudança nas relações legais entre os interlocutores. O segundo é que a argumentação na língua é concebida como um ato lingüístico fundamental, isto é, um elemento básico, estruturante do discurso.

Para explicar o funcionamento da argumentação na língua, Ducrot & Anscombre utilizam das noções de *escala argumentativa* e *classe argumentativa*. Nesse caso introduz o termo *operadores argumentativos* para designar certos termos, elementos gramaticais que indicam a força argumentativa dos enunciados e a direção para a qual apontam.

Uma *classe argumentativa* constitui-se de um conjunto de enunciados que podem igualmente servir de argumento que apontam no sentido de uma mesma conclusão. Daremos um exemplo, extraído de nosso corpus:

(1) "Não há nada que justifique a privatização da CVRD" (conclusão R)

arg. 1 - É uma usina integrada, líder no mercado brasileiro  
arg. 2 - É competitiva no mercado internacional  
arg. 3 - É moderna e atualizada tecnologicamente  
arg. 4 - Não dá prejuízo

classe argumen-  
tativa

Teremos uma *escala argumentativa* quando dois ou mais enunciados de uma classe se apresentam em gradação de força crescente. Por exemplo: considerando a frase acima (1)

**(arg. + forte)** arg.2 - é competitiva no mercado internacional  
arg.1 - é uma usina integrada - líder no mercado brasileiro  
arg.3 - é moderna e atualizada tecnologicamente  
arg. 4 - Não dá prejuízo

Em relação aos tipos de *operadores* argumentativos, há os que assinalam o argumento mais forte de uma escala orientadora no sentido de determinada conclusão são, por exemplo, *até mesmo, inclusive*; há os que somam argumentos que fazem parte de uma mesma classe argumentativa, como *também, ainda, nem, (= e não), não só... mas também...* Há muitos outros.

### 2.4.3 A Refutação de Intenções Polêmicas

Há muitas formas de se refutar. Estas formas correspondem ao contexto, às intenções do locutor, ao tipo de objeto refutado, etc., mas nem todo discurso refutativo se apresenta necessariamente polêmico.

Duas formações discursivas que se relacionam de maneira polêmica constituem na sua relação de interlocução um espaço de disputa. As estratégias argumentativas, nesse caso, visam modificar pontos de vistas que podem influenciar na disputa, muito próprio dos

discursos políticos como já afirmado por nós em outro momento. A presença dos dois componentes da refutação: o negativo e o argumentativo estão presentes de modo explícito. Na disputa, o ato de polemizar constitui-se da tentativa de desqualificação do discurso adversário, e neste caso os interlocutores se afrontam e se defrontam. Cada um busca desacreditar o discurso que o adversário sustenta e, nesse sentido,

A polêmica presume a partilha do mesmo campo discursivo e das leis que lhe são associadas. É preciso desqualificar o adversário custe o que custar, porque ele é constituído exatamente do Mesmo que nós, mas deformado, invertido, conseqüentemente, insuportável. (Maingueneau (1993, p. 125)

A relação interlocutiva das duas formações discursivas que constituem o corpus do nosso trabalho está imbuída desta realidade polêmica, como veremos posteriormente.

### **3. SOBRE O CORPUS DE ANÁLISE**



### **3. SOBRE O CORPUS DE ANÁLISE**

Esta parte está dividida em três tópicos. No primeiro apresentamos *o perfil da CVRD (ou simplesmente Vale)* utilizando de informações extraídas da própria empresa (produção de vídeo, exemplares do seu jornal institucional, publicação de dados estatísticos e outros). Este perfil foi traçado e publicado pela própria empresa um ano antes de sua privatização. No segundo, apresentamos *o quadro político-econômico* no qual se insere o processo da privatização. No terceiro tratamos *da organização textual-discursiva* em gêneros e *distinção das formações discursivas*.

#### **3.1 O Perfil Companhia Vale do Rio Doce - CVRD**

Em 1996, às vésperas da privatização, a Vale já se constituía como um dos mais importantes e competitivos conglomerados empresariais do Brasil, com atuação em nove estados, em diferentes campos de atividades econômicas, e faturamento anual superior a 6 bilhões de dólares. Recursos naturais e logísticas de transportes, áreas que atuam integradas com planejamento e competência, resultam em uma profunda sinergia entre as diversas atividades de negócios que formam o sistema Vale do Rio Doce.

Exporta produtos para clientes e serviços em mais de trinta países. Atuando com portfólio de produtos diversificados, o sistema CVRD se assemelha ao perfil operacional dos conglomerados transnacionais de recursos naturais. Maior exportadora de minério de ferro, com empresas controladas e coligadas, detém 25% do mercado mundial deste

produto. A CVRD produz, beneficia, transporta e exporta anualmente mais de 100 milhões de toneladas de minério de ferro, seu principal produto.

Nos últimos anos, a CVRD tem aumentado sua participação acionária nas principais usinas siderúrgicas brasileiras e em empreendimentos siderúrgicos no exterior. Dedicando especial atenção à pesquisa mineral e absorção de avançadas tecnologias. A CVRD realizou no decorrer de duas décadas o maior levantamento geológico da história do país. Com isso, cria novas e importantes oportunidades de negócios.

Desde 1993, é a maior produtora de ouro da América Latina, com reservas de cerca de 600 toneladas de manganês utilizadas na fabricação de pilhas e baterias e nas indústrias metalúrgicas e químicas. Com associação no Brasil e no exterior, é hoje um das maiores produtoras de ferro-ligas. A CVRD tem pleno domínio sobre todo o ciclo do alumínio. Explora extensas reservas de bauxita e produz alumina e alumínio de alta qualidade.

Em associação com capitais nacionais e estrangeiros, a CVRD começou no ano de 1996 a produção de caulim, e nos anos seguintes a extração de cobre em reservas geológicas, o que representa valores superiores a 1 bilhão de toneladas.

A CVRD produz ainda, anualmente, cerca de 450 mil toneladas de cloreto de potássio. Os êxitos da CVRD na área de recursos naturais abrangem vários outros produtos. Implementa em todos os seus projetos um consistente e responsável programa de ação ambiental, que é o modelo para empresas mineradoras do mundo inteiro. Administra imensas reservas de florestas nativas. Na Amazônia preserva mais de 1 milhão de hectares intocáveis, no Sudeste mantém a reserva florestal de Linhares, uma das mais importantes remanescentes áreas da mata atlântica brasileira.

Ao longo do tempo, as atividades na área de produtos florestais dotaram a CVRD de um conjunto de tecnologias de manejo ambiental. Estes métodos e técnicas fundamentais para uma empresa que trabalha com a exploração do subsolo são, hoje, largamente, desenvolvidos com destaque para as áreas de mineração.

Administra em vários Estados 560 mil hectares de florestas comerciais. Este patrimônio natural renovável que fornece matéria prima para produção de celulose e papel vem obtendo recordes a cada ano. A produção de celulose possibilita o estabelecimento de um complexo florestal industrial e representa a permanência da CVRD em diversas regiões do país. Através do plantio de florestas comerciais, a Vale gera receita e impostos e protege o meio ambiente.

Para garantir menores custos de produção, total controle de qualidade e rigoroso cumprimento dos prazos de entrega, a Vale conta com dois seguros e eficientes sistemas produtivos: mina ferrovia – 8, o sistema Sul e o sistema Norte.

No sistema Sul, o minério de ferro extraído, em Minas Gerais, é transportado pela estrada de ferro Vitória-Minas, uma das mais eficientes ferrovias do mundo. Sua conexão com a rede ferroviária federal forma 1.800 quilômetros de malha viária que alcança os principais centros econômicos do Brasil. O complexo portuário de Tubarão movimenta cerca de 100 milhões de toneladas de mercadoria por ano: minério de ferro, pelotas, carvão, grãos, produtos siderúrgicos e cargas diversas. Neste porto moderno, equipado, todas as operações são automáticas.

No sistema Norte, todos os 890 quilômetros da estrada de ferro Carajás fazem a ligação entre a província mineral de Carajás e o terminal marítimo de Ponta da Madeira. Além de movimentar minério de ferro, a ferrovia transporta manganês, grãos veículos,

combustível, produtos agrícolas e é o mais importante sistema de transporte interurbano de passageiros da região. O terminal marítimo de Ponta da Madeira também é totalmente automatizado.

A inauguração de um segundo terminal elevou a capacidade de embarque de cargas para 50 milhões de toneladas, com o aumento das atividades de armazenamento e exportação de grãos.

A logística de transporte desenvolvida pela CVRD superou as necessidades da companhia, transformando-se em força indutora de progresso econômico e social para extensas regiões do país. Para completar sua logística de transporte, a Vale dispõe de uma diversificada frota de navios, importante elo entre o Brasil e o mercado internacional.

Consciente do seu papel no processo de transformação do mundo moderno, estabelece parcerias e cria vínculos de cooperação com outras empresas, associando-se com capitais nacionais e estrangeiros.

A CVRD adota uma responsável e bem sucedida política de comercialização. Com apoio de seus escritórios em Bruxelas, Nova York, Tóquio e Xangai, identifica mercados emergentes, amplia mercados tradicionais, abre novas frentes para colocação de seus produtos e serviços. Excelência nos produtos, no atendimento e na prestação de serviços, metas de produtividade atingidas e até mesmo superáveis.

A CVRD possui um desempenho empresarial que transmite confiabilidade e plena segurança a clientes sócios e acionistas. Este desempenho resulta da implementação de modernas técnicas de posturas administrativas na formação de pessoal altamente qualificado, sobretudo da dedicação e constante motivação de seus empregados. Como conseqüência, diversas superintendências de empresas do sistema da Vale receberam nos

últimos anos prêmios de destaque, além de certificados de qualidade dentro dos rigorosos padrões internacionais da série ISO9000.

Há mais de meio século a Vale veio ocupando espaços cada vez maiores no mercado global altamente competitivo, onde a concorrência entre grandes conglomerados econômicos internacionais é acirrada. Mais de 49% do capital acionário deste poderoso complexo empresarial já são compostos por ações negociadas em bolsa, ações que há muitos anos são papéis de grande prestígio no mercado de capitais.

Mesmo não estando diretamente ligada à produção de bens de consumo, a Vale desenvolve atividades que trazem benefícios à vida de milhões de pessoas em vários pontos do mundo. Atividades que fortalecem a globalização da economia, porque estreitam relações comerciais, estimulam a troca de informações entre países, aproximam povos. O sistema de empresas atua de forma integrada, de maneira a se complementarem numa ação conjunta, sempre em busca de melhores oportunidades de negócio no Brasil e no exterior. *A CVRD, símbolo de tradição, competência e ousadia. Mais que um nome, uma marca que traduz confiabilidade e a certeza da realização de bons negócios. (grifos nossos, para destacar a imagem que ela tem de si, de como ela se qualifica).*

### **3.2 O Quadro Político-econômico do Processo de Privatização da CVRD**

Dissemos, no início, que a privatização da CVRD é parte da implementação de um programa que potencializa a reforma do Estado Brasileiro. Nas palavras do Presidente do BNDES:

"(...) A venda da CVRD chega no momento certo - seis anos depois de iniciado o PND. Programa este que foi instituído por lei e votado no congresso. Trata-se, portanto de uma política Nacional e não de partido, instituições ou pessoas. A CVRD é praticamente a última Companhia a ser privatizada. Com ela o Governo encerra um ciclo e uma época, a do Estado-empresário; e passa a concentrar-se na nova etapa já iniciada, a da privatização de serviços públicos. (...) A Venda da Vale é, portanto, uma etapa, uma operação a mais, no processo de reforma das funções do Estado Brasileiro".<sup>28</sup>

E nas palavras do Presidente do Conselho de Administração da Vale:

“Após meio século de História, o Brasil e o mundo passam por profundas transformações. A chamada ‘terceira revolução tecnológica e industrial’ impõe um novo paradigma tecnológico e novos padrões de competição internacional. O crescimento da produtividade, a exigência de qualidade e preço e a maior eficiência de toda cadeia produtiva vão estabelecendo o novo e desafiante cenário da economia globalizada. É neste cenário mais amplo de transformações históricas que devemos discutir a reforma do Estado e das empresas privadas. As privatizações não podem ser discutidas apenas do ponto de vista ideológico. O Brasil enfrenta grandes obstáculos para sua inserção internacional: o atraso educacional da população, que possui apenas três anos e nove meses de escolaridade média; uma infra-estrutura econômica precária, com atraso nos cronogramas de investimentos; todas de juros elevados em relação às taxas internacionais; estrutura tributária arcaica; e a pesada herança de mais de uma década de estagnação econômica e inflação elevada. As empresas foram obrigadas a sobreviver em um contexto de instabilidade permanente, indexação generalizada e choques econômicos sucessivos.”<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> Boletim Informativo sobre o processo de privatização da Vale do Rio Doce - Março de 1997 - n.1. Palavras do Presidente Luiz Carlos Mendonça de Barros, na época. Este boletim foi criado como um canal de comunicação para manter o público informado sobre o processo, já que o BNDES era o órgão autorizado para a efetivação da privatização.

<sup>29</sup> Benjamim SteinBruch – Presidente do Conselho de Administração da Vale.

A fala do Presidente do BNDES e a do Presidente do Conselho de Administração da Vale, as quais empreendem a venda da Vale como um fator que consolida a mudança do modelo do Estado Nacional, suscitam a contextualização da política-econômica nacional e internacional da época.

A partir dos anos 80, a privatização tornou-se uma das questões de maior peso nas economias periféricas sob a égide de políticas supostamente destinadas a adequar o país à *era da globalização*. Apesar do reconhecimento do papel que as empresas estatais desempenharam no desenvolvimento brasileiro, a idéia de controle e privatização do setor produtivo estatal vem acompanhando o crescimento das empresas, desde os governos militares.

No Brasil, foi criada, em 1981, uma Comissão Especial de Desestatização pelo decreto 86.215/81, visando extinguir órgãos que não mais se justificassem, ainda sob as "asas" do governo militar, em resposta a uma significativa pressão dos organismos financeiros internacionais no sentido de adequar a economia brasileira às novas restrições econômicas expressas na crise da dívida externa pela qual passavam os países da América Latina. Posteriormente, foi criado o decreto 91.991/85, que estabelece um programa de privatizações.

Na verdade, as pressões de organizações e elites empresariais privadas, visando à diminuição do tamanho do Estado e à redução de sua função de mobilizar infra-estrutura para o desenvolvimento, só passam a ter eco na conjuntura da crise mundial do petróleo nos anos 70. A partir dessa década inicia-se uma série de estratégias, revertendo o quadro de quase autonomia das estatais, primeiro com medidas de controle, depois com uma política

deliberada de privatização. Em relação à autonomia, uma legislação ambígua foi produzida entre 1967 e 1978, a qual permitiu que as estatais escapassem dos mecanismos de controle do tribunal de contas da União.

Contudo, é no governo Collor que a privatização entra decisivamente na agenda política, ganhando, em seu favor, tanto argumentos puramente ideológicos: aumento de eficiência, diminuição do Estado; quanto os de ordem supostamente estrutural (saneamento financeiro do Estado, mudança no modelo de desenvolvimento). E mais, que todas essas mudanças viessem a contribuir para a inserção das políticas econômicas internacionais.

Todas essas mudanças permitiram que Collor anunciasse um programa de privatizações extremamente ambicioso, que esperava passar às mãos do setor privado um ativo produtivo da ordem de US\$18 bilhões, distribuídos em 35 empresas de vários setores. Ao final de 1991, tem lugar o primeiro lance ousado da reforma, com a privatização da Usiminas, uma das maiores siderúrgicas do país, carreando aos cofres públicos US\$1,4 bilhão, contra US\$700 milhões em todo o período 1981-90. (Paulani, 1998, p.50)

Durante o governo Collor, foram privatizadas 18 empresas de grande e médio porte. Depois, com a ascensão de Itamar Franco, após o *impeachment*, 15 empresas foram privatizadas; a maior parte delas do setor petroquímico e siderúrgico, além da Embraer. Nessa época, as privatizações restringiram-se aos setores produtivos de insumos básicos, ficando intocados os serviços industriais de utilidade pública, conforme previsto anteriormente pelo programa Collor. Com o Plano Collor, ou Plano Brasil instituído pela lei 8.031/90, acelera-se a reforma do Estado.



A reforma do Estado tornou-se uma questão central, no mundo inteiro, nos anos 90. Conforme Bresser Pereira (1997), isto se deve ao processo de globalização que reduziu a autonomia dos Estados em formular e implementar políticas, e principalmente a crise do Estado que começou a se delinear em quase todo o mundo nos anos 70, mas que assume plena definição nos anos 80. No Brasil, uma grande crise econômica chega ao auge em 1990, com um quadro hiperinflacionário. Nesse momento a reforma do Estado passa a ser imperiosa. A reforma fiscal, a privatização e a abertura comercial, colocadas em pauta, nos anos anteriores, passaram a ser enfrentadas.

Todavia, no Brasil, a reforma administrativa tornou-se tema central em 1995 após a eleição e posse do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). O governo FHC presumia uma nova perspectiva à sociedade brasileira ao vislumbrar a consolidação da reforma fiscal e uma modernização no serviço público, ou seja, sua transformação num serviço profissional e eficiente, voltado para o atendimento das necessidades dos cidadãos.

Na verdade, as funções do Estado são redefinidas pelo processo de globalização, mas em que medida?

O processo de globalização expressa um alcance mundial do modo de produção e de civilização envolvendo nações, regimes políticos e projetos nacionais, grupos e classes sociais, economias e sociedades, culturas e civilizações, desafiando práticas e ideais, situações consolidadas e interpretações sedimentadas. As fronteiras entre os mundos são reduzidas e conseqüentemente certas noções, como as de países centrais e periféricos, industrializados e agrários, modernos e arcaicos, ocidentais e orientais, passam por novas significações.

A história entra em movimento em escala monumental, pondo em causa cartografias geopolíticas, blocos e alianças, polarizações ideológicas e interpretações científicas. As noções de colonialismo, imperialismo, dependência e interdependência, assim como as de projeto nacional, via nacional, capitalismo nacional, socialismo nacional e outras envelhecem, mudam de significado, exigem novas formulações. Na medida em que se desfazem as hegemonias construídas durante a guerra fria, declinam as superpotências mundiais, envelhecem ou apagam as alianças e acomodações estratégicas e táticas sob as quais desenhava-se o mapa do mundo até 1989, quando caiu o Muro de Berlim, o emblema do mundo bipolarizado.

Surge um novo impulso no modo de produção capitalista com base em novas tecnologias, criação de novos produtos, recriação da divisão internacional do trabalho e mundialização dos mercados. Este novo impulso na história ultrapassa as fronteiras geográficas, históricas e culturais, multiplicando-se assim as suas formas de articulação e contradição.

Após a globalização, as possibilidades do Estado de proteger as respectivas economias – devido à sua integração no mercado mundial e aos sistemas produtivos - diminuiram muito.

O Estado passa a ter a função de facilitar a internacionalização da economia nacional de forma competitiva. Mas continua necessária a tarefa de regular e intervir na educação, cultura e desenvolvimento tecnológico, nos investimentos em infra-estrutura, uma intervenção que não apenas compense os desequilíbrios distributivos provocados pelo mercado globalizado, mas principalmente capacite os agentes econômicos a competir em nível mundial.

No plano econômico, de acordo com Bresser (1997), a diferença entre uma proposta de reforma neoliberal e uma social-democrática ou social-liberal está no fato de que o objetivo da primeira é retirar o Estado da economia, enquanto o da segunda é aumentar a governança do Estado, é dar ao Estado meios financeiros e administrativos para que ele possa intervir efetivamente sempre que o mercado não tiver condições de estimular a capacidade competitiva das empresas nacionais e de coordenar adequadamente a economia.

Por outro lado, no plano social, a diferença entre a proposta neoliberal e a do Estado social-liberal que está surgindo está no fato de que os verdadeiros neoliberais querem a retirada do Estado também da área social. Criticam fortemente a intervenção do Estado social, que no Primeiro Mundo se manifestou como *Welfare State*, porque esta intervenção, mesmo na educação, acabaria sendo objeto de *rent seeking* por parte de grupos especiais de interesses, formados por empresários, por grupos de classe média, por funcionários, que assim privatizam a coisa pública. Adotando um individualismo radical e carente de realismo político, pretendem que a educação e a saúde, por mais importantes que possam ser, são problemas que as famílias e os indivíduos devem financiar. Porém, o resultado de sua crítica e da resposta social democrática não é o Estado Liberal, mas o Estado Social-Liberal, que continua responsável pela proteção dos direitos sociais, e que gradualmente deixa de exercer as funções de educação, saúde e assistência social para contratar organizações públicas não estatais para realizá-las.

A privatização da CVRD é realizada, politicamente, neste contexto de aplicação das teses neoliberais, onde está prevista a reforma do Estado, tendo como carro chefe a privatização das empresas públicas, o aprofundamento da economia de mercado, a

modernização tecnológica e a reestruturação da organização do trabalho, cujas estratégias incluem o enfraquecimento das ideologias e dos movimentos classistas.

Nos processos anteriores, escreve Minayo (2004), a Companhia Vale do rio Doce, por ser uma empresa exportadora, havia se livrado do excessivo controle econômico-financeiro, mas não ficara isenta das inúmeras regras de normalização e de hierarquias incidentes sobre as estatais. Essas amarras, segundo Minayo, levam seus dirigentes a investirem fortemente em alternativas de mudanças. Empenham-se, inicialmente, em romper as dificuldades que tolhem a empresa, propondo uma nova forma de relação com o Estado, denominada Convênio de Desempenho, formalizado em 1990. Na verdade, constituía um mecanismo de controle que permitia o acompanhamento de metas e resultados, o que já significava uma tentativa interna de responder às exigências de reestruturação produtiva que vinha já ocorrendo em países compradores de minério.

A venda das estatais ganha maior impulso nos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, que, no dizer de Paulani (1998), leva de forma obstinada a agenda Collor, transformando o Brasil no campeão do planeta em privatizações. A CVRD foi privatizada em seu governo, no ano de 1997.

### **3.3 Organização Textual Discursiva - Abordagem em gêneros e formações discursivas**

Ao concebermos as *práticas discursivas* como apreensão das *formações discursivas* inseparáveis do modo de organização dos homens e a produção de seus discursos, e a *noção de gêneros* como princípio da diversidade das produções discursivas oriundas das diferentes esferas das atividades sociais, negligenciaríamos a relação existente entre as duas perspectivas teóricas, caso as tratasse de forma estanque.

Se a noção de gênero discursivo relaciona as produções de linguagem com as atividades sociais, grosso modo, podemos dizer que os *gêneros discursivos* encarnam as *formações discursivas*; os gêneros do corpus de análise, deste trabalho, como os *artigos*, *pronunciamentos*, *panfletos*, *debates* e outros, são exemplos.

Embora suas propriedades sejam distintas, os gêneros discursivos e as formações discursivas, teoricamente, comungam traços comuns: são históricos e heterogêneos; ambos colocam o problema de seus próprios limites, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade.

Como já fizemos abordagem das formações discursivas, torna-se necessária à organização discursiva do corpus uma abordagem de gênero de modo a corroborar as afirmações acima. Junta-se, o fato de coadunarmos com a visão interacional e dialógica da linguagem e com a idéia de que os enunciados, ao receberem uma "corporalidade" de seu enunciador, sofrem uma coerção que lhes é socialmente histórica. Contudo, nosso objetivo se limita à contextualização das opções que direcionam nossa pesquisa.

A noção de gênero discursivo nos reenvia, necessariamente, à visão bakhtiniana da linguagem, já que ela tem como princípio a relação da diversidade das produções de linguagem com as atividades sociais.

Segundo Bakhtin (1992), ignorar a natureza do enunciado em geral, os vários tipos de enunciados e as particularidades de gênero que assinalam a variedade do discurso em qualquer área do estudo lingüístico leva ao formalismo e à abstração, desvirtua a historicidade do estudo, enfraquece o vínculo existente entre a língua e a vida. Isto, por compreender que a situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam, a partir de seu próprio interior, a estrutura da enunciação. Para Bakhtin, a expressão verbal de uma necessidade qualquer é orientada socialmente; a orientação social é determinante de qualquer atividade mental.

De acordo com Bakhtin, o índice substancial (constitutivo) do enunciado é o fato de dirigir-se a alguém, de estar voltado para o destinatário. Este destinatário pode ser o parceiro e interlocutor direto do diálogo na vida cotidiana, pode ser o conjunto diferenciado de especialistas em alguma área especializada da comunicação cultural, pode ser o auditório diferenciado dos contemporâneos, dos partidários, dos adversários e inimigos, dos subalternos, dos chefes, dos inferiores, dos superiores, dos próximos, dos estranhos, etc.

Nesse sentido é que os gêneros discursivos são considerados correspondentes às esferas das atividades sociais. Ou seja, quando um indivíduo fala, escreve, ouve ou lê um texto, é o gênero que lhe permite uma visão antecipada do texto como um todo. Em Bakhtin, a noção de gêneros discursivos é tão fundamental que se não tivéssemos o seu domínio e se fosse preciso criá-los pela primeira vez em cada processo de comunicação, a troca verbal seria impossível.

O estudo da natureza do enunciado e da diversidade dos gêneros de enunciados nas diferentes esferas da atividade humana tem importância capital para todas as áreas da lingüística e da filologia. No dizer de Bakhtin (1997, p.282) “A língua penetra na vida através de enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua”.

O que Bakhtin denomina de gêneros do discurso são *tipos relativamente estáveis* ou modelos padrões da construção de um todo verbal constituídos por três elementos: conteúdo temático, estilo e construção composicional.

O caráter heterogêneo dos gêneros discursivos (orais e escritos) vão da curta réplica do diálogo cotidiano (com a diversidade que este pode apresentar conforme os temas, as situações e a composição de seus protagonistas), o relato familiar, a carta (com suas

variadas formas), a ordem militar padronizada, em sua forma lacônica e em sua forma de ordem circunstanciada, a variedade dos documentos oficiais, o universo das declarações públicas (num sentido amplo, as sociais, as políticas), as variadas formas de exposição científica e todos os modos literários, desde o ditado até o romance volumoso.

Para elucidar as dificuldades de se definir o caráter genérico do enunciado, Bakhtin faz uma distinção entre os tipos de gêneros discursivos agrupando-os em dois conjuntos: os gêneros primários e os gêneros secundários.

Distingue os gêneros primários como os gêneros simples e os gêneros secundários como os de elaboração mais complexa - o romance, o teatro, o discurso científico, o discurso ideológico, etc. - que aparecem em circunstância de uma comunicação cultural, relativamente mais evoluída, principalmente escrita; artística, científica, sociopolítica. Além do mais, durante o processo de sua formação, esses gêneros secundários absorvem e transmutam os gêneros primários. Os gêneros primários tornam-se, então, componentes dos gêneros secundários, transformam-se dentro destes e adquirem uma característica particular: perdem sua relação imediata com a realidade existente e com a realidade dos enunciados alheios.

Maingueneau (1993) considera a noção de gênero de difícil manejo. Os gêneros encaixam-se, freqüentemente, uns nos outros. Para ele, falar de discurso polêmico, de editorial, de diálogo, de discurso científico de panfleto, etc., consiste em presumir, com base em dimensões tão diferentes, que é possível, a cada vez, definir uma unidade. Mas, se há gênero a partir do momento que vários textos se submetem a um conjunto de coerções comuns e que os gêneros variam segundo os lugares e as épocas, afirma Maingueneau, compreender-se-á facilmente que a lista dos gêneros seja, por definição, indeterminada;

cabe ao analista definir, em função de seus objetivos, os recortes genéricos que lhe parecem pertinentes, ou seja, em lugar de elaborar uma lista infindável de gêneros do discurso, é melhor nos questionarmos sobre a maneira de conhecer as próprias coerções genéricas.

Conhecer as coerções genéricas, no nosso ponto de vista, implica fundamentalmente, saber das distinções que se operam entre *as noções de gênero e tipologia textual* relevante para qualquer trabalho que privilegie a abordagem de gênero.

Em Marcuschi (2002) *tipo textual* designa uma espécie de construção teórica definida pela natureza lingüística de sua composição como aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas. Os tipos textuais estão conformados à categorias narrativas, argumentativas, expositivas, descritivas e injutivas.

A expressão *gênero textual* se refere à materialidades textuais do nosso dia-a-dia que apresentam características sócio-comunicativas definidas pelas propriedades funcionais, conteúdos, estilo e composição quais sejam: telefonema, sermão, carta pessoal e carta comercial, reportagem jornalística, aula expositiva, reunião de condomínio, bula de remédio, outdoor, inquérito policial, edital de concurso e uma infinidade de outras produções verbais.<sup>30</sup>

A expressão *domínio discursivo* designa uma esfera ou instância de produção discursiva ou de atividade humana. Esses domínios não são textos nem discursos, mas propiciam o surgimento de discursos bastante específicos. Assim, falamos em discurso jurídico, discurso jornalístico, discurso religioso, etc. Estas atividades não constiuem um

---

<sup>30</sup> Visando proporcionar maior clareza entre essas duas distinções, Marcuschi elabora um quadro sinóptico. Ver MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros Textuais: definição e funcionalidade. In: Gêneros Textuais & Ensino. Org. (Ângela Paiva Dionisio, Anna Rachel Machado, Maria Auxiliadora Bezerra). Editora Lucerna, Rio de Janeiro, 2002.



gênero em particular, mas dão origem a vários deles. As novenas e as ladainhas por exemplo, são gêneros exclusivos do domínio religioso.

Marcuschi chama a atenção para que não confundamos, teoricamente, noções de *texto* e *discurso* tratando-as numa mesma dimensão conceitual. Reitera que *texto* é uma entidade concreta realizada materialmente e corporificada em algum gênero textual. *Discurso* é aquilo que um texto produz ao se manifestar em alguma instância discursiva. Os discursos se realizam nos textos. Os textos são acontecimentos discursivos para os quais convergem ações lingüísticas, sociais e cognitivas.

Às delimitações operadas por Marcuschi (2002) relevamos dois aspectos em Brandão (2000), de suas reflexões acerca das considerações bakhtinianas: o primeiro é que, embora cada gênero tenha suas características específicas, um gênero não é, necessariamente, uma "fôrma" que se impõe ao falante/escritor. Enquanto conjunto de traços marcados pela regularidade, pela repetibilidade, o gênero é relativamente "estável", mas essa estabilidade é constantemente ameaçada por forças que atuam sobre as restrições genéricas, forças de caráter social, cultural e mesmo individual (estilísticas) que determinam ou mudanças num gênero, ou seu apagamento, ou sua revivescência. Essa tensão entre estabilidade versus variabilidade, de acordo com Brandão, se faz marcar de maneira específica nos diferentes gêneros; por exemplo, os textos da burocracia são extremamente estáveis (requerimentos, atas, petição judicial...) em relação ao gênero literário.

O segundo aspecto considerado por Brandão é em relação à dimensão dialogal intra-genérica e inter-genérica que um gênero estabelece com outro no espaço do texto. A dimensão dialogal intra-genérica, ela a situa numa visão interdiscursiva que se estabelece

entre diferentes manifestações textuais pertencentes a um mesmo gênero e a inter-genérica caracteriza-se por diferentes modos de combinação, ou seja, não há uma pureza ou homogeneidade de tipos de discursos ou seqüências textuais. No nível textual, exemplifica, pode-se ter numa seqüência narrativa a inclusão de seqüências descritivas ou pode-se ter seqüências narrativas e/ou descritivas dentro de textos argumentativos, e, num nível mais amplo, uma novela pode incluir na sua composição outros gêneros como a carta, o poema, etc. Na prática, conclui, os gêneros são marcados pela heterogeneidade e pela interdiscursividade/intertextualidade.

A tensão entre a estabilidade versus a variabilidade provocada pelas forças que atuam sobre as restrições genéricas, de que nos fala Brandão, parece galgada no conceito de *práticas discursivas* na perspectiva foucaultiana, visto como um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definem em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica, ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa. Este conceito de *práticas discursivas* em Foucault fundamenta-se na sua concepção de que o discurso é de parte a parte histórico, unidade e descontinuidade na própria história. Ele coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade. De acordo com Foucault, a questão é saber como e por que ele pôde emergir e tomar corpo num determinado ponto do tempo.

Essa perspectiva foucaultiana vai, também, ao encontro do ponto de vista de Maingueneau (1993, p.36) de que a escolha do gênero é atravessada por implicações de diferentes ordens:

- a) Comunicacional – Trata-se de transmissão oral ou escrita? Em que meio (jornal cotidiano, livro, folheto...)? Através de quais circuitos de difusão? Etc. O fato de que um texto seja destinado a ser cantado, lido em voz alta, acompanhado por instrumentos musicais de determinado tipo, que circule de determinada maneira e em certos espaços..., tudo isto incide radicalmente sobre seu modo de existência semiótica. A cada gênero associam-se momentos e lugares de enunciação específicos e um ritual apropriado. O gênero, como toda instituição, constrói o tempo-espaço de sua legitimação. Estas não são “circunstâncias” exteriores, mas os pressupostos que o tornam possível;
- b) estatutário: que estatuto o enunciador genérico deve assumir e qual estatuto deve conferir a seu co-enunciador para tornar-se sujeito de seu discurso? O gênero funciona como o terceiro elemento que garante a cada um a legitimidade do lugar que ocupa no processo enunciativo. O exercício de um discurso pressupõe um lugar de enunciação afetado por determinadas capacidades, de tal forma que qualquer indivíduo, a partir do momento que o ocupa, supostamente as detém.

Essas implicações atestam a autoridade da enunciação, isto quer dizer que o discurso só deve ser pronunciado pela pessoa legitimada para fazê-lo em situação legítima diante de destinatários legítimos. A partir dessa distinção pode-se inferir duas pressuposições: a primeira é que a noção de cada gênero presume um contrato específico, constituído em signo de alguma coisa para alguém, em um contexto de signos e de experiências; a segunda é que o gênero discursivo convoca competência de seu leitor instituído.

Maingueneau (1998) concebe que ao co-enunciador são conferidas três competências: a *comunicativa* (conhecimento do código verbal e das regras discursivas); a *genérica* (capacidade de reconhecer um gênero, seus limites e coerções); a *enciclopédica*

(implica o conhecimento de mundo, a bagagem que cada indivíduo constrói ao longo de sua vida).

Contudo, é relevante explicitarmos que a compreensão das condições genéricas e de suas cenografias, em si mesmas, não representam uma finalidade para a AD, salvo se elas se integram ao objetivo de analisar as coerções referentes às formações discursivas a serem estudadas.

Enfim, encerramos este tópico com a certeza de que estamos longe de esgotar esta abordagem, mas a exposição empreendida satisfaz nossos objetivos, uma vez que ela apresenta-se como suficiente para orientar a seleção e a organização das formações discursivas.

A seguir apresentaremos a organização do corpus de três modos:

- 1) de como ela se distribui nas formações discursivas (FDs);
- 2) de como ela se distribui nas formações discursivas e seus gêneros de referência;
- 3) um quadro de sistematização (FDs, gêneros e locutores), após a exposição da “interincompreensão”.

1) Distribuímos em três formações discursivas os discursos selecionados para análise as quais ficaram definidas do seguinte modo:

- **FD<sub>0</sub>**: é o discurso institucional veiculado pela própria CVRD, de como ela se diz ou constrói sua imagem. Supostamente neutra em termos de posição política;

- **FD<sub>1</sub>**: é o conjunto dos discursos oriundos da instituição governamental que insere a CVRD na lista das privatizações atendendo ao PND. Inserem em FD<sub>1</sub> todos os discursos que apóiam a posição do governo quanto à privatização;

- **FD<sub>2</sub>**: é o conjunto dos discursos produzidos contra a privatização da CVRD. Esses discursos se constroem a partir do discurso governamental e contra ele. É o contra-discurso de FD<sub>1</sub>.

2) Formações discursivas e seus gêneros de referência. Destacaremos em negrito os gêneros de referência, anexos no final do trabalho.

### **FD<sub>1</sub>: Discursos a favor da privatização**

1 – Primeiro **pronunciamento** de FHC aos dirigentes das estatais – discurso reproduzido na íntegra. Jornal Folha de São Paulo, março de 1995.

2 – **Artigo** escrito pelo físico Rogério Cezar de Cerqueira Leite, professor emérito da UNICAMP e membro do Conselho Editorial da Folha : *A Vale e o Começo do fim do Cesarismo*.

3 – **Artigo** do Ministro do Planejamento e Orçamento Antônio Kandir: *Marco Modernizante*. Folha de São Paulo, 27/04/1997.

4- Ciclo de **debates**: *A Vale do Rio Doce na Economia Nacional* - Roberto Brant defende a privatização na condição de Deputado Federal. Abril/1997.

### **FD<sub>2</sub>: Discursos contra a privatização**

1- **Carta aberta** da Prefeitura Municipal de Itabira: *Privatizar a Vale é Entregar as Riquezas do País*. 02/06/1995.

2 - *Povo se une em defesa da pátria baseado nos ideais de Tiradentes: Manifesto* da Frente em Defesa da Soberania e Integridade do Brasil: Jornal A Semente do Lampadosa - Junho/1995<sup>31</sup>

3 - *A Vale do Rio Doce e o Interesse Nacional* - **Manifesto** ao Povo Brasileiro. Movimento Reage Brasil em Defesa da CVRD, contra sua privatização - desnacionalização. Revista Brasil Mais, janeiro/1997

4- **Artigo** de Celso Furtado, ex-superintendente da SUDENE e autor do Plano Trienal do Governo João Goulart: *A Dívida Social e a Degradação do Estado*. Revista Brasil Mais, janeiro/1997.

---

<sup>31</sup> O jornal correspondente a este manifesto é de responsabilidade de militares.

### 3.4 Interincompreensão - Relação de Dupla Negação entre as FDs

Se tomarmos a interincompreensão como um fenômeno de dois sistemas semânticos divergentes, veremos que FD<sub>1</sub> é a favor da privatização e FD<sub>2</sub> é a favor da estatização e o processo discursivo das duas FDs se dá pela negação. Esse processo constitui-se numa dupla negação visto ser recíproca a rejeição: FD<sub>1</sub> nega a continuidade da Vale *estatizada* e FD<sub>2</sub> nega a *desestatização* da Vale. Cada formação discursiva interpreta, traduz os enunciados do seu Outro a partir de sua posição, de seu lugar discursivo. É a esse processo de tradução que Maingueneau (1983) chama de construção do simulacro, na medida em que, por exemplo, numa citação, ao incorporar o Outro, o corpo verbal desse Outro rompe a continuidade do mesmo que acaba por expulsá-lo pela incompatibilidade de seus universos semânticos, como veremos na análise de corpus que procederemos daqui para frente.

Ainda sim, a relação de interincompreensão exige que explicitemos a concepção da relação interlocutiva (enunciador, locutor, alocutário, etc.) a qual estará permeando nossa análise. A concepção que melhor nos orienta, nesse caso, ao que tudo indica, compreendemos ser a da perspectiva polifônica na semântica da enunciação em Ducrot (1987) já que há nessa concepção distinção entre enunciadores e locutores.

Na perspectiva ducrotiana o locutor é visto como um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade deste enunciado. É a ele que o pronome *eu* se refere e às outras marcas da primeira pessoa. Mesmo que não se leve em conta, no momento, o discurso relatado direto, ressaltar-se-á que o locutor, designado por *eu*, pode ser distinto do autor

empírico do enunciado, de seu produtor - mesmo que as duas personagens coincidam habitualmente no discurso oral.

Há de fato casos em que, de uma maneira quase evidente, o autor real tem pouca relação com o locutor, ou seja, com o ser, apresentado, no enunciado, como aquele a quem se deve atribuir a responsabilidade da ocorrência do enunciado. A esse distanciamento entre o locutor e o autor real do enunciado, ele exemplifica com um abaixo-assinado: onde está escrito *eu abaixo-assinado...* desde que se assina, fica-se como locutor do enunciado, mas o assinante, no caso, não é o autor empírico do texto-autor.

Nesse caso, ele destaca o papel da assinatura, apoiado nos trabalhos de Christian Plantin, o qual considera que a assinatura tenha dupla função:

- 1) ela serve algumas vezes para indicar quem é o locutor, o ser designado pelo *eu* e a quem é imputada a responsabilidade do enunciado; é acessória e circunstancial, tal função;
- 2) a segunda função, essencial, é a de assegurar a identidade entre o locutor indicado no texto e um indivíduo empírico, e a assinatura realiza tal função em virtude de uma norma social que exige que a assinatura seja "autêntica" (meu filho não tem o direito de assinar por mim), entendo por isto que o autor empírico da assinatura deve ser idêntico ao ser indicado no sentido do enunciado, como seu locutor. Aliás, é a norma social que torna possível esta segunda função, a norma impedindo de "contradizer" a voz de qualquer outra pessoa.

Na verdade, um único enunciado pode apresentar dois locutores diferentes; por exemplo, se Pedro diz "João me disse: eu virei" (discurso relatado), há duas marcas de primeira pessoa que remetem a dois seres diferentes): a primeira assimilada a Pedro, e a segunda a João.

Do ponto de vista empírico, a enunciação é ação de um único sujeito falante, mas a imagem que o enunciado dá dela é a de uma troca, de um diálogo, ou ainda de uma hierarquia das falas. Não há paradoxo, neste caso, senão se confunde o locutor - que é uma ficção discursiva - com o sujeito falante, que é um elemento da experiência. Desse modo, Ducrot distingue enunciador e locutor:

Chamo de 'enunciadores' estes seres que são considerados como se expressando através da enunciação, sem que para tanto se lhe atribuam palavras precisas; se eles 'falam' é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, suas palavras. (Ducrot, 1987, p.192)

Em síntese, em Ducrot temos a distinção entre *falante empírico* e *locutor* participando da *imagem da enunciação* fornecida pelo enunciado. *O sujeito falante é "um elemento da experiência"*, aquele que enuncia fisicamente o enunciado.

É descrevendo a imagem da enunciação que para Ducrot se encontra o sentido do enunciado: “Na medida em que o enunciado e seu sentido são veiculados pela enunciação, as propriedades jurídicas, argumentativas, causais, etc., por eles atribuídas a ela, não poderiam ser vistas como hipóteses feitas a propósito da enunciação, mas como a constituindo” (Ducrot, 1987, p.177).

Tendo em vista essas considerações e o terceiro modo de organização do corpus, conforme havíamos previsto, sistematizamos o seguinte quadro.



<b>FDs</b>	<b>Caracterização</b>	<b>Gêneros</b>	<b>Locutores</b>
FD <sub>1</sub>	Pró privatização: Inserem em FD <sub>1</sub> todos os discursos que apoiam a posição do governo quanto à privatização.	- Pronunciamento - artigo - artigo -debate na esfera parlamentar	L <sub>1</sub> :Presidente FHC L <sub>2</sub> : Físico Rogério C. Leite L <sub>3</sub> : Ministro - Antônio Kandir L <sub>4</sub> : Deputado federal - Roberto Brant
FD <sub>2</sub>	São os discursos produzidos contra a privatização da CVRD. Esses discursos se constroem a partir do discurso governamental e contra ele. FD <sub>2</sub> é interlocutora de FD <sub>1</sub> .	- Carta aberta - manifesto - manifesto - artigo	L <sub>1</sub> : Prefeitura M.de Itabira L <sub>2</sub> : Frente de Defesa/militares L <sub>3</sub> : Movimento Reage Brasil em Defesa da CVRD L <sub>4</sub> : Economista - Celso Furtado
FD <sub>0</sub>	Imagem institucional da empresa estatizada. Fala de sua potencialidade, mas “neutra” em sua posição política.		
No nosso corpus a figura do locutor coincide com o sujeito empírico - o elemento da experiência. Em FD <sub>2</sub> , as falas de L <sub>1</sub> , L <sub>2</sub> e L <sub>3</sub> provém de um sujeito coletivizado.			

Com base nesse quadro, trabalharemos na análise de corpus com os seguintes referenciais:

- 1) Discursos a favor da privatização: L<sub>1</sub>(FD<sub>1</sub>); L<sub>2</sub>(FD<sub>1</sub>); L<sub>3</sub>(FD<sub>1</sub>); L<sub>4</sub>(FD<sub>1</sub>).
- 2) Discursos contra a privatização: L<sub>1</sub>(FD<sub>2</sub>); L<sub>2</sub>(FD<sub>2</sub>); L<sub>3</sub>(FD<sub>2</sub>); L<sub>4</sub>(FD<sub>2</sub>).

## 4. ANÁLISE DO CORPUS

*“A linguagem não é o que é porque tem um sentido”*

(Foucault)



*"Os Homens de Ferro cultivaram um belo sonho, belo e precário: 'A Companhia é nossa, a jazida é nossa, a estrada de ferro é nossa, o porto é nosso. Tudo é nosso'. Essa ilusão que lhes transmitiram eles a acalentaram. Deu-lhes alento para enfrentar a chuva, o vento, a poeira, o peso dos instrumentos, a monotonia do trabalho, o ruído ensurdecedor das máquinas e a prepotência dos chefes. Hoje, na medida em que o tempo passa e aumenta a distância entre eles e a empresa gigante, resta pouco da fantasia: o que é 'nosso' não é 'meu'... Com o realismo que a experiência lhes conferiu, esses homens falam do país a quem seu suor aporta divisas, falam da Companhia, a mãe inquestionável, falam das administrações sucessivas, a seu juízo sempre imperfeitas, falam de si e concluem: 'Acorda sempre arrebenta pelo lado mais fraco... sempre foi assim.'"*

(Minayo, 1986)



## 4.1 Categorias de Análise

Nossa análise orientar-se-á a partir de categorias depreendidas da abordagem teórica, perspectivadas pelos seguintes eixos:

- 1) *relação de imbricação da materialidade lingüística com fatos sócio-históricos*: considera-se nessa relação a produção de sentidos pelas FDs conforme a ótica de seus interesses;
- 2) *relação de refutação*: consideramos nessa relação a interação entre as duas formações discursivas numa situação de confronto depreendidas do ato refutativo caracterizador do discurso polêmico;
- 3) *construção da orientação argumentativa dos sentidos*: nesta perspectiva, empreendemos dois aspectos: o primeiro considera que os sentidos são construídos numa situação discursiva e que tal construção se realiza num jogo de interação e argumentação numa relação de disputa do objeto - privatizar ou não privatizar a CVRD. O segundo aspecto deve relevar da argumentação como elemento estruturante do discurso numa perspectiva pragmático-discursiva que parte do princípio de que muitos atos de enunciação têm uma função argumentativa de conduzir ou desviar o destinatário de uma certa conclusão. Essa função tem marcas na própria estrutura do enunciado, através de morfemas, expressões ou termos que, além de seu conteúdo informativo, servem para dar uma orientação argumentativa ao enunciado no sentido de conduzir o destinatário em tal ou tal direção.

Assim, as categorias de análises escolhidas pautar-se-ão fundamentalmente:

- 1) pela interação entre  $FD_1$  e  $FD_2$  em situação de confronto numa relação de interincompreensão (considerando a relevância da perspectiva teórica da refutação);
- 2) pela construção dos sentidos através de um processo de dessemantização/semantização pelas FDs conforme a ótica de seus interesses, o que implica distinguir enunciados proferidos numa e noutra formação discursiva;
- 3) pelo jogo argumentativo que numa relação polêmica molda o objeto de disputa. A configuração da imagem desta disputa inscreve-se na construção de estratégias argumentativas.

#### **4.2 Iniciando a leitura do confronto**

Iniciaremos a análise dos textos pelo pronunciamento  $L_1(FD_1)$ , uma vez que esse gênero discursivo imprime algumas implicações fundamentais, a saber:

- 1) examinar o discurso presidencial implica situá-lo de imediato em um "centro organizador" que o relaciona a  $FD_1$  - formação discursiva determinante;
- 2) o momento e o lugar enunciativo constituem a identidade que está pressuposta no que é pronunciado, uma vez que o dizer deve se adequar ao saber da FD que o afeta;
- 3) do ponto de vista enunciativo, o caráter do pronunciamento vislumbra a posse do discurso por  $L_1(FD_1)$  numa posição dominante. É ele quem dá as coordenadas. A posição dominante está revestida de significações diretamente ligadas à função que  $L_1(FD_1)$  cumpre nessa situação.

A seguir, empreenderemos a caracterização do cenário enunciativo demonstrando como  $L_1(FD_1)$  constrói o cenário de sua enunciação, como se representa e se constitui

perante seus interlocutores e alocutários servindo-nos de elementos conforme a perspectiva da “semântica global” em Maingueneau.

#### **4.2.1 L<sub>1</sub>(FD<sub>1</sub>) - A imagem da função política**

A leitura do pronunciamento de L<sub>1</sub>(FD<sub>1</sub>) remete a aspectos teóricos apontados na semântica global em Maingueneau (1984): *o modo de enunciação, o estatuto do enunciador e do destinatário*. Lembremos que nesta perspectiva a concepção de discurso está circunscrita a uma visão que a releva não somente como um certo conteúdo associado a uma dêixis e a um estatuto de enunciador e de destinatário, mas também como uma maneira de dizer específica.

Embora esses três elementos sejam apenas um dos planos constitutivos da “semântica global”, sua significância é de uma dimensão irreduzível, pois governa tal projeto; eles estão estreitamente associados a um “tom”. O "tom" se apóia sobre uma dupla figura do enunciador, a de um caráter e a de uma corporalidade.

Esse "caráter" é inseparável de uma "corporalidade",<sup>32</sup> ou seja, de esquemas que definem uma certa maneira de "habitar" seu corpo de enunciador e, indiretamente, de destinatário. Nessa perspectiva, o destinatário não é somente um consumidor de idéias, visto que ele acede a uma maneira de ser através de uma maneira de dizer.

Nesse sentido, o modo de enunciação confere uma competência discursiva, ou seja, cada discurso define o estatuto que o enunciador deve conferir-se e o que deve conferir a

---

<sup>32</sup> O tom, o caráter e a corporalidade constituem elementos do ethos. Para Maingueneau o ethos é indissociável da situação de enunciação.

seu destinatário para legitimar seu dizer. Essa dimensão constitui-se numa dimensão que se articula com as diversas fontes do saber.

O 'modo de enunciação' obedece às mesmas restrições semânticas que regem o próprio conteúdo do discurso. Não somente o modo de enunciação torna-se freqüentemente tema do discurso, mas, além disso, esse conteúdo acaba por 'tomar corpo' por toda parte graças ao modo de enunciação: os textos falam de um universo cujas regras são as mesmas que presidem sua enunciação. Se, em um quadro 'antisubjetivista', pense-se, não sem pertinência, a enunciação como associada a um 'lugar', a uma 'posição' atribuída pelo discurso, não se deve por isso ver no enunciador um mero ponto de entrecruzamento de séries institucionais: ele se constrói também como um 'tom', caráter e 'corporalidade' específicos. (Maingueneau, 1984, p.101)

Empiricamente, é sabido que a trajetória política de Fernando Henrique Cardoso tem início antes da ditadura militar. No governo Collor, Fernando Henrique Cardoso assumiu a pasta de senador da República e após o *impeachment de Collor*, Itamar Franco assume a presidência e convida Fernando Henrique a assumir a pasta do Ministério das Relações Exteriores e, em maio de 1993, o Ministério da Fazenda.

Como Ministro da Fazenda, Fernando H. Cardoso coordenou a elaboração e a implantação de um plano econômico de estabilização da moeda brasileira - o Plano Real. Foi eleito em 1994 à Presidência da República tendo sido reeleito em 1998. A condução governamental de suas duas gestões seguiu a direção do contexto político e econômico do Brasil correspondente ao processo de privatização da CVRD abordada, neste trabalho, quando apontamos o *quadro político-econômico do processo da privatização da CVRD*.



A organização discursiva evidencia, primeiramente, o lugar enunciativo (autorizado e legitimado) a partir do qual o Presidente realiza sua prática discursiva, lingüisticamente, marcada por *modalizações discursivas*<sup>33</sup> e por *formas dêiticas* conforme mostraremos. Em relação à dêixis, reiteramos:

Se existe dêixis discursiva é porque uma formação discursiva não enuncia a partir de um sujeito, de uma conjuntura histórica e de um espaço, objetivamente determináveis do exterior, mas por atribuir-se a cena que sua enunciação ao mesmo tempo produz e pressupõe para se legitimar. (Maingueneau, 1993, p.42).

Vejamos como emergem essas marcas lingüístico-discursivas em recortes do pronunciamento de L<sub>1</sub>(FD<sub>1</sub>).

1) "**Eu acho** que é oportuno que aqueles que têm responsabilidades de condução da política econômica na área do setor produtivo estatal, assim como os ministros das áreas pertinentes, participem nesse momento das diretrizes que **o governo** está imprimindo na **nossa** política econômica." (§1)

Na expressão *eu acho*, de um lado temos um *eu* que se coloca como o sujeito de seu discurso acompanhado do verbo modalizador *achar*, que, ao expressar sua opinião, demonstra uma maior proximidade com seus interlocutores. O dêitico *nossa* reforça essa proximidade na medida em que inclui o seu interlocutor. Mas a expressão *o governo* é uma

---

<sup>33</sup> A relação entre enunciados, muitas vezes, é projetada a partir de certas relações de modalidade que depreendem uma importância pragmática. Do ponto de vista da pragmática lingüística, as modalidades são consideradas como parte da atividade ilocucionária, já que revelam a atitude do falante perante o enunciado que produz: elas constituem, atos ilocucionários constitutivos da significação dos enunciados, sendo motivadas pelo jogo da produção e do reconhecimento das intenções do falante e, como os demais atos de linguagem, classificáveis e convencionizados. ( Koch, 1993, p.75).

expressão que remete à instituição, à instância máxima do político em que o *nós* parece não ser parte; como se o governo fosse um terceiro elemento a atuar sobre o *nós*.

No plano discursivo, a contextualização das formas dêiticas permite-nos perceber o movimento de construção da imagem deste governo numa estratégia dúbia. De um lado temos um *eu* que, acompanhado de verbos modalizadores no presente do indicativo, imprime uma força ilocucional que enfatiza sua função de sujeito locutor do discurso e aponta para o lugar institucional que ocupa:

"*Eu* queria iniciar esta reunião..." (§1)

"*Eu* acho que é oportuno que aqueles..." (§2)

"*Eu* acredito..." (§3)

"*Não vou* aqui me referir ..." (§4)

"*Eu* faço questão de insistir que *eu* não tolerarei..." (§20)

"*Eu* não quero ver dinheiro público..." (§21)

"*Eu* tenho certeza de que..." (§24)

De outro lado, temos o uso dêitico *nós* referindo-se ao *governo* de modo contrário ao uso da expressão *o governo*, que no primeiro enunciado parecia distanciar-se do locutor e do interlocutor. A intenção de se construir inicialmente a imagem de um governo democrático, leva-o a usar o *nós* no sentido de um *eu* coletivizado que fortalece a idéia de um lugar institucional partilhado.

"(...) a respeito das quais *nós* os estamos convocando." (§1)

"(...) *nós* conseguimos ampliar a participação das camadas mais pobres no consumo..." (§4)

"(...) desde o *governo* Itamar Franco *nós* mudamos essa orientação..." (§7)

"O fato de *nós* termos conseguido superar essa dificuldade..." (§13)

"*Nós* temos que antecipar às conjunturas". (§15)

"*Temos* tempo, *vamos* atuar." (§26)

No entanto, em:

"(...) O *governo* brasileiro - nem *o do* presidente Itamar Franco, nem *o meu*..." (§11): o pronome possessivo *meu* contradiz a idéia anterior do *eu* partilhado.

"O *governo acabou de superar* a dificuldade de um ataque especulativo à moeda, ao real".

(§12)

"(...) o *governo sabe* também que neste momento a batalha a travar é principalmente no plano fiscal". (§13)

"O *governo está empenhado* em modificações estruturais no Brasil" (§19)

"O *governo*, ao apresentar as suas propostas de reforma ao Congresso..." (§22)

as expressões *o governo acabou de superar*, *o governo sabe*, *o governo está empenhado*, passam a idéia de um lugar institucional eficiente que busca a credibilidade do interlocutor.

"(...) O *presidente* que aqui toma assento nesta cadeira hoje... (...) *eu* disse isso no *meu* discurso de posse... (...) *eu* ficaria com a maioria." (§17): neste parágrafo temos o presidente como lugar institucional, mas atrelado ao locutor (*eu*, *meu*) como sujeito do discurso. *O governo e o presidente* são nomeações que indicam o lugar institucional deste locutor.

Esta imagem construída por uma deitização dúbia nos remete a um dos aspectos teóricos da subjetividade em Benveniste que diz respeito à forma plural *nós*. Em Benveniste (1976), o *nós* embute uma complexidade particular. Ou seja, *nós* não implica uma pluralização, uma soma de vários objetos idênticos, de vários *eus* que falam, o que contrariaria as duas características fundamentais do *eu*: sua unicidade e subjetividade. O Plural *nós* seria "uma junção entre o eu e o não-eu". Essa constatação leva ao reconhecimento de um plural *nós-inclusivo* que seria junção de *eu* + você (pessoas entre as quais existe a "correlação de subjetividade") e uma forma de plural *nós-exclusivo* que seria junção de eu + ele ("formas que se opõem como pessoal e não-pessoal").

Este locutor alargado pela ocupação de tantos lugares, ora como *eu subjetivo*, ora como *eu duplamente institucional: presidente e governo*, ora como *eu pluralizado (nós)*,

caracteristicamente ambíguo, marcado no tempo e no espaço por um lugar discursivo institucionalizado - representação de um tempo histórico, de um espaço social, numa dada concepção política - articula-se com a noção fundamental de um discurso ideológico.

Concebemos o discurso ideológico como aquele que pretende coincidir com as coisas, anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser e, destarte, engendrar uma lógica da identificação que unifique pensamento, linguagem e realidade.

Nesse sentido, o alargamento das funções enunciativas aponta para uma estratégia de homogeneização de modo que o alocutário se veja refletido na imagem construída. De fato, o percurso argumentativo de  $L_1(FD_1)$  caminha no sentido da construção de um *ethos* governamental caracteristicamente:

1 - preocupado com o social:

*"Nós temos uma orientação decididamente social e, porque é social, não é demagógica."* (§7)

2 - firme:

*"Tomamos as medidas, mesmo quando sejam aparentemente duras, para garantir a continuidade do processo."* (§7)

3 - transparente:

*"Não podemos tapar o sol com a peneira. Houve uma crise em alguns outros países na nossa área, e algumas mesmo que estão fora da América Latina, indicando que existem problemas a nível da economia internacional, sobretudo no que diz respeito aos processos de financiamento de curto prazo."* (§8)

4 - atuante:

*"Tomando as medidas pertinentes, ao final desta crise, que não nos atingiu de forma direta, senão que apenas indiretamente, nós podemos sair ainda mais fortalecidos, desde que nós atuemos. E o governo vai atuar, como já está atuando."* (§8)

5 - preventivo, eficiente:

*"Nós temos que nos antecipar às conjunturas. E nós estamos nos antecipando o tempo todo. E o Brasil já está se acostumando a um estilo de governo que não é o estilo de governo que está sempre à beira da crise, mas é um estilo de governo que toma as medidas necessárias, no tempo oportuno."* (§15)

6 – popular:

*"(...) O presidente que aqui toma assento nesta cadeira hoje tem um longo percurso pessoal no trato com essas questões e na defesa do interesse popular; sabe distinguir perfeitamente o que é*

*interesse realmente popular do que é interesse de pequenos grupos, e não tem medo de enfrentar os interesses dos grupos privilegiados, quaisquer que eles sejam.” (§ 17)*

7 - austero:

*“(…) O governo está empenhado em modificações estruturais no Brasil, está enviando ao Congresso algumas medidas nesta direção. Eu faço questão de insistir que eu não tolerarei que as empresas do governo trabalhem contra o governo, não tolerarei. E tenho certeza que contarei com o apoio dos diretores e presidentes dessas organizações, até porque, se não estiverem agindo assim, é porque não participam do governo, e terão as conseqüências imediatas daqueles que não têm solidariedade para com o governo. (...) E isso será exercido com muita tranqüilidade, mas com muita firmeza.” (§20)*

8 – legítimo:

*“(…)governo que foi eleito, que teve respaldo de 34 milhões de brasileiros, maioria absoluta, e que, ao fazer a campanha, disse o que faria. E, portanto, não é um cheque em branco; é uma determinação, é um mandato do povo para fazer as modificações que estão sendo feitas. Quem estiver contra elas está contra a maioria. E na democracia vige a regra da maioria.” (§21)*

9 – democrático:

*“O governo, ao apresentar as suas propostas de reforma ao Congresso, sabe que o Congresso é autônomo, soberano e exercerá sua soberania. E o governo, obviamente, respeitará a soberania do Congresso. O governo sabe perfeitamente que o Congresso modificará as suas propostas, e é bom que o faça.” (§22)*

10 – convicto:

*“Eu tenho certeza de que os senhores que aqui estão nos ajudando nesta fase do Brasil, até porque é um dever imperativo, eu diria patriótico, com tantas possibilidades que nós temos. (...) com tanta vontade desse povo de dar certo, a nossa responsabilidade é imensa. Eu tenho certeza de que nós teremos o valor, a fibra, a coragem de não ceder às facilidades e de fazer o que é necessário.” (§24)*

Pode-se dizer que todas estas características estão articuladas sob os pilares "saber" e "experiência" constitutivos da competência política deste locutor do *Brasil do Real* (efeitos positivos do Plano Real). Foi este Plano que, na visão do  $L_1(FD_1)$ , projetou o Brasil para um futuro próspero e do qual ele é co-autor. Vejamos nos recortes abaixo:

- *"Eu acredito que nós estamos numa fase muito promissora no Brasil. [...] os êxitos alcançados pelo Plano Real, desde o governo Itamar Franco, abriram momentos de grande expectativa e esperança para o Brasil, para o povo Brasileiro.”*

*"Há muito tempo, muitos anos, o Brasil não experimentava um período tão prolongado de expectativa de inflação tão baixa. Isso, entretanto, é um começo.”*

Como pudemos observar, todo o movimento discursivo tende à construção de um ethos que incide sobre uma posição enunciativa ora centrada num *eu*, ora compartilhada com um *nós* que cria uma imagem totalmente positiva do governo. Como estratégia discursiva, visa convencer os interlocutores da potencialidade de sua competência, de modo a anular qualquer possibilidade de reação contrária, silenciando-os.

Apesar do esforço de uma estratégia discursiva no sentido de construir um ethos positivo do governo, democrático, contraditoriamente, observamos na descrição dos enunciados marcas enunciativas que pressupõem um governo autoritário e hegemônico.

#### **4.2.2 Marcas enunciativas pressupõem um governo autoritário e hegemônico**

Esse tópico suscita referências sobre processos de implicitação. Na construção teórica deste trabalho, este aspecto foi apenas mencionado quando abordamos *Memória Discursiva*. Nesse caso, nos apoiaremos na teoria dos implícitos em Ducrot (1972/1987), a partir da qual se atentou para a importância do que não é explicitado pela linguagem (pressupostos e subentendidos) e que cremos ser relevante para a AD.

Ao refletir sobre o problema das implicitações, duas origens teóricas distintas lhes são atribuídas. A primeira deve-se ao fato de que há, em toda coletividade, mesmo nas aparentemente mais liberais ou livres, um conjunto não negligenciável de tabus lingüísticos; o que não significa apenas a existência de palavras no sentido lexicográfico do termo - que não devem ser pronunciadas, ou que, em certas circunstâncias bem definidas, não podem ser pronunciadas. Nesse caso, o que interessa é a existência de temas inteiros

proibidos e protegidos por uma espécie de lei do silêncio (há formas de atividades, sentimentos, acontecimentos, de que não se fala). Ao locutor não é permitido circular certos tipos de informação. Há situações que não é permitido ao locutor fazer circular diferentes tipos de informação que ele não tem o direito de dar. Para se falar certas coisas, muitas vezes, segundo Ducrot, torna-se necessário ter à disposição modos implícitos de expressão que permitam deixar entender sem acarretar a responsabilidade de ter dito.

A segunda origem prende-se ao fato de que toda afirmação explicitada torna-se um tema de discussões possíveis. Tudo que é dito pode ser contradito, de tal forma que não se poderia anunciar uma opinião ou um desejo sem expô-los ao mesmo tempo às eventuais objeções dos interlocutores. Daí as maneiras de encontrar uma expressão de modo a que o enunciado exposto não se transforme num objeto contestável. A partir daí propõe distribuir em duas categorias principais o que poderia ser chamado de procedimentos de implicitação, distinguindo aqueles que se fundamentam no conteúdo do enunciado e aqueles que jogam com a enunciação.

O primeiro procedimento se apóia na organização interna do enunciado. De acordo com Ducrot, para deixar entender os fatos que não queremos assinalar de modo explícito, apresentam-se em seu lugar outros fatos que podem aparecer como a causa ou a consequência necessária dos primeiros. Por exemplo: "Dizemos que o tempo está bom para fazer entender que vamos sair"; "falamos do que vimos fora para fazer saber que saímos", ou seja, a proposição implícita é assinalada por uma lacuna no encadeamento das proposições explícitas; significa que a própria lacuna é indiscutível, mas tal existência permanece sempre oficiosa – e objeto possível de desmentido – na medida em que só o destinatário, e não o locutor, é chamado para preencher essa lacuna.

O segundo procedimento funda-se na enunciação. Nessa tipologia do implícito, poder-se-á, na visão de Ducrot, chegar-se aos *subentendidos do discurso*. Nesse caso, o implícito não deve ser procurado no nível do enunciado como prolongamento do nível explícito, mas num nível mais profundo como uma condição de existência do ato de enunciação.

O problema geral do implícito é saber como se pode dizer alguma coisa sem contudo aceitar a responsabilidade de tê-la dito, aproveitando-se da eficácia da fala e da inocência do silêncio. Para isso ele aponta como simples estratégia a possibilidade do locutor reduzir sua responsabilidade à significação literal que pode apresentar-se como independente, deixando a significação implícita sob a responsabilidade do ouvinte que a constitui por meio de uma espécie de raciocínio, a partir da interpretação literal da qual ele tiraria, por sua conta e risco, as conseqüências possíveis. Nesse ponto de vista o implícito é sempre operado pelo destinatário – ou lhe é atribuído –, portanto, deve ser encontrado ou reconstituído. Aliás, para a noção de pressuposição, o mais importante é a introdução do implícito no interior do literal.

Depois, ao abordar a pressuposição na descrição semântica, Ducrot distingue dois componentes: o componente lingüístico e o componente retórico.

Dos procedimentos de implicação, o componente lingüístico inclui os que se fundamentam no conteúdo do enunciado, pois esse componente toma como ponto de partida os enunciados aos quais são atribuídas significações, partindo do princípio de que somos obrigados a admitir que uma mesma forma material manifesta vários enunciados distintos, apresentando uma ambigüidade. E se num enunciado há mais de uma significação, isso não se decide no nível do "bom senso" ou seja, a unicidade ou a



pluralidade das significações não são dadas, mas estabelecidas na e através de constituição da descrição semântica.

O componente retórico inclui o procedimento que joga com a enunciação. Nesse componente, propõe-se chamar subentendido ao efeito produzido. Uma primeira característica do subentendido é sua dependência em relação ao contexto, sua instabilidade. Dizendo ao gerente de um hotel "Esta manhã o café estava quente", dá-se a entender que estava frio nos dias anteriores. Não se pode formular uma regra, pois o enunciado precedente pode muito bem ser empregado pelo próprio gerente prestes a anunciar que no dia seguinte, em consequência de uma falha de abastecimento de gás, não poderá, excepcionalmente, servir café quente. Ou pode-se imaginar que um hóspede, depois de ter passado um dia no hotel, tenha feito suas críticas: "Esta manhã o café estava frio; na hora do almoço a carne estava dura...". Daí a razão do componente lingüístico depender do contexto.

Outra característica do subentendido é a existência de um sentido literal para qualquer enunciado do qual os seus sentidos eventuais ficam excluídos. Estes aparecem como acréscimo. O enunciado "A situação já não está excelente" faz pensar que ela está decididamente ruim. Mas um locutor que tivesse pronunciado essa frase e se visse acusado de derrotismo, poderia sempre entrincheirar-se atrás do sentido literal de suas palavras alegando, distorção no que foi dito, deixando ao ouvinte a responsabilidade da interpretação.

Nesse sentido, para se descobrir o subentendido sendo ele exterior ao sentido literal, o caminho é sempre o discursivo, por uma espécie de raciocínio. Porém tal raciocínio não pode ter como ponto de partida apenas o enunciado. Há de se considerar o acontecimento

constituído pela enunciação na escolha do enunciado pelo locutor, em determinado momento e circunstância.

Em 1987, Ducrot faz uma revisão das concepções anteriores estabelecendo a oposição pressuposto-subentendido e mostrando a distinção dos dois níveis semânticos – o da significação (frase) e o do sentido (enunciado). Nesse caso, pressuposto e subentendido se opõem pelo fato de não terem sua origem no mesmo momento de interpretação. Distingue também o *posto* desses dois modos de implicitação.

Nas palavras de Ducrot, apesar da existência de analogias entre pressuposto e subentendido, destaca-se a diferença do pressuposto pertencer plenamente ao sentido literal. O fato desse fenômeno estar em estreita relação com as construções sintáticas fornece a primeira razão para tratá-lo no componente lingüístico. O mesmo argumento não pode ser empregado para o subentendido, pois a relação com a sintaxe é bem mais difícil de aparecer.

O pressuposto é apresentado como uma evidência, como um quadro incontestável, como se o locutor e o interlocutor não pudessem deixar de aceitá-lo. Então, se o posto é o que o locutor afirma, se o subentendido é o que se deixa o ouvinte concluir, o pressuposto é o que apresento como pertencendo ao domínio comum das duas personagens do diálogo, como objeto de uma cumplicidade fundamental que liga entre si os participantes do ato de comunicação. Em relação ao sistema dos pronomes poder-se-ia dizer que o pressuposto é apresentado como pertencendo ao *nós*, enquanto o posto é reivindicado pelo *eu*, e o subentendido é repassado ao *tu*.

De acordo com Ducrot, há uma profunda oposição entre esses três elementos do implícito ao serem vivenciados na experiência da comunicação. O subentendido reivindica

a possibilidade de estar ausente do próprio enunciado e de somente aparecer quando um ouvinte, num momento posterior, refletir sobre o referido enunciado. Ao contrário, o pressuposto e, com maior razão ainda, o posto, apresentam-se como contribuições próprias do enunciado – a responsabilidade, nesse caso, fica por conta de quem o escolheu.

Vejam os enunciados dos seguintes recortes:

- 1) "*(...) Eu faço questão de insistir que eu não tolerarei que as empresas do governo trabalhem contra o governo, não tolerarei*". (§20)

Na expressão "eu faço questão de insistir", especificamente, no uso da palavra *insistir* está pressuposta a sua obstinação em negar qualquer manifestação contrária das estatais contra as diretrizes do governo. Há uma tentativa de silenciamento de seu interlocutor de forma autoritária, uma vez que "intolerância" é a não aceitação, a não possibilidade de opiniões divergentes, portanto, há uma expressão de imposição, de arrogância.

Gostaríamos de chamar a atenção para a questão da pressuposição corroborando a abordagem teórica anterior e reiterando a sua característica de incontestabilidade, pertencendo ao domínio comum entre o locutor e seus interlocutores. É um procedimento lingüístico no nível do enunciado marcadamente em vários recortes como veremos.

Na descrição do enunciado abaixo:

- 2) "*(...) E tenho certeza que contarei com o apoio dos diretores e presidentes dessas organizações, até porque, se não estiverem agindo assim, é porque não participam do governo, e terão as conseqüências imediatas daqueles que não têm solidariedade para com o governo. (...) E isso será exercido com muita tranqüilidade, mas com muita firmeza.*" (§20)

A imagem de austeridade descrita neste enunciado pressupõe intenção de assujeitamento do alocutário às determinações governamentais em relação às estatais: na expressão *tenho certeza* está pressuposta a negação da dúvida. O governo não tem nenhuma dúvida do apoio que receberá das autoridades envolvidas com as estatais, até mesmo

porque quem manda nas estatais é o governo, quem define o rumo delas é o governo. Há um tom ameaçador para aqueles que venham sair da conformidade do governo: aquele que não está afinado com o governo, não deve permanecer nele - *terão conseqüências imediatas*, está subentendido que não ficarão no governo. Quem não está a favor, *não têm solidariedade para com o governo*. Nesse sentido, amolda a palavra solidariedade ao princípio da aceitação, da submissão, da conformidade.

Os enunciados seguintes pressupõem uma posição hegemônica marcada nos enunciados abaixo:

Pela relação mútua:

3) *"(...) Quem participa de um governo, participa de um caminho de dupla mão; tem a confiança do presidente mas também tem que ter a confiança no presidente."*

Pela atitude de fidelidade:

4) *"Eu não quero ver dinheiro público sendo usado para campanhas contra o governo e não quero ver as empresas do governo subsidiando direta ou indiretamente, campanhas contra aquela que é posição do governo."*

Pela voz uníssona:

5) *"[...] Mas o governo é uno, tem uma só palavra, pelos seus líderes, pelos seus ministros, pelo seu presidente. Não pode haver divisão no ponto de vista governamental. [...] Mas a diversidade do país não pode se espelhar dentro do comando do governo."*

Não há porque contradizer a posição do governo, este é um governo legitimado:

4) *"(...) governo que foi eleito, que teve o respaldo de 34 milhões de brasileiros, maioria absoluta, e que, ao fazer a campanha, disse o que faria e portanto não é um cheque em branco; é uma determinação, é um mandato do povo para fazer as modificações que estão sendo feitas. Quem estiver contra elas está contra a maioria. E na democracia vige a regra da maioria."*

Este argumento o legitima como um governo *incontestavelmente democrático*<sup>34</sup>, assinala-o como o representante mais legítimo e fiel do povo. Esta perspectiva democrática é reiterada:

5) "*(...) O governo, ao apresentar as suas propostas de reforma ao congresso, sabe que o congresso é autônomo, soberano e exercerá sua soberania. E o governo obviamente, respeitará a soberania do congresso. O governo sabe perfeitamente que o Congresso modificará as suas propostas, e é bom que o faça.*"

Essa imagem democrática sofre uma contradição no enunciado seguinte, apresentando uma imagem hegemônica pela voz de unicidade.

7) "*(...) Mas o governo é uno, tem uma só palavra, pelos seus líderes, pelos seus ministros, pelo seu presidente. Não pode haver divisão no ponto de vista governamental.*"

A significação dessa relação de contradição requer que saíamos do nível do enunciado como prolongamento do nível explícito, para encontrar seu sentido no nível mais profundo, no da condição da existência de sua enunciação, só assim poder-se-á chegar aos subentendidos do discurso. Desse modo, perguntamos: a marca hegemônica e autoritária de que estão revestidos os enunciados acima subentende: a questão da governabilidade - ou o medo da ingovernabilidade?

---

<sup>34</sup> Sabendo da complexidade que permeia o conceito de democracia, perguntamos: que conceito de democracia está aí pressuposto? O do sufrágio, apenas? Talvez, nesse momento em que não há espaço para se debater um tema demasiado enigmático e complexo, permanentemente, retomado ao longo das transformações históricas, devêssemos, pelo menos dizer com Chauí (2000, p.137) que a interrogação acerca da democracia é uma indagação em que estamos todos *implicados* como sujeitos, sem que possamos reivindicar o lugar imaginário do saber separado. Se conhecer é fixar o real em representações (atos ou idéias), em contrapartida, pensar é acolher o risco do trabalho do acontecimento sem pretender fixá-lo num racional positivo completamente determinado. Se pensar é um momento da práxis social, se é aceitação da diferença entre saber e fazer, se é compreensão entre a teoria e a prática, talvez, então, nossas discussões não unifiquem nossos pontos de vistas, nem nos ensinem simplesmente conviver com as diferenças, mas nos levem também a indagar se o desejo da unidade não seria o maior engano que nos afasta da democracia, em lugar de nos aproximar dela. O olhar separado e a unidade (aparentes atributos do Sujeito do Conhecimento), sabemos que são, nas sociedades modernas, os atributos do Poder. A nós a tarefa de questioná-los". Pensando, assim, e analisando o percurso do pronunciamento é que destacamos a expressão *incontestavelmente democrático* e usamos o adjetivo "aparente".

De acordo com L<sub>4</sub>(FD<sub>2</sub>), o tema governabilidade tem se destacado:

*"Já se discutiu muito, neste país, o tema desenvolvimento. Hoje, a bem da verdade, quase que só se fala em governabilidade. É preciso ter em mente, porém, que governar bem é assegurar o desenvolvimento."*

Bobbio (1994) estabelece uma relação entre a democracia e a ingovernabilidade.

Nesses últimos anos, a principal polêmica, na visão de Bobbio, foi a da ingovernabilidade. A problemática que a envolve, no seu ponto de vista, refere-se à incapacidade dos governos democráticos de dominarem convenientemente os conflitos de uma sociedade complexa: um alvo de sinal oposto, não o excesso, mas o defeito do poder. Para ele, o tema da ingovernabilidade a que estariam predestinados os regimes democráticos pode ser articulado em três pontos.

Em primeiro lugar, os regimes democráticos são caracterizados por uma desproporção crescente entre o número de demandas provenientes da sociedade civil e a capacidade de resposta do sistema político, fenômeno que na terminologia da teoria dos sistemas recebe o nome de sobrecarga. Tal fenômeno seria característico das democracias por duas razões opostas, mas convergentes para o mesmo resultado. De um lado, os institutos herdados pelo regime democrático do Estado Liberal, que, como se disse, constituem o pressuposto do bom funcionamento do poder popular, da liberdade de reunião e de associação, da livre organização de grupos de interesse, de sindicatos, de partidos, à máxima extensão dos direitos políticos, fazem com que se torne mais fácil, por parte dos singulares e dos grupos, o encaminhamento de solicitações aos poderes públicos para serem atendidas no mais breve tempo possível, sob a ameaça de um enfraquecimento do consenso, numa proporção absolutamente desconhecida pelos governos autocráticos, onde

os jornais são controlados pelo governo, onde os sindicatos não existem ou são dependentes do poder político, onde não existe outro partido a não ser o que apóia o governo e é uma emanção direta dele. De outro lado, os procedimentos predispostos por um sistema democrático para tomar as decisões coletivas, ou que deveriam dar uma resposta às demandas propostas pela sociedade civil, provocam demoras, desaceleramentos, esvaziamentos, pelo próprio processo democrático que pressupõe diálogo.

Em síntese, pode-se exprimir o contraste entre regimes autocráticos e democráticos com respeito à relação entre demandas e respostas dizendo que, enquanto a democracia tem a demanda fácil e a resposta difícil, a autocracia torna a demanda mais difícil e tem mais fácil a resposta.

Em segundo lugar, nos regimes democráticos, os conflitos sociais são maiores do que nos regimes autocráticos. Resolver problemas de grupos que representam interesses diversos, fica evidente que, quanto mais conflitos houver, mais difícil será dominá-los ou contorná-los. Em geral, o único interesse comum a que obedecem aos vários componentes de um governo democrático, de um governo em que os partidos singulares devem prestar contas aos próprios eleitores das opções feitas, é o de satisfazer os interesses que produzem maiores consensos e são sempre interesses parciais.

E em terceiro, nos regimes democráticos o poder está mais amplamente distribuído do que nos regimes autocráticos; uma das características da sociedade democrática é a de ter mais centros de poder. O poder é tanto mais difuso quanto mais o governo da sociedade é em todos os níveis regulado por procedimentos que admitem a participação, o dissenso e, portanto, a proliferação dos lugares em que se tomam decisões coletivas. Mais que difuso, o poder numa sociedade democrática também é fragmentado e de difícil recomposição. As

conseqüências negativas dessa fragmentação do poder com respeito ao problema da governabilidade são logo reveladas: a fragmentação cria concorrência entre poderes e termina por criar um conflito entre os próprios sujeitos que deveriam resolver os conflitos.

A denúncia da ingovernabilidade dos regimes democráticos tende a sugerir soluções autoritárias, que se movem em duas direções: de um lado, em reforçar o Poder Executivo, de outro lado, em antepor sempre novos limites à esfera das decisões que podem ser tomadas com base na regra típica da democracia, a regra da maioria.

O governo FHC foi visto pelos intelectuais (cientistas políticos, sociólogos, filósofos, etc.) como o governo que colocou em risco o regime democrático, como um governo, explicitamente, neoliberal. Só para ilustrar:

(...) embora faça o dever de casa do Consenso de Washington<sup>35</sup>, essa não é a principal característica de seu governo que, no campo sócio-econômico, apenas aprofunda o que o outro Fernando, o 'impichado' inaugurou. A sinistra e paradoxal originalidade desta presidência - ornada por intelectuais orgulhosos da luta contra a ditadura militar - é ter posto em marcha um movimento de destruição do regime democrático, em um de seus elementos essenciais: a limitação institucional do poder. (Comparato e Benevides, 1998, 125).

Lemos no cenário enunciativo do pronunciamento de  $L_1(FD_1)$  que a estratégia da construção da imagem pode ser caracterizada como a luta pelo poder do pertencimento em que a linguagem é sempre um espaço polêmico de disputa.

---

<sup>35</sup> Este Consenso é caracterizado como um conjunto de medidas preconizadas pelo FMI e pelo Banco Mundial para estabilizarem as economias dos países periféricos a fim de adaptá-los à nova ordem mundial: estabilização da economia ou combate à inflação, realização de reformas estruturais (privatizações, desregulamentação de mercados, liberalização financeira e comercial e retomada dos investimentos



### 4.2.3 Polemicidade - Estratégias de Desqualificação do Outro

Lembremos que o estatuto de polemicidade conferido à relação entre as duas formações discursivas em análise é antes de tudo o desacordo. Cada uma das formações discursivas traduz como inaceitáveis os sentidos construídos por seu Outro. A identidade de cada formação discursiva se constrói, aí, através da rejeição.

Desse modo, há uma tentativa incessante de desqualificação do discurso adversário para que ele seja desacreditado. O movimento que se cria é de embate, de disputa, de tensão com permanente alternância de papéis *agente/paciente* de maneira que o Outro surja sempre negado, rejeitado, anulado tanto em  $FD_1$  como em  $FD_2$ .

O movimento de disputa e de desacordo propicia a quem enuncia, no momento específico em que enuncia ser a entidade dominante, a que manipula as coordenadas do discurso. A relação é de quem, tendo direito à palavra, tem também de certa forma a "obrigação" de conduzir os alocutários ou interlocutores a tomarem uma posição. Para isso, a partir da imagem do Outro, o locutor cria estratégias argumentativas.

De fato, observamos que cada formação discursiva, ao tentar desqualificar o seu Outro, cria uma organização argumentativa no sentido de se respaldar perante o alocutário, persuadindo-o a compactuar com sua posição. Destacaremos os locutores e suas respectivas formações discursivas e os recortes de suas conveniências.

Nos enunciados de  $L_2$  ( $FD_1$ ):

*R<sub>1</sub>: " Por mais que condenemos a violência, não podemos deixar de louvar a reação popular que a venda da Vale provocou."*

---

estrangeiros para alavancar o desenvolvimento). Melhores caracterizações a esse respeito ver Revista Praga - Estudos Marxistas 6.

Nesse enunciado, percebe-se uma estratégia de aproximação de maneira empática em que o locutor busca envolver o interlocutor, avaliando positivamente a reação popular. Semanticamente, a reação popular é negada, condenada pela violência, mas não no caso da venda da Vale. Nesse caso chega a ser louvável.

R<sub>2</sub>: *"A cidadania, enterrada por esta estranha vocação brasileira para o cesarismo, parece ter sido enfim ressuscitada".*

R<sub>3</sub>: *" (...) E a opinião pública, conformada com um Congresso metamorfoseado em mercado de favores, onde a mais despudorada prática de trocas de benefícios entre o Executivo e parlamentares se torna regra moralmente aceita, talvez agora acorde de seu sono hipnótico."*

Os termos *reação popular*, *cidadania*, *opinião pública*, conjugadas com expressões como *vocação para o cesarismo*, *conformada*, *sono hipnótico*, implicam uma visão habitual da população brasileira adormecida, hipnotizada, imobilizada, mas que nesse momento emerge e emerge contra os parlamentares que contrapõem a idéia da privatização da CVRD. Aos que contrapõem a privatização, esse locutor desqualifica-os pela designação de "uma certa classe política". E ainda:

R<sub>4</sub>: *"A Vale é suficientemente grande para justificar uma batalha ideológica. Não se trata de uma guerra contra a privatização, mas contra o cesarismo e o sabujismo fisiológico do Congresso".*

De fato, não houve unanimidade no governo quanto à privatização da CVRD. Muitas lideranças políticas como o ex-presidente Itamar Franco (privatizou a CSN), ex-vice-presidente Aureliano Chaves, ex-ministro José Aparecido, deputados federais e estaduais, senadores, independente de identidade partidária (esquerda, direita), foram radicalmente contra a privatização da CVRD. Muitas dessas lideranças, inclusive, votaram, no congresso, a favor da política da privatização, mas discordavam que a CVRD fizesse parte do rol das empresas privatizadas. À designação "uma certa classe de políticos"

L<sub>2</sub>(FD<sub>1</sub>) reforça ainda mais as adjetivações: *favoritista, despuddorada, fisiológica*. Conduz seu alocutário a uma oposição, de modo agressivo.

L<sub>3</sub>(FD<sub>1</sub>) ao contrário de seu parceiro L<sub>2</sub>(FD<sub>1</sub>) busca, no seu discurso, envolver o alocutário num tom "cordial" de modo a conduzi-lo persuasivamente:

R<sub>5</sub>: *"Existem ainda, no entanto, pessoas que se perguntam se é necessário privatizar a Vale do Rio Doce. A essas pessoas quero dizer que estamos seguros da necessidade da privatização"*.

As expressões *existem ainda, no entanto, pessoas* são expressões que resguardam uma certa consideração para com aqueles que ainda não compreenderam a necessidade da privatização. *Ainda* funciona como um operador argumentativo que leva o alocutário a pressupor que toda a população está de acordo que a necessidade de se privatizar a CVRD e que essa necessidade para a maioria é muito óbvia. A expressão *existem pessoas* - em terceira pessoa - por se tratar de um referente de caráter genérico - protege o locutor de um confronto eu/você. Em seguida, na expressão *a essas pessoas quero dizer que...* o referente genérico é integrado, estrategicamente, na enunciação, estabelecendo-se um clima conversacional.

L<sub>4</sub>(FD<sub>1</sub>) parceiro de L<sub>2</sub>(FD<sub>1</sub>) e de L<sub>3</sub>(FD<sub>1</sub>) prima por uma organização argumentativa marcada pela racionalidade:

R<sub>6</sub>: *"O homem é o único organismo na natureza que é dotado de inteligência. E a inteligência é a capacidade que o homem tem de mudar quando mudam as circunstâncias que o cercam, portanto precisamos sempre estar de olho na história, como único juiz, para avaliar a correção e a exatidão do nosso comportamento, principalmente na área pública, quando as nossas ações têm uma influência muito grande na vida da sociedade, na vida de milhões de pessoa"*.

Essa fala pressupõe uma competência compatível com exercício da função pública: a inteligência, a racionalidade, o compromisso, a moral, no sentido de garantir credibilidade ao locutor para que ele seja adepto de sua posição. Os recortes acima R<sub>5</sub> e R<sub>6</sub> interagem e

encadeiam uma imagem enunciativa investida de uma autoridade institucional, segura, verdadeira, atenta e responsável para com sua função pública.

FD<sub>2</sub> refuta de modo categórico as posições de FD<sub>1</sub>.

L<sub>1</sub>(FD<sub>2</sub>):

R<sub>7</sub>: *"Privatizar a Vale é vender as riquezas do país".*

Esse locutor de representação coletiva associa a privatização da CVRD a um imenso prejuízo econômico e a um irreparável erro político para a nação. Para esse locutor, a Vale não constitui apenas uma empresa que explora e comercializa o minério. A CVRD, na fala deste locutor, é um patrimônio nacional. Em seguida, faz as seguintes acusações:

R<sub>8</sub>: *"Não vemos legitimidade desta pretensão, pois em momento algum da campanha que elegeu o Presidente Fernando Henrique Cardoso foi anunciada a privatização da CVRD ou outras estatais".*

R<sub>9</sub>: *"O presidente da República, sem ouvir a sociedade e sem consultar o Parlamento, decidiu vender as ações ordinárias da Companhia Vale do Rio Doce que asseguram o controle público sobre uma das mais importantes empresas nacionais, e das primeiras do mundo no setor de mineração".*

Os recortes R<sub>8</sub> e R<sub>9</sub> predicam o governo FHC de *manipulador*, uma vez que a privatização da CVRD não foi perspectivada durante a campanha. Qualificam-no um governo *autoritário* que age por si próprio, que desconhece a instância democrática que é o parlamento. São expressões de total desacordo com L<sub>1</sub>(FD<sub>1</sub>) que se afirma, veementemente, *democrático e legítimo: "(...) governo que foi eleito, que teve respaldo de 34 milhões de brasileiros, maioria absoluta, e que ao fazer a campanha, disse o que faria. E, portanto, não é um cheque em branco; é uma determinação, é um mandato do povo para fazer as modificações que estão sendo feitas. Quem está contra elas está contra a maioria. E na democracia vige a regra da maioria".*

O enunciado abaixo de L<sub>2</sub>(FD<sub>2</sub>) corrobora o caráter manipulador de L<sub>1</sub>(FD<sub>1</sub>):

*R<sub>10</sub>: "[...] o senhor presidente finge ignorar que a eleição foi plebiscito de aprovação do Plano Real, pela ilusória estabilização da moeda que já faz água, e é simples repetição dos seus planos anteriores, realizados pela elite dirigente temerosa da hiper inflação e todos concentradores da renda nacional em poucas mãos; Sua excelência sabe que as questões substantivas não foram discutidas na Campanha Eleitoral. [...] Nenhum plano de estabilização pode dar certo, enquanto o governo não enfrentar, corajosa e patrioticamente, as verdadeiras causas da inflação e da instabilidade monetária: a Dívida Externa, a Dívida Interna, a Dívida Social. "*

Esse locutor contrapõe o Plano Real como uma perspectiva verdadeira de estabilização da moeda. Na sua visão, o Plano Real funcionou como uma panacéia. Nesse enunciado, L<sub>2</sub>(FD<sub>2</sub>) pressupõe que o Plano Real tenha dissimulado as questões de fundo que o governo FHC se eximiu de enfrentar. Toda essa visão pressuposta na fala de L<sub>2</sub>(FD<sub>2</sub>) está refutada na fala de L<sub>1</sub>(FD<sub>1</sub>), que concebeu o Plano Real como uma das maiores novidades na economia brasileira, nos últimos anos.

Mas L<sub>1</sub>(FD<sub>1</sub>) refuta:

*R<sub>11</sub>"Os êxitos alcançados pelo Plano Real, desde o governo Itamar Franco, abriram momentos de grande expectativa e esperança para o Brasil, para o povo brasileiro".*

Esta asserção progride por encadeamentos argumentativos que visam, na perspectiva da semântica discursiva, orientar a seqüência do discurso no sentido de fazer creditar os rumos e as decisões que o governo FHC imprime. Desse modo, a asserção acima se fortalece a partir dos seguintes argumentos de L<sub>1</sub>(FD<sub>1</sub>):

*R<sub>12</sub>"Ninguém aqui tem a ilusão de que porque conseguiu, durante algum tempo, manter a inflação sob controle não é preciso mais tomar medidas para que ela continue sob controle, sobretudo pensando no bem-estar social da população, por intermédio do controle da inflação. Que ninguém se iluda a respeito disso. Nós vivemos, no passado, conjunturas nas quais se pensava que fosse possível ao mesmo tempo crescer a economia e manter a inflação a taxas elevadas. Era possível, mas enriquecia aqueles que já tinham riqueza e empobrecia os mais pobres. Desde o governo Itamar Franco nós mudamos essa orientação. Nós temos uma orientação decididamente social e, porque é social, não é demagógica."*

Em L<sub>4</sub>(FD<sub>2</sub>), há uma reversibilidade negativa numa demonstração de total incredulidade, de desqualificação do locutor acima L<sub>1</sub>(FD<sub>1</sub>):

L<sub>4</sub>(FD<sub>2</sub>):

R<sub>13</sub> *"Não existem, hoje, correntes de pensamento significativas, com força de grandes ideologias, que proponham soluções para os problemas do desenvolvimento. O que caracteriza a civilização atual é a sua falta de imaginação para pensar o futuro e para criar uma utopia nova. Essa é a realidade. O pensamento único que está dirigindo o mundo, hoje, é o liberalismo. E o liberalismo é a pura passividade. O Brasil é um país de mentalidade-reflexo. É como se fôssemos obrigados a adotar o liberalismo automaticamente, visto este haver predominado na Inglaterra da senhora Thatcher, ou nos Estados Unidos de Ronald Reagan. Nosso neoliberalismo não é resultado de reflexão, de debate, de movimento de opinião, mas da incapacidade crônica de pensarmos com autonomia. No Brasil, as idéias só vingam quando vêm de fora; do contrário, são imediatamente descartadas. A obsessão monetarista que está se desenvolvendo hoje, no Brasil, é um bom exemplo da força que tem ganho, entre nós, o pensamento neoliberal. Imaginar que a estabilidade monetária é suficiente para assegurar prosperidade é o mesmo que afirmar que o mercado é capaz de promover, por si só, o desenvolvimento de um país. Todos sabemos que está bem longe de ser dessa maneira."*

É sabido que o funcionamento discursivo da negação pode ser apreendido no nível da superfície lingüística (advérbios, sintaxe, conjunções, intertextualidade) e no nível semântico ou interdiscursivo. O recorte acima se constrói na alternância dos dois níveis.

Inicialmente, o enunciado manifesta-se, lingüisticamente, pelo morfema negativo *não*. A locução metalingüística, *não existem*, marca potencialmente o ato de refutação desse enunciado. Outras locuções e lexemas de valor semântico negativo como *falta de imaginação, não é resultado, do contrário, pensamento único, incapacidade*, imprimem ao enunciado uma força ilocucionária quanto ao ato de refutar a conduta do governo FHC. Todo o enunciado recebe semanticamente uma carga negativa coerente com a sua função de contraponto, de desacordo.

L<sub>4</sub>(FD<sub>2</sub>) Demonstra semanticamente uma incredulidade nos enalços sobre os quais o Brasil vem se desenvolvendo:

R<sub>14</sub> *Imaginar que a estabilidade monetária é suficiente para assegurar prosperidade é o mesmo que afirmar que o mercado é capaz de promover, por si só, o desenvolvimento de um país. Todos sabemos que está bem longe de ser dessa maneira"*.

Neste recorte, podemos considerar que a negação faz parte de tudo que é afirmado, ela é interior ao conteúdo.

Afirmamos em outro momento que a relação entre as duas FDs se constitui de uma dupla negação. Entretanto,  $FD_2$  surge como o contra-discurso de  $FD_1$ . Nesse sentido,  $FD_1$  é a proposição e  $FD_2$  é a contra-posição.

A imagem da função política construída por  $L_1(FD_1)$  que vimos, no início da análise, a de um governo *transparente, atuante, eficiente, popular e outros*, é anulada pelo enunciado de  $L_4(FD_2)$ , que refuta toda sua pressuposta potencialidade dizendo-a entrecortada por uma perspectiva *hegemônica, global ( falta de autonomia, neoliberal, mercadológica, sem criatividade)*.

Os enunciados de  $FD_2$  buscam desqualificar os do seu adversário  $FD_1$  a partir do "centro organizador" de  $FD_1$  - o governo FHC.

$FD_2$  mostra aos seus alocutários e interlocutores que esse é um governo que não merece crédito, não é confiável, não tem compromisso com o país, é manipulador, um governo caracteristicamente neoliberal. Nesse sentido,  $FD_2$  constrói no seu modo de enunciação a contra-imagem FHC.

Essa estratégia de desqualificação do Outro, a qual busca a adesão do alocutário passa também pela da imagem que cada FD constrói do referente (CVRD) no processo argumentativo.

#### **4.2.4 A Imagem do Referente num Confronto Argumentativo**

Conforme dissemos anteriormente, os locutores de ambas FDs constroem estratégias argumentativas na perspectiva de envolver os alocutários para um lugar de

decisão. Esta estratégia segue uma orientação: o primeiro passo dessa orientação é a aproximação do alocutário; o segundo diz respeito à construção da imagem do referente que se dá numa disputa de saberes. A imagem do referente é construída numa relação interlocutiva de refutação.

O quadro abaixo, de certa forma, permite uma visão mais precisa do embate. A numeração dos recortes obedecerá à seqüência anterior.

FD <sub>1</sub>	Proposição	FD <sub>2</sub>	Desacordo
L <sub>2</sub>	R <sub>15</sub> - "Mineração, celulose, transporte, siderurgia, ou seja, o que faz a Vale, não são atividades econômicas estratégicas e são tradicionalmente assumidas, no mundo ocidental, pelo setor privado".	L <sub>1</sub>	R <sub>21</sub> - "A vale é uma empresa estratégica que sabe da existência de reservas minerais de alto valor para o progresso do país. (...) Vender a Vale significa negociar a própria soberania nacional".
L <sub>4</sub>	R <sub>16</sub> - "A Vale do Rio Doce é uma empresa de baixa lucratividade. (...) Esse lucro tão baixo, além de não remunerar acionistas, também limita e restringe a capacidade da Vale de dar prosseguimento às pesquisas minerais."	L <sub>1</sub>	R <sub>22</sub> - "Ao privatizar uma grande empresa como a Companhia Vale do Rio Doce, o Brasil estará deixando de se constituir em fundo nacional de conhecimento científico e técnico".
L <sub>3</sub>	R <sub>17</sub> - "Como empresa estatal, a Vale não só está limitada em sua capacidade de investir, mas também tolhida em sua mobilidade empresarial, por estar sujeita a toda uma legislação complexa e restritiva."	L <sub>3</sub>	R <sub>23</sub> - "Não procede o argumento de que a privatização da Vale é necessária para resolver o problema do Tesouro. O déficit público tem registrado somas mensais equivalentes à prevista na alienação da empresa. Não temos uma Vale do Rio Doce para ser privatizada todos os meses. (...) Ao longo de sua existência, a Vale tem sido importante agência de desenvolvimento econômico, social e cultural nas regiões em que atua..."
L <sub>4</sub>	R <sub>18</sub> - "Os benefícios sociais deixados pela Vale em Minas Gerais são, na verdade, nulos, inexistentes, porque não há região mais pobre em Minas, hoje, depois do Vale do Jequitinhonha, do que o Vale do Rio Doce... Fora da área de mineração, poucas iniciativas foram contempladas em Minas Gerais. Foi		



	contemplada apenas uma delas: a celulose da CENIBRA."		
L <sub>3</sub>	R <sub>19</sub> - "Como empresa privada, a Vale ganhará ampla liberdade empresarial e estará assim em melhores condições para ser eficaz, lucrativa e enfrentar a competição nos mercados em que atua."	L <sub>3</sub>  L <sub>4</sub>	R <sub>24</sub> - "É uma usina integrada, líder no mercado brasileiro. É competitiva no mercado internacional. É moderna e atualizada tecnologicamente" R <sub>24</sub> - "A globalização é um processo histórico dominante e inevitável, que aponta para a integração das unidades de produção, em escala mundial, de todos os setores econômicos. É preciso que cada país tenha a sua política própria para lidar com essa realidade".

. Optamos por selecionar apenas trechos mais significativos do ponto de vista da argumentação visando não tornar cansativa a análise, já que os discursos se repetem muito.

As proposições com as quais FD<sub>1</sub> constrói a imagem do referente (CVRD) se dá por injunção de saberes históricos, científicos, políticos, conjunturais. FD<sub>2</sub> distorce a imagem construída por FD<sub>1</sub> por injunções de saberes correspondentes, ancorando-se também em FD<sub>0</sub> - imagem que a empresa constrói de si mesma. FD<sub>0</sub>, como voz da empresa comandada pelo governo apresenta-se, supostamente, neutra em suas posição política, contraditoriamente, se constitui como argumento sustentáculo de FD<sub>2</sub>.

Esse quadro interlocutivo de refutação na construção da imagem do referente se dá em torno de um tema central: a *reforma do Estado* o qual engloba dois subtemas *gestão estatal e globalização*

Em R<sub>15</sub> (recorte) L<sub>2</sub>(FD<sub>1</sub>) rechaça o valor estratégico da CVRD. Esse locutor conformado a uma esfera do conhecimento científico, por se tratar de um físico, apresenta conhecimentos diversificados, capazes de tecer redes de correspondências históricas, científicas, políticas e conjunturais, acerca do elemento primordial da CVRD - a mineração. Nesse caso, busca creditar à sua fala um lugar, institucionalmente, detentor do saber e da verdade.

R<sub>27</sub> - *"Os mais ingênuos, os mais puros, acreditam que os minérios explorados possam ser usados para pressionar terceiros em concessões internacionais, concessões políticas, financeiras ou outras quaisquer. E de fato há dois exemplos históricos. O primeiro foi com o estanho e o cobre, para a produção de bronze para uso militar. Os hititas, entretanto, enterraram esta prática ao disseminar as técnicas de redução e forja do ferro no mundo antigo. O ferro é um metal democrático, abundante, distribuído quase igualmente pela superfície da terra e acessível a todos . Assim suplantou o bronze para aplicações militares..."*

Os adjetivos *puros* e *ingênuos*, na verdade, eufemizam a imagem do Outro que, ao se contrapor à privatização, demonstra uma posição historicamente atrasada, uma vez que historicamente ele demonstra que os minérios são bens universais, e politicamente não são elementos estratégicos. Sua fala pressupõe que pensar o contrário dessa historicidade ou mesmo desconsiderá-la é uma atitude de ignorância. Corroborar:

R<sub>28</sub> - *"Os EUA, por exemplo, mantêm um estratégico estoque de cristal de rocha, para usar como 'semente' na produção de quartzo cristalino artificial, porque o Brasil é o único país que detém material dessa qualidade. Mas o Brasil não tem reserva estratégica de nióbio, apesar de fornecer 80% do óxido consumido globalmente, não só porque pode ser substituído por titânio e vanádio para muitas aplicações, como ainda porque tem o Canadá e o próprio EUA minérios aceitáveis."*

O lugar institucional do saber e da verdade é ratificado pelo mesmo locutor numa correlação de autoridade científica:

R<sub>29</sub> - *"O valor estratégico de uma companhia pode ser avaliado de uma outra maneira, muito a gosto dos cientistas. Dizemos que um órgão tem um valor essencial para um ser vivo se sua supressão compromete a existência desse ser. Assim, seria o fígado essencial, ou estratégico, para o homem, enquanto o apêndice não o seria. Se suprimíssemos a Vale, muito pouco seria alterado na vida econômica e social do Brasil."*

A refutação do valor estratégico da CVRD também em L<sub>1</sub>(FD<sub>1</sub>) está construído por meio de um percurso argumentativo que não se dá pela negação formal, mas por um funcionamento semântico discursivo: informações, exemplos, questionamentos. Ao desqualificar o Outro, investe sua fala pelo saber, pela competência e conseqüentemente

pela autoridade e legitimidade eleitoral. Para um leitor não crítico, não há espaço para questionamento, resta-lhe acreditar.

Se  $L_2(FD_1)$  se afirma por conhecimentos históricos, científicos, como foi demonstrado,  $L_3(FD_1)$  e  $L_4(FD_1)$  representam o saber político, ou seja, está pressuposto que o exercício da função pública perpassa o domínio, especificamente, deste saber.<sup>36</sup>

$L_3(FD_1)$  centra-se na temática da reforma do Estado. A organização enunciativa é de quem sabe o que está fazendo e fazendo o melhor para o país, para o povo. O alocutário não deve nada temer, pois a eficiência da privatização e as mudanças que daí decorrerão estão garantidas. Desse modo apresenta as razões da necessidade de mudanças e suas vantagens, respectivamente:

R<sub>30</sub>:

*1) os inconvenientes da máquina estatal para continuar gerindo o sistema CVRD: A primeira delas é a falta de recursos da União para investir na empresa;*

*2) prioridades do governo: Não é mais prioridade do governo federal aplicar recursos escassos em atividades empresariais, visto que o capital privado dispõe de melhores condições financeiras e gerenciais para exercê-la.*

E as vantagens que terão tanto a Vale enquanto empresa, como o governo:

R<sub>31</sub>:

*1) maior liberdade empresarial para a Vale: como empresa estatal, a Vale não só está limitada em sua capacidade de investir, mas também tolhida em sua mobilidade empresarial, por estar sujeita a toda uma legislação complexa e restritiva;*

*2) a privatização gera receita: com a receita apurada na privatização da Companhia, poder-se-á reduzir a dívida líquida do setor público, que é a variável-chave para o ajuste fiscal;*

---

<sup>36</sup> O que consideramos saber político são os saberes relacionados à condição de governança: negociações, decisões, etc.

3) *assegurada a retomada do desenvolvimento: a privatização permitirá avançar no ajustamento das contas públicas e no processo de modernização da estrutura produtiva, os dois grandes desafios para consolidar a estabilidade econômica e assegurar a retomada do desenvolvimento.*

Ao apresentar as razões e as vantagens, o locutor mostra os benefícios que daí decorrerão para o país àqueles que ainda não estão convencidos da necessidade da privatização, tanto no sentido da empresa privatizada como no da reforma estatal, já que as prioridades do Estado passam a ser de natureza social: educação, saúde, saneamento, etc.

$L_4(FD_1)$  corrobora  $L_3(FD_1)$  da seguinte forma:

*R<sub>32</sub> - "Não vou me apegar a sentimentos do passado para negar o futuro. Os sentimentos do passado vão me ensinar apenas a encarar cada etapa da história como uma etapa diferente, que exige uma coragem diferente, uma audácia diferente, e uma criatividade diferente. Agir como Demerval Pimenta, como Israel Pinheiro e como Artur Bernardes, hoje, é privatizar a Vale, é privatizar as siderúrgicas e canalizar esses recursos para a promoção do povo brasileiro".*

Enfatiza a imagem da racionalidade, qualifica-se como aquele que está alerta ao movimento histórico, atual na política, preocupado com as necessidades da população porque sabe do que ela precisa; conforma a soberania e a cidadania à condição de seu povo. Constrói, portanto, a imagem de um político responsável e compromissado para com a administração pública. A imagem do referente representa essa conformação. O exemplo histórico é o do modelo empreendedor - início do processo de construção da CVRD como modelo estatal.

Os argumentos arrolados por ambas as FDs são apresentados a seguinte tabela:  $FD_1$  (proposições) e  $FD_2$  (desacordos).

<b>REFORMA DO ESTADO</b>			
<b>Gestão Estatal</b>		<b>Globalização</b>	
<b>Proposições</b>	<b>Desacordos</b>	<b>Proposições</b>	<b>Desacordos</b>
- Baixa lucratividade	O déficit público tem registrado somas mensais equivalentes à prevista na alienação da empresa	- Produção e comercialização são tarefas do setor privado	- A Vale é produtiva no mercado empresarial internacional. A Vale gera receita e impostos e protege o meio ambiente
- Entrave no dinamismo internacional	- A Vale é uma questão de soberania nacional no âmbito econômico e do conhecimento técnico científico. É competitiva no mercado Internacional. É moderna e atualizada tecnologicamente	Privatização é forma de melhorar o desempenho da Vale no mercado internacional	- A Vale é a única empresa estatal capaz de participar do processo de globalização
- Ausência de verdadeiros benefícios sociais	- Ao longo de sua existência, a Vale tem sido importante agência de desenvolvimento econômico, social e cultural nas regiões onde atua	O Brasil tem um minério e tem uma boa Companhia que é a CVRD, tem uma logística eficaz, mas não é estratégica	- A Vale é a empresa que mais conhece o subsolo e as peculiaridades do ecossistema amazônico é a empresa que melhor conhece a biodiversidade/Brasil
- Privatização como ponto positivo para a modernização do Estado	- Quando o assunto é privatização, é preciso avaliar cada caso, individualmente		

#### 4.2.5 Identidade Discursiva - "Vencedor"/ "Vencido"

Considerando a idéia de que toda relação de disputa pressupõe um vencido e um vencedor e que a polêmica entre as duas formações discursivas se trata de formulações complexas de âmbito político, perguntamos: haverá vencedor? Haverá vencido nessa disputa?

Esse questionamento vai ao encontro dos questionamentos feitos por Pêcheux (1990) ao analisar o enunciado "On a gagné" [ganhamos], em maio de 1982, na França,

quando François Mitterrand venceu as eleições presidenciais pela primeira vez e todos os parisienses para quem esse acontecimento significava uma vitória se reuniram em praças públicas para gritar sua alegria com o enunciado: "on a gagné" [ganhamos]. Este acontecimento é comparado ao espetáculo de uma copa de futebol:

Esse acontecimento que aparece como o 'global' da grande máquina televisiva, este resultado de uma super-copa de futebol político ou de um jogo de repercussão mundial (F. Mitterrand ganha o campeonato de presidenciais da França) é o acontecimento jornalístico e da mass-media que remete a um conteúdo sócio-político ao mesmo tempo perfeitamente transparente (o veredito das cifras, a evidência das tabelas) e profundamente opaco. (Pêcheux,1990, p.20)

Pêcheux reconhece que este jogo metafórico em torno do enunciado "On a gagné" veio sobredeterminar o acontecimento, sublinhando sua equivocidade, ou seja, no domínio esportivo, a evidência dos resultados é sustentada pela sua apresentação em um quadro lógico (a equipe X, classificada na enésima divisão, derrotou a equipe Y, etc). A principal questão é, evidentemente: quem ganhou, X ou Y?

Na visão de Pêcheux, questões do tipo, "quem ganhou de verdade, em realidade, além das aparências, face à história?" etc., aparecem como questões que não seriam pertinentes, e, no limite, até absurdas, a propósito de um resultado esportivo, uma vez que as marcas e os objetos simbólicos suscetíveis de se associarem a esta vitória (e, logo, de serem "apropriados" pelos torcedores que se identificam à equipe) são apenas conotações secundárias do resultado: não é certo o que se possa mostrar ou descrever o que a equipe vencedora ganhou.

De qualquer modo, vendo pelo ângulo da mídia, para ele os resultados eleitorais apresentam a mesma univocidade lógica. O universo das porcentagens de resultados, munidos de regras para determinar o vencedor, é ele próprio um espaço de predicados, de argumentos e relações, logicamente estabilizadas: desse ponto de vista, dir-se-á que no dia 10 de maio, depois de 20 horas, a proposição "F. Mitterrand foi eleito presidente da República" tornou-se uma proposição verdadeira; ponto final.

Na visão de Pêcheux, o deslocamento do enunciado "On a gagné" para o espaço discursivo da política, não garante uma interpretação inequívoca, tal como a que possuía no domínio do futebol. Em um campo estabilizado como o do futebol, sabe-se quem ganhou, mas no espaço da política não se sabe a quem o *on* se refere, quem é o sujeito de *gagné*, qual é o seu objeto: Quem ganhou o quê, como, por quê.

Essa analogia leva à reflexão de dois aspectos relacionados ao acontecimento: um é o fato em si - o ápice do "espetáculo" (que pode ser o final do jogo ou o resultado das eleições). O outro diz respeito à "ordem do acontecimento"<sup>37</sup> e seus efeitos. Nesse ápice, há um destaque.

No caso do processo de disputa eleitoral, o que vai determinar o destaque é o valor quantitativo (número de votos). Aquele que entra em evidência, "rouba a cena" do outro, tira-o de cena, desqualifica-o. O desqualificado, então, sai de cena.

Mas o papel da análise do discurso é não se ajeitar às evidências e ao lugar já-feito. Ao analista cabe a tarefa de refletir nos entremeios.

---

<sup>37</sup> O que queremos dizer com "ordem do acontecimento" é que há muitos elementos envolvidos num espetáculo. Os elementos que tornam possível sua existência, que cumprem alguma função para que ele se constitua num espetáculo, e anule o seu Outro denegado.

No caso das formações discursivas em análise, a que entra em evidência na disputa de privatizar ou não privatizar a CVRD é  $FD_1$ . Considerando a analogia de Pêcheux, é com ela que está a "vez da bola". Para ela toda a evidência do ápice do espetáculo. E quais são os traços de sua identidade?

Sua identidade é marcada pela sua positividade e pela desqualificação do Outro, o Outro que é o seu avesso, a sua denegação. O ethos de  $FD_1$  está caracterizado pela discursividade de  $L_1(FD_1)$ . Os outros locutores de  $FD_1$  são seus *fiadores*, isto é, partilham com ele a função de fazer valer suas perspectivas.

É  $L_1(FD_1)$  quem dá as coordenadas. A construção do ethos de  $FD_1$  se dá na coexistência de múltiplos imaginários: a reforma do Estado, a estabilidade econômica, a retomada do desenvolvimento, etc. Nesse sentido,  $FD_1$  está constituída de competência, de racionalidade, objetividade, clareza do que a população necessita. Contudo, essas projeções e caracterizações apresentam profundas marcas de contradição.

*"Esta reunião desta manhã é para que os senhores dirigentes das empresas estatais, com os ministros das áreas pertinentes, discutam as medidas que tomarão em suas empresas. Medidas que vão implicar realmente em uma redução de gastos, para poder aumentar o investimento no momento oportuno. Medidas que têm de ser vistas não isoladamente, de cada empresa de per se, mas que têm que ser vista do contexto da economia nacional. **Medidas que não podem ser pensadas em termos do bem-estar dos funcionários e dos trabalhadores de uma empresa, mas do conjunto da população brasileira; que não podem ceder a ímpetos corporativistas que são fáceis de ser atendidos em algumas das empresas, mas que têm um custo alto para o resto da população.**"*  
 $L_1(FD_1)$  (grifos nossos)

Se o bem-estar dos trabalhadores de um sistema como o sistema CVRD não é um aspecto importante que deva ser levado em conta na tomada de decisão<sup>38</sup>, qual será a

---

<sup>38</sup> "Vai chegando ao fim a época em que a ideologia nacional-desenvolvimentista consegue manipular os sentimentos do trabalhador. As evidências cada vez mais claras de 'seu andar pra trás', a partir do início dos anos 80, passam a deslegitimar as bases do pacto corporativo. Mesmo porque o crescimento da empresa, seja estatal seja privada, decorre de seu caráter capitalista. E sua expansão, na fase atual, prescinde de qualquer apelo ideológico nacionalista. (Minayo, 2004, p.229)



perspectiva de modernização do Estado e que visão de retomada de desenvolvimento está contemplada nessa formação discursiva?

O advento da modernidade tem sido considerado por muitos estudiosos desta questão, principalmente, como o resultado de uma ordem econômica moderna capitalista.

(...) Mas a sociedade moderna envolve também a formação de um tipo especial de Estado e, de modo geral, de tipos especiais de organização, os quais dependem fundamentalmente da estruturação da informação. (...) Constroem sistemas de informação visando a constituir novos sistemas de poder administrativo. O Estado moderno é o melhor exemplo desse processo. (...) Quero crer que a expansão do capitalismo é a principal força motriz da mudança. Mas os Estados nacionais também operam independentemente, formando um núcleo de poder parcialmente independente. Eles têm suas próprias aventuras militares, e há inúmeras mudanças no campo científico e tecnológico que não são induzidas apenas pelo mercado. (Giddens 2000, p.74)

L<sub>4</sub>(FD<sub>2</sub>) concebe o sistema capitalista não mais um sistema de capitalistas, mas de gerentes. De acordo com esse locutor, o dinheiro pode pertencer a quem quer que seja, principalmente, aos gestores que têm poder operacional sobre grandes quantidades de recursos, às vezes, completamente, anônimos; estes são a verdadeira classe dominante da atualidade.

Nesse sentido, a imagem veiculada por FD<sub>1</sub> coincide com as exigências de mudanças internacionais explicitadas, neste trabalho, quando da apresentação do contexto político e econômico do processo de privatização da CVRD. A imagem da enunciação de FD<sub>1</sub> está constituída, ao que tudo indica, de uma perspectiva política econômica de âmbito

internacional hegemônica que conduz a reforma do Estado que cria e potencializa o PND - Programa Nacional de Desestatização e nela insere a privatização da CVRD.

Contudo, se a identidade de  $FD_2$  é marcada pelo desacordo a  $FD_1$ , como está caracterizada a constituição de seu ethos?

Antes de apresentarmos o ethos de  $FD_2$ , é fundamental lembrarmos que o discurso polêmico nasce de uma relação interdiscursiva, na qual a interação semântica entre os discursos se dá pelo processo de interincompreensão em que os elementos do ethos - o tom, o caráter e a corporalidade - estão integrados à discursividade, ou seja, o discurso torna-se indissociável da forma pela qual "toma corpo", se materializa. Maingueneau (1993) introduz a noção de incorporação para dar conta da articulação entre uma formação discursiva e seu ethos. Essa noção de "corporalidade" em Maingueneau se articula de modo que a formação discursiva confira corporalidade à figura do enunciador e, correlativamente à do destinatário, materializando-se textualmente; essa corporalidade é que vai permitir a incorporação de esquemas que definem uma maneira de habitar o mundo, a sociedade; estes dois aspectos é que constituem uma condição da "incorporação" imaginária dos destinatários ao corpo, o grupo dos adeptos do discurso.

$FD_2$  está constituída de modo heterogêneo (empresários, trabalhadores, parlamentares, etc.) sem a conformação ideológica esquerda/direita. Ela se dá em torno de uma única questão: a defesa da CVRD privatizada. Nesse sentido, o ethos de  $FD_2$  se constitui do revés do ethos de  $FD_1$  - é o seu avesso no mais semântico sentido do termo.

# CONCLUSÃO

## CONCLUSÃO

Iniciar e fechar um trabalho, como este, apresenta dificuldades equivalentes. Lidar com tantos recortes de saberes, tal como o campo da linguagem está configurado, é sedutor e desafiante ao mesmo tempo, sobretudo pela dimensão polêmica do corpus analisado.

Da tarefa que nos impusemos e do que conseguimos realizar, é o momento de nos perguntarmos sobre o que depreendemos do conjunto do trabalho. Para darmos conta dessa indagação, é fundamental retomarmos o percurso de modo sucinto, do que consideramos essencial elucidar. Se antes, fomos construindo partes tentando estabelecer relações, agora, faz-se necessário verificar o conjunto.

O interesse primeiro deste trabalho visava o aprofundamento teórico na análise do discurso no intuito maior de buscar compreender as formas de produção de sentidos, de significação e as diferentes maneiras de surpreender do funcionamento da linguagem, mais especificamente, como os fenômenos políticos se instalam ou se constituem discursivamente numa confluência de espaços e de poderes nem sempre passíveis de clareza e visibilidade.

Essa perspectiva conduziu-nos ao foco teórico da *constituição/identidade das formações discursivas e relações interdiscursivas de caráter polêmico*. Por uma condução metodológica dividimos, então, o trabalho em quatro partes fundamentais.

A primeira parte consistiu num aspecto estritamente conceitual. O conjunto desses conceitos, no nosso ponto de vista, funcionou como um preâmbulo, ancorando, o que posteriormente, passaríamos a depreender do conjunto da pesquisa.

Os estudos sobre a concepção de análise do discurso político geraram dois questionamentos: No primeiro, perguntávamos sobre a abrangência do discurso político ou quais os componentes que o definem como tal e, no segundo, que discursividade pode se ausentar de um teor político-ideológico ainda que implícito.

Compreendemos agora que se a instauração política configura-se no modo como estamos conformados socialmente (religiosos, pagãos, urbanos, civis, públicos, privados, etc.), no trabalho que a sociedade efetua sobre si mesma como ato fundador, então, é nela que subjaz a reflexão que buscávamos fazer da abrangência da linguagem política. Esse ato fundador está circunscrito à nossa discursividade homem/polis. Segundo essa ótica é que passamos a compreender que todo discurso tomado como objeto de análise situa-se na órbita do político e, mais precisamente, do político-ideológico.

O que compreendemos por ideológico vai ao encontro da concepção em Maingueneau (1993) na qual a ideologia se ocupa simultaneamente das representações do mundo e da organização dos homens. O que quer dizer que os modos de organização dos homens e seus discursos são inseparáveis, porém a instituição discursiva possui, de alguma forma, duas faces, uma que diz respeito ao social e a outra a linguagem. Mas elas emergem num mesmo instante como que ocupando um mesmo espaço.

Nesse sentido, é que concebemos a discursividade *homem/polis* consubstanciada pela linguagem política seja, organizando-nos ou isolando-nos, compreendendo ou ignorando. É preciso pensar que as relações entre os discursos que atravessam o tecido social são estratégias de posicionamento e confronto que ocupam no dispositivo da enunciação um lugar de cruzamentos.

A segunda parte diz respeito às orientações teóricas e metodológicas da pesquisa, delas faremos duas considerações: a primeira consiste nas relações interdisciplinares da análise do discurso e a segunda consiste de nossas considerações acerca do foco teórico delimitado.

A perspectiva de se refletir sobre os âmbitos e fronteiras da análise do discurso, conforme expusemos, advém justamente de uma certa “tensão” dada sua natureza interdisciplinar. As reflexões desse aspecto deveriam visar possibilidades metodológicas de análise de modo a permitir operar entrecruzamentos sem que significasse transferência de campos, reducionismo teórico ou equívoco correspondente. Nossos estudos permitiram-nos fazer a distinção dessa interdisciplinaridade em duas dimensões. De um lado, com as disciplinas correlatas aos estudos da ciência linguística (teoria da enunciação, teorias do texto, semântica, pragmática, semiótica, etc). De outro lado, com domínios das ciências humanas (política, sociologia, psicologia, filosofia, e outros).

O que passamos a apreender nessa perspectiva é que, o que prepondera numa análise discursiva ou na definição de um corpus como especificamente político são as orientações teóricas, metodológicas e a escolha de procedimentos que pensem o discurso na sua especificidade.

Quanto às reflexões sobre o foco teórico do trabalho, endossamos Courtine (1981) ao considerar os conceitos de formação discursiva e a distinção entre processos discursivos e língua a conquista histórica mais importante da AD, sobretudo na perspectiva concebida por Maingueneau (1984, 1993) que apreende formações discursivas a partir da interdiscursividade, "heterogênea" por si mesma, uma rede de formulações que aparece

como o lugar de um trabalho no interdiscurso, como um domínio "inconsistente", aberto e instável e não a projeção, expressão estabilizada da "visão de mundo" de um grupo social.

Em termos de produção de sentidos consideramos fundamental a idéia de que o interdiscurso deva ser pensado como um processo de reconfiguração incessante no qual o saber de uma FD é levado, em função de posições ideológicas a incorporar elementos pré-construídos, e a este respeito produzir redefinições e reformulações. A interdiscursividade é vista nesta perspectiva como instância de *formação/repetição/transformação* dos elementos do saber de uma FD.

Empiricamente, pudemos perceber parâmetros a esse respeito. Por exemplo, a epígrafe da análise de corpus “(...) *a Companhia é nossa, a jazida é nossa, a estrada de ferro é nossa, o porto é nosso, tudo é nosso...*”, qual é o sentido?

Segundo Dr. Eliezer Batista, ex-presidente da CVRD e primeiro presidente oriundo dos quadros da empresa, foi necessário, num momento de crise da Companhia, criar nos trabalhadores o senso de propriedade para enfrentar a crise. Nesse caso, os trabalhadores passaram por um processo de ideologização.

No momento em que a Vale é colocada à venda, desfaz-se a identidade “a Vale é nossa”. Promove-se uma ruptura nessa identidade discursiva do senso de propriedade: “a Vale já não será mais nossa”. Essa ruptura cria o embate como pudemos ver. A formação discursiva então formulada no processo de construção da Companhia passa por uma reformulação no processo de privatização. Nesse sentido é que o interdiscurso de uma formação discursiva, como instância de *formação/repetição/reformulação* dos elementos do saber dessa formação discursiva, pode ser entendido ou considerado como o que regula o

deslocamento de suas próprias fronteiras em função dos acontecimentos da luta ideológica, nas transformações da conjuntura histórica de uma formação social dada.

Em relação aos questionamentos e aos objetivos estabelecidos para a perspectiva da análise do corpus considerando as categorias apreendidas da abordagem teórica, percebemos que:

- a) embora o embate tenha se dado entre duas formações discursivas,  $FD_1$  (propõe a desestatização da CVRD) e  $FD_2$  (reivindica a permanência da Vale estatizada),  $FD_0$  (voz do próprio sistema CVRD) configura como uma terceira formação discursiva que se diz "neutra" mas  $FD_2$  fortalece seus argumentos procurando se beneficiar da construção enunciativa de  $FD_0$ .
- b) Apesar de  $FD_0$  estar subordinada a  $FD_1$ , contraditoriamente, é a  $FD_2$  que sua construção enunciativa fornece elementos, dados concretos, para que  $FD_2$  combata  $FD_1$  no que formula sobre o objeto dominado - a CVRD. O que  $FD_1$  diz sobre  $FD_0$  é contraditório com o que a própria  $FD_0$  diz de si.
- c) A polêmica entre as duas formações discursivas se dá numa relação de dupla negação como já foi abordado. A identidade de cada formação discursiva se constrói através do processo de refutação. Ao argumentar em favor de si, cada formação discursiva busca desqualificar o seu outro, afirmando e reafirmando sua positividade. O percurso enunciativo da disputa se dá sempre pela perspectiva de anulação de um em relação ao Outro.

O confronto se realiza como uma "encenação", de modo que as imagens do alocutário, do interlocutor e do referente funcionam como um dispositivo constitutivo da



construção do sentido e dos sujeitos que nela se reconhecem, expondo a incompatibilidade, as contradições, na tentativa, cada um de expor sua verdade.

Semanticamente, no sentido de preservar sua identidade um discurso se relaciona com o outro através do simulacro que ele constrói. Eles alternam na polêmica o papel de *agente* e de *paciente*. Lembramos que *discurso agente* é o que se encontra na posição de tradutor, de construtor do simulacro e *discurso paciente* aquele que é traduzido. Esses papéis são alternados permanentemente.

O discurso de  $L_1(FD_1)$  constitui-se como o "centro organizador" do acontecimento discursivo da FD a qual pertence -  $FD_1$ ; os outros configuram como seu *fiador* ou seja, aderem o discurso de  $L_1(FD_1)$  e com ele fazem corpo, incorporando e assimilando todas as suas proposições de modo discursivamente dinâmico.

$FD_2$ , também surge discursivamente a partir desse "centro organizador", se constituindo no seu avesso. O ethos de  $FD_1$  conforme vimos, é o da competência, da objetividade, da modernidade, da eficiência, mas, sobretudo, da hegemonia.

E para finalizar, afirmamos que a discursividade política deve ser tomada pelo que ela diz e não diz, ou seja, jamais devemos tomá-la numa transparência ingênua, ao pé da letra, mas como resultado de uma estratégia na luta pelo pertencimento; é no acontecimento enunciativo que a linguagem se transforma numa disputa incessante e a enunciação como o espaço político da fala.

# **BIBLIOGRAFIA**

## BIBLIOGRAFIA

ACHARD, Pierre...[et al.]; *Papel da Memória*. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

ADÃO, Sônia Maria. *O Discurso Oficial da Qualidade - A Capacitação Docente em um Processo de Mudança Curricular*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras/FFLCH, USP, São Paulo, 1999.

ALTHUSSER, Louis. [1918]. *Aparelhos ideológicos do Estado*: Nota sobre os aparelhos ideológicos do Estado: Introdução Crítica de J. Guilhon Albuquerque. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. 6.a edição.

AMOSSY, RUTH (org). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo, Contexto, 2005.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Confidência do Itabirano. In: *Sentimento do Mundo*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d. P. 131.

ANGOUMENT, Anne-Laure. *Hobbes e a moral política*. Tradução: Alice Maria Cantuso. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

ANSCOMBRE, Jean-Claude, et DUCROT, Oswald. L'Argumentation Dans La Langue. In: *Argumentation et discours scientifique*. Langages. Didier - Larousse, Paris, juin/1976.

ARAÚJO, Inês Lacerda. Foucault e a Crítica do Sujeito. Curitiba: Ed. da UFPR, 2001.

ARENDDT, Hannah. [1906-1975]. A dignidade da política – ensaios e conferências; org: Antônio Abranches; tradução Helena Martins e outros. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Introdução e notas de Jean Voilquin e Jean, Capelle. Tradução de Antônio Pinto de Carvalho. Clássicos Garnier da Difusão Européia do Livro. Coleção dirigida por Vítor Ramos. São Paulo, 1964.

ARON, Raymond. *A Propos de la théorie Politique*. Revue Française de Science Politique. Volume XII, número 1, março de 1962.

ASSIS, J. Carlos de. *A Nêmesis da Privatização: desregulação caótica das indústrias de serviços públicos no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Mecs, 1997.

AUSTIN, John Langshaw. [1962-1975]. *Quando Dizer é Fazer - Palavras e Ação*; trad. de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

AUTHIER-Revuz, Jacqueline. [1982]. *Hétérogeneite Montrée et Hétérogeneite Constitutive*: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. In: DRLAV, Revue de linguistique. Paris, 1982; n. 26, p.91-151.

\_\_\_\_\_. *Palavras incertas*: as não-coincidências do dizer. Tradução: Cláudia R. Castellanos [et al]; revisão técnica da tradução Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

BAKHTIN, Mikhail (V.N.Volochínov).[1929]. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Editora Hucitec, 6. Ed. 1992.

\_\_\_\_\_. [1895-1975]. Os Gêneros dos Discursos. In: *Estética da Criação Verbal*; [tradução feita a partir do francês por Maria Ermantina Galvão G. Pereira; revisão da tradução Marina Appenzeller]. 2ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1977. P.277-326.

\_\_\_\_\_. [1895-1975]. O Problema do Texto. In: *Estética da Criação Verbal*; [tradução feita a partir do francês por Maria Ermantina Galvão G. Pereira; revisão da tradução Marina Appenzeller]. 2ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1977. P.327-358.

BARTHES, Roland. *AULA* – Aula inaugural da cadeira de Semiologia Literária do Colégio de França, pronunciada em 7 de janeiro de 1977. Tradução e posfácio de Leyla Perrone Moisés. São Paulo: Editora Cultrix, 1978.

BENVENISTE, ÉMILE. [1902-1976]. Problemas de lingüística geral. Tradução de Maria da Glória Novak e Luiza Neri. Revisão do Prof. Isaac. Nicolau Salum. São Paulo, Ed. Nacional, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1976.

\_\_\_\_\_. [1902-1976]. Problemas de lingüística geral II: tradução Eduardo Guimarães... [et al], revisão técnica da tradução Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1989.

BOBBIO, Norberto. Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino. *Dicionário de política*. Tradução: Luís G. Pinto Cocais e João Ferreira. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986, p. 954 – 963.

\_\_\_\_\_. Liberalismo e Democracia. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. 6ª ed. Editora Brasiliense, 1994.

BONNAFOUS, Simone. Sobre o bom uso da derrisão em J.M. Le Pen. In: *Discurso e mídia* – a cultura do espetáculo. [organizado por] Maria do Rosário Gregolim. São Paulo: Claraluz, 2003, p. 35-48.

BRAIT, Beth. *Bakhtin, Dialogismo e Construção do Sentido*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à Análise do Discurso*. 3.a edição. Campinas São Paulo, Editora da UNICAMP, 1994.

\_\_\_\_\_. *Subjetividade, Argumentação, Polifonia A Propaganda da Petrobrás*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. *Discurso e Polêmica num Debate Político*. Publicação do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. 1991.

\_\_\_\_\_. *Estudos Sobre o Discurso*. Texto apresentado ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade de São Paulo para o concurso de professor Livre-Docente. São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_(org).Texto, Gêneros do discurso e ensino. In: *Gêneros do Discurso na Escola: Mito, Conto, Cordel, Discurso Político, Divulgação Científica*. Volume 5. Editora Cortez, 1997.

BRÉAL, Michel. A História das Palavras. In: *Ensaio de Semântica – Ciência das Significações*. Tradução Aída Ferras...[et al]; São Paulo: EDUC, 1992, p.181-194.

CHARAUDEAU, Patrick. Para Qué Sirve Analizar El Discurso Político? In: *Comunicación Política: Transformaciones del Espacio Público*. DeSignis/2. Editorial Gedisa, abril de 2002.

CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. Coordenação da tradução Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

CHAUÍ, Marilena Souza. *Cultura e Democracia: O Discurso Competente e Outras Falas*. 8.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Editora Ática S.A, 1995; 5.a edição.

COURTINE, Jean-Jacques. *Analyse du Discours Politique* (le discours communiste adressé aux chrétiens). Langages n. 62, juin, 1981.

\_\_\_\_\_. O chapéu de Clémentis – Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: Os múltiplos territórios da Análise do Discurso. \organizadores Freda Indursky [et al]. Coleção ensaios, v.12, Editora Sagra Luzzatto.,s/d

\_\_\_\_\_. A política como espetáculo. In: *Discurso e mídia – a cultura do espetáculo*. [organizado por] Maria do Rosário Gregolim. São Paulo: Claraluz, 2003, p.21-34.

DERRIDA, Jacques. *Torres de Babel*. Tradução de Junia Barreto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

DUCROT, Oswald. *Princípios de Semântica Lingüística - dizer e não dizer*. Tradução de Carlos Vogt. São Paulo: Editora Cultrix Ltda. 1972.

\_\_\_\_\_. [1984]. *O Dizer e o Dito*; revisão técnica da tradução: Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.

\_\_\_\_\_. *Provar e Dizer - Linguagem e Lógica - Leis Lógicas e Leis Argumentativas*. Tradução de Maria Aparecida Barbosa, Maria de Fátima Gonçalves Moreira e Cidmar Teodoro Pais. São Paulo: Global Editora, 1981.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. Tradução Silvana Vieira, Luis Carlos Borges. São Paulo: Editora da Universidade Paulista: Editora Boitempo, 1997.

ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*; tradução de Leandro Konder. 4.a ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1978.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. *A Arqueologia do Saber*. Trad. De Luiz Felipe Baeta Neves. - 6<sup>a</sup> ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. Organização, Introdução e Revisão de Roberto Machado. 18<sup>a</sup> Edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003

FURTADO, Celso. *A dívida social e a degradação do Estado*. Revista Brasil mais, n.01. Rio de Janeiro: Editora Europa, 1997, p.5-9.

GADET, Françoise e HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradutores Bethania S. Mariani... [et al.]; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

GOMES, Severo. *Companhia Vale do Rio Doce: uma investigação truncada*. Prefácio de Paulo Sérgio Pinheiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUILHAUMOU, Jacques... [et al]. *Langage et Idéologies: Le Discours Comme Objet de l'Historie*. Présentation de Régine Robin. Les Éditions Ouvrières, Paris, 1974.

GUIMARÃES, Eduardo. *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*. Campinas, SP: Pontes, 2.a edição, 2001.

HENRY, Paul. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Tradução: Maria Fausta P. de Castro; com um posfácio de Oswald Ducrot. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

IANNI, Octavio. *A era do Globalismo*. 2.a edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

JÚLIO, María Teresa y MUÑOZ, Ricardo...[et al]; *textos clássicos de Pragmática*. Arcos/Libros, S.L. Madrid, 1998.

INDURSKY, Freda. *A Fala dos Quartéis e as Outras Vozes*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

KANDIR, Antônio. *Marco Modernizante*. Jornal Folha de São Paulo, 27/04/1997

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *As Modalidades do Discurso*. In: *Argumentação e Linguagem*. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez, 1993.

LAFER, Celso. *O Significado da República*. Estudos Históricos, v.2, n.4 , p.214-224. Rio de Janeiro, 1989.

LAGAZZY, Suzy. *O Desafio de Dizer Não*. Campinas, SP: Pontes, 1988.

LEITE, Rogério Cezar Cerqueira. *A Vale e o começo do fim do cesarismo*. Revista *Brasil mais*, n. 01, Rio de Janeiro: Editora Europa, 1997, p.

LEMPEREUR, Alain. *Espaces actuels de l'argumentation*. Présentation Colloque de Cerisy. In: *L'argumentation*. Pierre Mardaga Éditeur, 1987.

MAINGUENEAU, Dominique. *L'Analyse du Discours - Introduction aux Lectures de L'archive*. Hachette Université Linguistique. Université d'Amiens, Paris, 1991.

\_\_\_\_\_. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Tradução de Freda Indursky. Campinas, SP: Pontes: Editora da UNICAMP 2.a ed. 1993.

\_\_\_\_\_. *Sémantique de la polémique - Discours religieux et ruptures idéologiques au XVII siècle*. L'age D'homme. 1983

\_\_\_\_\_. *Genèse du discours*. Pierre Mardaga, Editeur, Bruxelles, 1984.

\_\_\_\_\_. *Noções de Pragmática*. In: *Pragmática para o Discurso Literário*; Tradução Marina Appenzeller; revisão da Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p.1-30

\_\_\_\_\_. *Termos-chave da Análise do Discurso*. Tradução Márcio Venício e Maria Emília Amarante Torres Lima. Belo Horizonte, Editora UFMG. 2000

MALDIDIER, Denise. A inquietação do discurso – Re(ler) Michel Pêcheux hoje. Tradução Eni P. Orlandi – Campinas: Pontes, 2003.

MAQUIAVEL. [1513-1514]. O Príncipe. Tradução de Pietro Nasseti. Texto Original. Comentado por Napoleão Bonaparte. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros Textuais: Definição e Funcionalidade. In: *Gêneros Textuais e Ensino*. (Org): Angela Paiva Dionísio, Anna Rachel Machado, Maria Auxiliadora Bezerra. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, Editora Lucerna. 2002.

MARTEL, Guylaine. *Le débat politique télévisé*. Une stratégie argumentative en trois dimensions: textuelle, interactionnelle et émotionnelle. Presses universitaires de Lyon, 2000.

MARX, Karl e ENGELS Friedrich. [1818 - 1883]. *Manifesto Comunista*. Comentado por Chico Alencar. - Rio de Janeiro: Garamond, 2001

\_\_\_\_\_. [1818-1883]. *O Capital*: extratos por Paul Lafargue, [tradução Abguar Bastos]. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.

MIQUELETTI, Fabiana. *Discurso, Tom e Caráter: Uma análise do Ethos Tucano*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Estudos de Linguagem - Universidade Estadual de Campinas/2002

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Os Homens de Ferro* - Estudos sobre os Trabalhadores da Indústria Extrativa de minério de Ferro da Companhia Vale do rio Doce em Itabira, Minas Gerais. Rio de Janeiro: Dois Pontos Editora, 1986.

\_\_\_\_\_. *De Ferro e Flexíveis*: marcas do Estado empresário e da privatização na subjetividade operária. Rio de Janeiro: Garamond, 2004

MOSCA, Lineide do Lago Salvador (org.). *Retóricas de Ontem e de Hoje*. Humanitas - Publicações FFLCH/USP, São Paulo, 1997.

\_\_\_\_\_. A teoria perelmaniana e a questão da afetividade. In: *Chaim Perelman: Direito, Retórica e Teoria da Argumentação*. (org) Eduardo Chagas Oliveira, Universidade Estadual de Feira de Santana/Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Filosofia, 2004.



OTTONI, Paulo Roberto. *Visão performativa da linguagem*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

OSAKABE, Haquira. *Argumentação e Discurso Político*. Kairós Livraria e Editora Ltda. São Paulo, 1979.

PARRET, Herman. A Estetização da Pragmática. In: *A estética da Comunicação: além da pragmática*; tradução Roberta Pires de Oliveira. Campinas, SP: editora da UNICAMP, 1997 p.11-28

PAULANI, Leda Maria. A Dança dos Capitais. In: *A Que Ponto Chegamos: balanço do governo fncardoso e perspectivas da oposição*. Praga estudos marxistas 6. São Paulo: Editora Hucitec, 1988, p.45-55.

PAULINKONIS, Maria Aparecida Lino e SANTOS, Leonor Wernech dos. Jornal Televisivo: estratégias argumentativas na construção da credibilidade. In: *O Discurso da Mídia*. (org): Agostinho Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Oficina do Autor – 1996, p..81-97

PAZ, Guillermina Baena. *El Discurso Periodístico - Los géneros periodísticos hacia el nuevo milenio*. Editorial Trillas, México, 1999.

PÊCHEUX, Michel. L' étrange miroir de l'analyse de discours. In: *Analyse du discours politique* (le discours communiste adressé aux chrétiens) por Jean-Jacques Courtine. Langages n.62, juin, 1981.

\_\_\_\_\_. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*; tradução Eni Pulcineli Orlandi ... [et al]. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988

\_\_\_\_\_. [1938-1983]. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi – Campinas, SP: Pontes, 1990.

PÊCHEUX E FUCHS. A propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e Perspectivas (1975). In: Gadet F. e HAK T. Por uma Análise Automática do discurso. Uma Introdução à obra de Michel Pêcheux. 2.a ed., Camponas, SP, Editora da UNICAMP, 1997.

PEIRCE, Charles Sanders. [1939 – 1914]. *Semiótica e Filosofia*. Introdução, seleção e tradução de Octanny Silveira da Mota e Leonidas Hegenberg. São Paulo: Editora Cultrix, Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A Reforma da Administração Pública In: *Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil - Para uma nova interpretação da América Latina*. Editora 34. Capítulo 16, p.269-294.

PERELMAN, Chaïm. *Tratado da Argumentação: A Nova Retórica*. [Tradução Maria

Ermantina Galvão G. Pereira] – São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PIMENTA, Dermeval José. *A Vale do Rio Doce e sua História*; prefácio de Otávio Elísio Alves de Brito. - Belo Horizonte: editora Veja S.A, 1981.

PINHEIRO, João César de Freitas. *Companhia Vale do Rio Doce: O Engasgo dos Neoliberais*. Belo Horizonte: CDI - Centro de Documentação e Informação, 1996.

PLATÃO - *A República* – Introdução e notas de Robert Baccou. Tradução de J. Guinsburg. 1.0 volume 2.a edição. Clássicos Garnier Difel - Difusão Européia do Livro. São Paulo 1973.

\_\_\_\_\_. *Diálogos*. Seleção, introdução e tradução direta do Grego por Jaime Bruna (da Universidade de São Paulo). São Paulo: Editora Cultrix, s/d.

POSSENTI, Sírio. *Pragmática na Análise do Discurso*. IEL – UNICAMP – CNPQ 303984.85/6, s/d.

QUATTROCCHI, Angelo e NAIRN, Tom. *O começo do fim: França, maio de 68*. Tradução de Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro: Record, 1998.

ROBINS, R. H. *A Linguística do Século Atual*. In: *Pequena História da Linguística*. Tradução de Luiz Martins Monteiro. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983. Capítulo 8: p.161-196.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social* ou princípios do Direito político. Tradução: Pietro Nasseti. São Paulo: Editora Martin Claret, 2000.

SACHS, Wolfgang (editor) *Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder*. Tradução de Vera Lúcia M. Joscelyne e Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Rio de Janeiro: Petrópolis; editora Vozes, 2000.

SANT'ANA, Vera Lúcia de Albuquerque. *O Trabalho em Notícias Sobre o Mercosul*. Heterogeneidade enunciativa e noção de objetividade. - São Paulo: EDUC, 2004

SCLIAR, Cláudio. *Geopolítica das Minas do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1996.

SILVA, Marta Zorzal e. *A Vale do Rio Doce – Na estrada do Desenvolvimentismo Brasileiro*. Editora da Universidade do Espírito Santo – EDUFES, Vitória, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Stuart Hall e Kathryn Woodward. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

SINGER, Paul. Um imenso equívoco. In: *A Que Ponto Chegamos: balanço do governo fncardoso e perspectivas da oposição*. Praga estudos marxistas 6. São Paulo: Editora Hucitec, 1988, p. 57-61.

SOUZA, Geraldo Tadeu. *Introdução à teoria do enunciado concreto do círculo Bakhtin/Volochínov/Medvedev*. Humanitas, São Paulo, SP. 1999.

STONE, I. F. *O Julgamento de Sócrates*. Tradução de Paulo Henriques Brito; São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

VÉRON, Eliseo. A produção de sentido. Tradução de Alceu Dias Lima... [et al]; São Paulo: Cultrix, Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

VISCARDI, Ricardo. Principales Interrogantes Y Aspectos Interdisciplinarios Del Analisis Del Discurso Politico. In: *Introduccion Al Analisis Del Discurso Politico*. Montivideo, Octubre-Diciembre de 1986, p.7-28.

VOGT, Carlos. *Linguagem, Pragmática e Ideologia*. São Paulo: Editora Hucitec, 1989, 2.a ed. aumentada.

*Brasil - Diagnóstico do Setor Mineral*. Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais. Comissão de Mineração. 2.a ed. Belo Horizonte, 1992.

*BRASIL MAIS: A vale vender ou não*. Editora Europa. Janeiro de 1997, n.01

Companhia Vale do Rio Doce: 40 anos. Rio de Janeiro, julho de 1982.

Companhia Vale do Rio Doce: *50 anos de História*. Rio de Janeiro: CVRD, 1992.

*Glossário de Termos Técnicos em Mineração e Metalurgia - IBRAM - Instituto Brasileiro de Mineração - Price Waterhouse: Segmento Extrativo - Belo horizonte - 1997.*

*Simpósio: "Política Mineral"*. Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Comissão de Energia, Minas e Metalurgia e Comissão de Defesa do Meio Ambiente. Belo Horizonte, 1990.

Jornal o METABASE: *Trabalhadores Unidos em defesa das Estatais*. Março – abril/1991, p.4.

Jornal Estado de Minas: *Vale faz 50 anos e prioriza qualidade*. 31 de maio de 1992, p.4.

Revista Minérios: *Privatizar a Vale como um todo*. O presidente da CVRD, José Francisco Schetino, fala à revista Minérios sobre a privatização, o mercado da China e novos investimentos, n.183, 1993, p.17.

Panfleto: *Vender a Vale é vender o Brasil*. Sindicato METABASE de Itabira – MG. Presidente Milton José Martins Bueno – s/d.

Mining journal: *CVRD gets ready*. London, november 11, 1994.

Jornal Folha de São Paulo: *Íntegra do discurso feito por FHC para ministros e dirigentes de empresas estatais*. 16 de março de 1995, p. 1-8.

Jornal Estado de Minas: *O preço de privatização da Vale*. Presidente da Federação Brasileira de Associações de Engenheiros de Minas e da Comissão de Mineração da Sociedade Mineira de Engenheiros por Evaldo Garzon. 10 de março de 1995, p. 7.

Jornal A Semente do Lampadosa: *Povo se une em defesa da Pátria baseado nos ideais de Tiradentes*. Publicação da Frente em defesa da soberania e integridade do Brasil. Ano 01, n.01, Belo Horizonte, junho de 1995, p. 2-3.

Carta de Itabira: *Privatizar a Vale é entregar as riquezas do país*. Prefeitura Municipal de Itabira. Itabira 02 de junho de 1995.

Pronunciamento na Comissão de Fiscalização – Câmara de Deputados: Em defesa da CVRD pública. 12/06/95. 6pg.

Depoimento de D. Luciano Mendes de Almeida: *Ética e privatização da Vale do Rio Doce*. Audiência Pública realizada pela Comissão Brasileira de Justiça e Paz em Brasília, em dezembro de 1996. Brasília, janeiro de 1997.

Manifesto ao Povo Brasileiro: *A Vale do Rio Doce e o interesse nacional*. Movimento REAGE BRASIL em defesa da Vale do Rio Doce, contra sua privatização – desnacionalização. Revista Brasil *mais*, n. 01, janeiro de 1997, p.126.

Jornal o Globo: *É preciso vencer os desafios da Competitividade*. Benjamim Steinbruch. 01 de janeiro de 1997, p.7.

Jornal Folha de São Paulo: *Entenda como será a Venda da Vale*. Especial, 27 de abril de 1997, p.1-12.

Jornal da Vale – Reportagem especial, n.208, abril-maio/1997.

Ata da 95.a ordinária de debate da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, no Ciclo de Debates: *A Vale do Rio Doce na Economia Nacional*. Publicação: Diário do Legislativo em 02/04/1997, caderno 01, p.16-17.

# **ANEXOS**



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)